

Defesa Nacional



AGOSTO
1958

NÚMERO
529

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO



BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 1950

N. 529

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

Caixas — Major Hernani D'Aguiar	7
Conceitos básicos do ataque — ECEME (Coleânea)	15
A evolução da tática blindada — Richard M. Ogorkiewicz ("Military Review", Fev 58)	32
Arquivos em microfilme — Capitão Vasco Ribeiro da Costa	43

CULTURA GERAL

Conferência Internacional de Investimentos:	
— Discurso do Presidente da República	47
— Discurso do Presidente da CNL	51
Merado regional latino-americano — José Garrido Tórres	55
História e mesologia da medicina do trabalho e suas implicações nas relações humanas — Dr. Jacy Montenegro Magalhães	65

GEOPOLÍTICA

I — Doutrina (Geopolítica e Geo-estratégia) — Coronel Golbery do Couto e Silva	81
II — Contribuição ao Ensino	89
III — Artigo estrangeiro (Geopolítica) — General-de-Divisão (R) Ben- jamim Hattenbach (Trad. Tenente Heitor A. Ferreira)	91
IV — Índice bibliográfico — Major Octávio Tosta	95

DIVERSOS

Acordos firmados entre os Governos do Brasil e da Bolívia	191
---	-----

BRASILIANAS

Política de exportação açucareira — Gás liquefeito — O Brasil fabricará tratores — Siderúrgica em Pernambuco — De 200 a 300 toneladas diárias de nitrocálcio — Exportação de manufaturados — O petróleo balança dois novos recordes — Fazenda de chumbo	111
--	-----

NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

Entrevista do General Floriano Peixoto Keller	115
Inauguração da Sala General Souza Doca na Biblioteca do Exército (dis- curso do General Oscar de Barros Falcão)	119

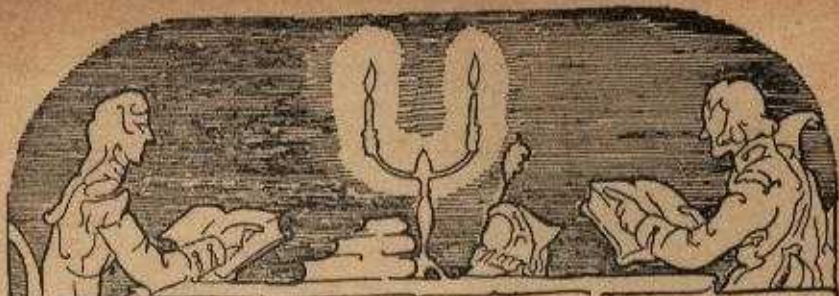
ATOS OFICIAIS

Decretos, Avisos e Regulamento para os Grandes Comandos	125
---	-----





LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA
(Duque de Caxias)



CULTURA PROFISSIONAL

CAXIAS

Major HERNANI D'AGUIAR

1 — PROEMIO

Pelo Aviso n. 366, de 1925, no governo do Dr. Arthur Bernardes, foi o Marechal do Exército, Luiz Alves de Lima e Silva, escolhido Patrono do Exército Brasileiro e, o dia do seu nascimento — 25 de agosto — consagrado como o "Dia do Soldado".

Feliz e justa escolha: Caxias foi o maior dos militares brasileiros e, somente o legendário Osório, dêle consegue aproximar-se em expressão e glória.

Caxias conquistou a admiração de seus pósteros, pelas excelsas virtudes e qualidades. Sua vida merece meditação especial: teve captada e comprimida em sua mão, força enorme, sua espada obediente, que poderia traçar-lhe o destino que bem entendesse, não se deixou embriagar pelo vinho papitoso do poder e, constituiu-o no magno exemplo de nossa história, de legalidade e de respeito às instituições.

Caxias será sempre assunto momentoso. Relembra-lo às mocidades militares, anualmente, por ocasião das solenidades de agosto — um

gesto oportuno e de alto sentido cívico.

Escrever sobre Caxias é perflustar mais de meia centúria, de importante fase da existência nacional.

A literatura a seu respeito é vasta, vária e, elaborada por uma plêiade de estudiosos e pesquisadores que foi aurir a verdade em textos antigos e autênticos.

Que dizer, ainda, de Caxias?

Pretendemos repetir resumindo: fazer trabalho de síntese em que sejam dedicados apenas alguns instantes fugidios a cada uma das facetas de sua personalidade dinâmica e marcante.

2 — CAXIAS: O HOMEM

Caxias veio ao mundo quase ao alvorecer do Século XIX, em 1803, na Fazenda S. Paulo, Vila Estrêla, na Província do Rio de Janeiro.

O BERÇO

Descendia de família afidalgada onde se contavam 31 antepassados militares, sendo 11 generais — palavra abalizada do General Tei-

tor Augusto Borges — "circulava-lhe nas veias o mesmo sangue do que havia de ser general preclaro e homem de governo. Entroncava, pois, em alta prosápia. A hereditariedade imprimia-lhe na fronte augusta o selo da bravura; na inteligência os recursos da estratégia e as traças sutis da tática; no coração os primores do civismo".

Marte tomou sob sua proteção a criança que acabava de nascer.

Aos cinco anos, consoante os costumes da época, assentou praça como 1º Cadete, no 1º Regimento de Infantaria de Linha de que era comandante seu avô, nesse mesmo 1808, ano em que o Brasil — na feliz expressão de Afonso de Carvalho — "dormiu como vice-Reinado e acordou como reino".

É uma curiosa coincidência.

Pode-se dizer que o Brasil-Nação só começa a existir quando Caxias se faz soldado.

Concluindo, aos quatorze anos, o curso de preparatórios, a 25 de agosto de 1817, no dia mesmo do seu aniversário, prestou o compromisso de honra e jurou bandeira em sua Unidade.

Entrando na Academia Militar da Corte saiu Tenente em 1821 e foi servir no Batalhão do Imperador.

PRIMEIRAS LUTAS

O Brasil rompe os laços com Portugal; cabe ao 1º Tenente Lima e Silva a grande honra de ser o vexillário da primeira bandeira do Brasil Independente. Pouco depois, recebe seu batismo de fogo contra as coortes do General Madeira.

Já Capitão, o largo peito afestado com a condecoração da Ordem do Cruzeiro, vai tomar parte na Campanha da Cisplatina.

Como Major, torna-se o braço direito de Feijó então Ministro da Justiça do Governo. Chefiando o Corpo de Permanentes, sufoca a Abrilada de Miguel de Frias.

CONJÚGIO

Foi Nietzsche quem escreveu: mulher é o repouso do guerreiro.

Aos primeiros embates de uma carreira vivida ao contacto das armas, sucedem-se alguns meses de relativa calma e de paz.

Um banho de tranquilidade desperta o jovem Major. Cala-se o heroísmo. Fala o sentimento.

A 6 de janeiro de 1833 casou-se com D. Ana Luiza Carneiro Viana, que segundo o Monsenhor Pinto Guedes — "Era uma das primeiras donzelas da mais aristocrática sociedade: beleza, suprema elegância, porte senhoril, educação esmerada, virtude e opulência".

Torna-se o mais amantético dos maridos.

3 — CAXIAS: O PACIFICADOR

"A situação do Brasil torna-se cada vez mais delicada. O advento das regências, como todo o período de transição é de espaço a espaço marcado por desentendimentos e insurreições".

As cabeças da hidra da anarquia, cortadas aqui, renovam-se ali, pelo País inteiro.

MARANHAO

Explode a Balaiada e ele vai dominá-la "manu militari" e curar a chaga como administrador e político.

Da proclamação que dirigiu ao povo, merece especial destaque, pela profundidade que encerra, o seguinte trecho:

"Maranhenses! mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que entre vós existem".

Depois dessa vitória é agraciado com o título de Barão de Caxias.

SÃO PAULO

Levantam-se os bandeirantes (1842). Rafael Tobias Aguiar, em Sorocaba, proclama-se Presidente interino da Província.

Coloca-se ao seu lado Diogo Antônio Feijó, o mesmo ex-regente do Império.

Caxias vence pelas armas em Venda Grande e Sorocaba. Rafael

Tobias é recolhido ao Forte da Lage.

E, só "o dever de soldado lhe impõe a dolorosa necessidade de prender Feijó".

A propósito desse fato há uma passagem que merece ser lembrada.

Diz-lhe o ex-regente:

"Então, General! Ontem ao lado do povo; hoje contra ele!".

"Engano" — responde Caxias — "Ontem ao lado da lei; hoje ainda ao lado da lei".

MINAS GERAIS

Rebela-se a Grande Província (1842) e o Governo, sem consultá-lo, nomeia-o comandante-chefe do Exército Pacificador.

Em pouco mais de um mês ele debela a revolta após uma vitória de grande feitura em Santa Luzia.

RIO GRANDE DO SUL

Ainda sangram as feridas de São Paulo e Minas e Caxias já é lançado contra os farroupilhas que, em armas desde 1835, vinham convulsionando as coxilhas do Sul.

Foi talvez o Rio Grande que deu a Caxias o ensejo de revelar no mais alto grau o harmonioso conjunto de suas excepcionais faculdades. Nove presidentes e oito Generais-em-chefe, haviam já esgotado, por assim dizer, a série das combinações de erros e desacertos que em matéria política ou estratégia militar era possível cometer.

Acumula ao cargo de Comandante a Presidência da Província e logo alcança dois sucessos sobre os revoltosos (Triunfo e Camapuã) e consegue que Bento Manuel Ribeiro volte para o Exército legal; todavia, continua procurando convencer os revolucionários da necessidade de união dos Brasileiros, numa famosa proclamação:

"Rio-grandenses! Lembrai-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de nós todos, o inimigo de raça e de tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Arie; guardemos

para então nossas espadas e nosso sangue.

Vêde que esse estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos nos estamos enfraquecendo e destruindo.

Abraçemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é nossa mãe comum".

Contado ainda foi preciso vencer os farrapos em Ponche Verde e Porangos, para impor a paz.

Finalmente, depois de nove anos, volta a tranqüilidade ao seio da Província.

Estão encerradas as pristinas caxianas!

No dia 2 de março de 1845 — escreve Eudoro Berlinck — no meio do entusiasmo delirante do povo, entrava o Barão de Caxias em Bagé sob arcos triunfais.

A Unidade da Pátria estava salva!

"Como Aécio, o vencedor dos Hunos, o terrível adversário de Atila, Caxias deixara-se dominar por uma idéia fundamental: o Império".

Como prova de reconhecimento foi agraciado pelo governo com o título de Conde.

4 — CAXIAS: NAS CRUZADAS CONTRA A TIRANIA

URUGUAI E ARGENTINA

Em 1851, a aliança de dois déspotas: Oribe, o "Carrasco do Uruguai" e o Argentino Rosas, o "o Tigre de Palermo" — visava a formação do Vice-Reinado do Prata abrangendo a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Rio Grande do Sul. Caxias foi chamado a defender a integridade do Brasil.

Baixa, na ocasião, a seguinte Ordem do Dia:

Não tendes, no Estado Oriental outros inimigos senão os Soldados do General D. Manuel Oribe, e esses mesmos enquanto iludidos empunharem armas contra o interesse

de sua Pátria; desarmados ou vencidos, são americanos, são vossos irmãos, e como tais os deveis tratar. A verdadeira bravura do Soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios da humanidade".

De braço dado com Urquiza e Garçon, Caxias invade o Uruguai, submete Oribe e faz vencer a Rosas na memorável Batalha de Monte Caseros.

O povo argentino presta grandes homenagens públicas à tropa e aos chefes brasileiros.

E a "Honrada Sala dos Representantes" proclama:

"Os Orientais e Brasileiros se retiram deixando os seus mortos no campo e levando sobre os seus ombros as armas que trouxeram laureadas pela vitória, e sobre as suas cabeças as bênçãos de um povo agradecido".

Promovido a Tenente-Coronel em 1852, é Caxias elevado à dignidade de Marquês.

PARAGUAI

"Francisco Solano Lopes, na República Guarani, desencadeia a maior de todas as guerras havidas na América do Sul.

As jornadas épicas de Riachuelo, Rendição de Uruguaiana e Tuiuti decidem praticamente a guerra em favor do Brasil e seus aliados.

"Era, realmente, muito, mas ainda, não era tudo". — o fanatismo do povo paraguaio, a natureza agreste do terreno e, principalmente, a cólera-morbó, haviam detido as forças aliadas em Curupaiti, diminuindo-lhes o moral, retendo-as num estado lastimável de inatividade.

Durava já dois anos aquela sangueira!

Urgia uma cabeça para apressar o fim da guerra, com a derrota definitiva do ditador.

Caxias assume, a 10 de outubro de 1866, o Comando-Chefe das Operações.

Começa o labor intenso do General, no sentido de organizar o Exército e vencer a resistência passiva de alguns Chefes Aliados.

E, passamos poucos meses, tem início a marcha de flanco para Tuyú-Cué. A poderosa barreira do Humaitá não resiste à ação combinada do Exército e Marinha Brasileira.

Depois, num rasgo de genialidade, concebe e constrói a Estrada do Chaco, essa obra de engenharia e audácia, de ciência e arrôjo — em apenas vinte e três dias — vencendo 11 Km de lama e marmel, derrubando 35.000 troncos de palmeiras para a confecção da esteira sobre o tenebroso paul e construindo 8 pontes.

Todo o Exército escoa por sobre esse piso.

Com esta manobra, o velho estrategista inutilizava as formidáveis linhas de Piquiciri e a Fortaleza de Vileta, ameaçando a retaguarda inimiga e abrindo caminho para a própria capital do Paraguai.

Ia começar a fulminante Dezembrada!

Itororó, página gloriosa da História Pátria; como Napoleão na Ponte D'Arcole e mais estrênuo do que ele, se considerarmos seus 63 anos, Caxias desembainha a espada para decidir uma periclitante situação. Diz o Marechal aos que o cercam: "É preciso acabar com isto".

E avança colocando-se à frente do Exército.

"Sigam-me os que forem verdadeiros brasileiros!

Vivas entusiásticos estrugem os ares, cornetas e clarins tocam carga. Todos avançam. Um bátrio — o retintim de armas em marcha. O momento é forminando!

Uma testemunha ocular da re-frega, o General Dionísio Cerqueira, então simples alferes, narra no seu "Reminiscências da Campanha do Paraguai":

"Houve quem visse os moribundos, quando ele passou, erguerem-se brandindo espadas ou carabinas para caírem mortos adiante".

Segue-se o grande sucesso da imane Batalha do Avaí.

Antes de vencer em Lomas Valentinas, Caxias faz uma proclamação às tropas entusiasmadas, onde se pode perceber uma réstia de merecido orgulho:

"Soldados! O inimigo vencido por vós na Ponte de Iitororó e no arroio Avaí, vos espera em Lomas Valentinas com os restos do seu Exército. Marchemos sôbre êle e com esta mais, teremos concluído as nossa fadigas e provações.

O Deus dos Exércitos está conosco!

Eia! Marchemos ao combate que a vitória é certa porque o General e amigo que vos guia, ainda até hoje não foi vencido.

Viva o Imperador!

Vivam os Exércitos Aliados!"

Para o inimigo é o caos, a desordem, debandada, o fim...

A guerra está virtualmente terminada. Só resta perseguir uma fera enraivecida que foge para a cordilheira.

Caxias volta ao Brasil e em 1870, é alçado à dignidade de Duque.

5 — CAXIAS: O CIDADÃO

Disse Gambeta com muito acerto:

"Quando nos tornamos Soldados não deixamos de ser cidadãos".

Caxias não se furtou ao magno dever de Brasileiro e sua profícua amizade pública civil pode sem desvantagem ombrear com a brilhante vida da caserna.

Estréia na administração do Maranhão, em 1840, como Presidente daquela Província, demonstrando excepcionais qualidades de governante.

No Rio Grande do Sul, sua atuação feliz tem o dom de alisar arestas, de apagar os ressentimentos das lutas farroupilhas.

Dali sai senador do Império. O fato demonstra como o espírito justiceiro do grande pacificador ganhava simpatia de seus adversários de véspera; durante as eleições

apenas 13 votos lhe faltaram em toda a Província para reunir a unanimidade dos sufrágios e extraordinário — de um povo que êle guerreara por 3 anos e vencera militarmente!

É três vêzes Ministro da Guerra e, com a vitória nas urnas do partido Conservador — Presidente do Conselho de Ministros.

Nomeado Conselheiro de Estado em 1870, sua palavra colenda mereceu sempre de seus pares acato e consideração.

Em 1875, quando o Imperador quer se ausentar do País e vai entregar as rédeas do governo à Princesa Isabel, como regente só um nome ocorre ao soberano, para presidir o Conselho, para garantir o Sistema — Caxias.

Desempenha todos os encargos com eficiência e probidade. A respeito do seu caráter, a conhecida frase de Lima Figueiredo é tradução mui fiel:

"Se a vida de Caxias pudesse ser representada por uma figura, esta seria a da linha reta".

"De 1878 a 1880, é a penumbra, o afastamento do bulício da Corte, os derradeiros dias do guerreiro no seio da família.

6 — A GLÓRIA DE CAXIAS

Os traços que mais fortemente marcaram sua vida foram, sem dúvida, a bondade transbordante, a magnanimidade sem limites.

De uma feita, ao término da Guerra Dos Farrapos, em Bagé, onde chegara após estrondosa vitória, perguntou-lhe o vigário da terra, a que horas ordenava o "Te-Deum".

Não se fêz esperar a nobre resposta:

"Reverendo! Precedeu a êste triunfo derramamento de sangue brasileiro. Não conto como troféus desgraças de concidadãos meus. Guerreiro dissidentes, mas sinto as suas desditas e choro pelas vítimas como um pai por seus filhos. Vá, reverendo, vá! em lugar do "Te-Deum" celebre missa de defuntos.

que eu, com o meu Estado-Maior e a tropa que na sua igreja couber, irei amanhã ouvir-lha, por alma dos nossos irmãos iludidos, que pereceram no combate".

Outra vez, na Guerra do Paraguai, deixemos falar Osvaldo Orico:

"Os brasileiros acampados no vale, lutavam heróicamente para desalojar os paraguaios colocados em magníficas defesas no topo da montanha. Temperatura baixa. Os aguaceiros empapavam o terreno. Sob uma laranjeira, ali perto, Caxias dirigia o combate e estimulava com sua presença o ânimo dos soldados.

Estava ali, com eles, sem leito nem alimentos, exposto à chuva e ao frio; quando lhe aparece pela frente um ordenança, trazendo com infinito cuidado uma xícara de café quente que enviava da retaguarda o Dr. Bonifácio de Abreu, um dos médicos militares, a fim de tonificar-lhe o organismo e preservá-lo de qualquer achanço.

Ao General, sorriria, naturalmente, a idéia de servir a útil rubiácea. Naquela hora, com aquele frio, uma xícara de café para o combatente seria mais preciosa que uma tâmara e um pouco de água para o viajante no meio do deserto.

Esquentaria o corpo e contentaria o estômago de qualquer um.

Entretanto, refletiu, era uma odiosa exceção que se abria para ele. Voltando-se para o ordenança que, sob o risco das balas, chegara até ali, disse com simplicidade:

"Beha você, camarada. Precisa mais do que eu".

E, dirigindo-se aos oficiais do seu Estado-Maior ali presentes:

— "Não devo ter regalias quando os meus soldados combatem também com frio e fome".

Caxias morreu a 7 de maio de 1890, na Fazenda de Santa Mônica, Estação do Desengano, Rio de Janeiro.

Afonso de Carvalho, em sua Biografia de Caxias, descreve os últimos momentos do General, com uma beleza que toca e emociona o coração do leitor:

"O Duque pressente que vai morrer. Seu olhar, esgazeado, percorre todo o aposento, como à procura dos veteranos da Guerra do Paraguai para dizer-lhes adeus.

Não está presente seu corneteiro negro da Batalha de Avaí, para dar, agora, o toque de silêncio...

Brasileiros! Está morrendo o maior dos seus Generais.

Mas em lugar de um clarim, é o sino da igreja de Desengano que se ouve pedindo uma oração.

É que Caxias não perece como um guerreiro. Morre como um santo".

Por disposição testamentária, Caxias dispensou as honras fúnebres a que tinha direito, pedindo, apenas, para ser levado à última morada por 6 soldados rasos, escolhidos dos mais antigos e de melhor conduta dos Corpos da Guarnição.

As mãos que o ajudaram a subir ao fastígio seriam as mãos que o levariam ao túmulo.

A morte foi a porta que se abriu para a Imortalidade.

Sua espada vitoriosa e serenidade cívica lhe burilaram — "Inaeternum" — o nome no mármore da História. Os feitos magníficos rasgaram os espaços; estão passando por nós; irão, levados pela "aura popular", alcançar a memória dos pósteros com fulgor sempre crescente.

No Rio de Janeiro, defronte ao Ministério da Guerra, repousam seus restos no Panteão Nacional, após exumados e trasladados do Cemitério do Catumbi, numa série inesquecível de solenidades em "Majestosa Apoteose".

Quanta fonte de inspiração, para o momento atual, encerra a vida do insigne Duque!

Quantas lições contém o livro aberto que foi a sua existência!

De Caxias poderia dizer-se o que se lê na inscrição de centenas de estátuas de George Washington:

"Primeiro na paz, primeiro na guerra, primeiro no coração dos seus compatriotas".

Nossa obrigação não se resume, apenas, em admirar-lhe os feitos e em recordá-los em solenidades mais ou menos crebras: é seguir o altíloquo exemplo de sua vida; é ser bom, justo, bravo, magnâni-

mo, disciplinado, patriota, crente em Deus Todo Poderoso e dedicado à Família.

Lá, da mansão dos bons e dos justos onde está — Caxias repete a cada instante as palavras imortais:

"Sigam-me os que forem verdadeiros Brasileiros!".

E nós, Soldados do Brasil! Havemos de seguir, mais uma vez, a Caxias — Para Glória da Nossa Classe e Engrandecimento da Pátria!

BIBLIOGRAFIA

- | | |
|------------------------------------|--|
| 1 — Vilhena de Moraes | Caxias em São Paulo |
| 2 — Afonso de Carvalho | Caxias |
| 3 — Benício da Silva, Valentim .. | Caxias |
| 4 — Eudoro Berlinck | Caxias |
| 5 — Pinto de Campos, Joaquim .. | Caxias |
| 6 — Bormann, José Bernardino ... | Guerra do Paraguai |
| 7 — Cordolino, Pedro F. de Azevedo | História Militar do Brasil |
| 8 — Genserico de Vasconcelos | História Militar do Brasil |
| 9 — Lima Figueiredo | Grandes Soldados do Brasil |
| 10 — Oswaldo Orico | O Condestável do Império |
| 11 — Biblioteca Militar | Comemoração do Dia do Soldado |
| 12 — Tasso Fragoso, Augusto | A Revolução Farroupilha |
| 13 — Pimentel, Joaquim S. D'A .. | Episódios Militares |
| 14 — Carlos Maul | O Exército e a Nacionalidade |
| 15 — Dionísio Cerqueira | Reminiscência da Guerra do Paraguai |
| 16 — Almanaque do Exército | |
| 17 — Revista Militar Brasileira — | 1950 |
| 18 — Revista Militar Brasileira — | Edição Comemorativa da Trasladação dos Restos Mortais do Duque de Caxias para o Panteão Militar. |

CONCEITOS BÁSICOS DO ATAQUE

O presente artigo apresenta um tema tático, organizado à base de casos esquemáticos e extraído de um exercício de demonstração, levado a efeito na ECEME para o ensino dos conhecimentos fundamentais do ataque.

CASO ESQUEMATICO N. 1

1. SITUAÇÃO GERAL

O 3º CEx Azul (7ª DI, 8ª DI, 9ª DI) progride para o N, com a missão de conquistar a localidade T (grande centro industrial e político). (Ver fig. 1).

O inimigo vem opondo à nossa progressão uma resistência organizada, obstinada e agressiva. Tem realizado ações de retardamento, particularmente nas estradas, e empregado habilmente Inf, Bld e Art, em conjunto com demolições e minas. Pequenos grupos defendem tenazmente as regiões importantes do terreno.

O E2/3º CEx estima que o inimigo possa realizar ações de retardamento, defendendo sua atual posição e posições sucessivas, a fim de evitar a conquista de T.

As forças Azuis dispõem de superioridade aérea. A FAe Vermelha tem possibilidades de manter o reconhecimento aéreo e lançar eventuais ataques.

2. ESCOLHA DE OBJETIVOS

a) 1ª Situação Particular

Às 0600 de 18 Abr, o Cmt da 9ª DI (tipo I) recebeu a seguinte mensagem do Cmt do 3º CEx, tendo em vista o ataque a ser desencadeado no dia 19 (Ver fig. 1):

"Ultrapassando Elm contacto (vg) 9ª DI conquistará Loc Y e alturas que a enquadram (vg) limpará Estr X—Y (EPS) (vg) ficará em condições de prosseguir para T (pt). Contará (vg) desde já (vg) seguintes Ref (ptpt) 301º GO 105 AR e 401º GO 155 AR (pt) Hora do ataque (ptpt) 061519 Abr (pt)."

O ataque da 9ª DI pode receber o necessário apoio logístico.

A previsão meteorológica até 0600 de 23 Abr consigna:

— tempo bom,

— temperatura máxima de 22º.

Lua cheia a 22 Abr

ICMN — 0600

ICMC — 0620

FCVC — 1740

FCVN — 1800

O Rio Azul é obstáculo para Inf e para CC, a NE da localidade de U.

(2) As características básicas de um objetivo são as seguintes:

- sua conquista deve poder ser feita dentro dos limites de tempo e espaço impostos pela missão fixada;
- sua posse deve assegurar a destruição do inimigo nas próprias posições ou, pelo menos, a ameaça de sua conquista deve compeli-lo a evacuá-las;
- permitir a convergência de esforços;
- ser facilmente identificável;
- sua conquista deve facilitar as operações ulteriores previstas.

(3) Os mais importantes fatores para o estabelecimento de um objetivo são:

- a profundidade da PR inimiga, pois, normalmente, é marcado um objetivo que caracteriza a penetração, o desbordamento ou o envolvimento da posição inimiga;
- mudança de ritmo ou de articulação no dispositivo de ataque;
- a necessidade de proteger a progressão de um RI ou escalão de ataque, cuja *segurança* determina a conquista de determinada região na zona de ação de outro ou a manutenção de um ritmo uniforme na progressão;
- mudança de *direção* do ataque.

Obs.: É preciso ter bem presente que um objetivo não deve ser marcado sem que haja uma razão ponderável que justifique sua existência.

(4) Em um desbordamento, o objetivo principal deve:

- estar suficientemente afastado do objetivo de fixação, de sorte que a tropa desbordante não se torne diretamente envolvida na luta contra essas posições;
- estar suficientemente próximo do objetivo de fixação, de sorte que este se torne insustentável com a conquista daquele;
- possibilitar cortar a linha de transporte, visando a impedir o retraimento e a vinda de reforços.

(5) Em uma penetração, o objetivo deve:

- destruir a continuidade das resistências organizadas do inimigo;
- facilitar o emprego das armas combinadas e a concentração dos fogos;
- facilitar o posterior alargamento da brecha e aproveitamento do êxito.

(6) Características de cada uma das regiões, apresentadas na Figura 1, como objetivos:

Região 1

Boas características:

- é facilmente identificável;

— sua conquista pode ser feita dentro dos limites de tempo e espaço impostos na missão;

— é um ponto dominante do terreno;

— assegura controle sobre a rede de estradas;

— sua conquista garantirá a destruição do inimigo em suas atuais posições ou o obrigará a retrair-se;

— permite convergência de esforços.

Más características:

— para o prosseguimento, suas vistas ficam limitadas logo à frente pela cota 648;

— é dominada pelas vistas de 830 — 648 — 730 — 965.

Região 2

Boas características:

— é um centro de transportes à retaguarda das posições inimigas;

— é facilmente identificável;

— pode ser conquistada dentro de limites satisfatórios de tempo e espaço.

Más características:

— não é um ponto dominante do terreno;

— sua conquista não garantirá a destruição do inimigo em suas atuais posições, nem a ameaça de sua conquista forçará o inimigo a retrair-se;

— não facilita a convergência de esforços;

— não favorece o prosseguimento do ataque;

— é uma localidade e não poderá ser considerada como conquistada enquanto não forem dominadas as alturas que a enquadram.

Região 3

Boas características:

— é um ponto dominante do terreno na retaguarda do inimigo;

— domina as estradas que conduzem a essa região;

— é facilmente identificável;

— sua conquista garantirá a destruição do inimigo em suas atuais posições ou a ameaça dessa conquista obriga-lo-á a retrair-se;

— caracteriza o envolvimento da PR inimiga;

— facilita a convergência de esforços;

— favorece o prosseguimento do ataque;

— pode ser conquistada dentro de limites compatíveis de espaço e tempo.

Região 4

Boas características:

- é um ponto dominante do terreno;
- controla a estrada R-V, facilitando o prosseguimento do ataque;
- sua conquista garantirá a destruição do inimigo em suas atuais posições ou a ameaça dessa conquista obrigá-lo-á a evacuar a posição.

Más características:

- muito profundo, exige um esforço grande da unidade encarregada do ataque principal e dificulta a coordenação das ações;
- difícil convergência de esforços;
- sua conquista não pode ser encarada sem a posse antecipada ou simultânea de cota 648.

3. DISTRIBUIÇÃO DAS FORÇAS E FORMA DE MANOBRA

a) 2ª Situação Particular

O Cmt da 9ª DI decidiu conquistar inicialmente o objetivo 3.

Está agora considerando os problemas de distribuição das forças e a forma de manobra.

b) 2º Pedido

(1) Todo ataque compreende um esforço principal e um ou vários esforços secundários.

- (a) Qual a finalidade do esforço principal?
- (b) Qual a finalidade do esforço secundário?

(2) As duas formas básicas da manobra ofensiva são o desbordamento e a penetração.

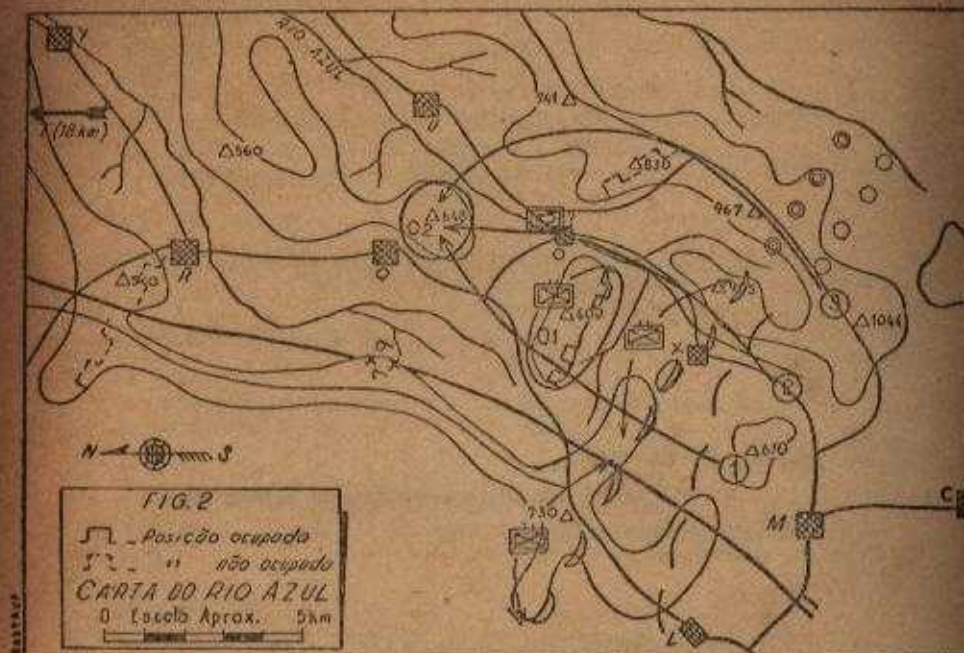
- (a) Que caracteriza o desbordamento?
- (b) Que caracteriza a penetração?
- (c) Quando a penetração deve ou pode ser empregada?

(3) Considerando a 2ª Situação Particular, relacione as vantagens e desvantagens de cada uma das linhas de ação abaixo, tendo em vista a realização do esforço (Figura 2):

- (a) Atacar com esforço na direção 1.
- (b) Atacar com esforço na direção 2.
- (c) Atacar com esforço na direção 3.
- (d) Atacar com esforço nas direções 1 e 3.
- (e) Qual das linhas de ação acima o Sr. escolheria? Por quê?
- (4) Que ataque(s) secundário(s) o Sr. realizaria? Justificar.

c) Uma Solução ao 2º Pedido

- (1) (a) O ataque principal visa a:
 - conquistar o objetivo principal;
 - destruir a força inimiga.



- (b) O ataque secundário, com objetivo normalmente limitado, visa a:
- fixar o inimigo em posição;
 - obrigar o adversário a empregar suas reservas em condições desfavoráveis de tempo e local;
 - impedi-lo de reforçar os elementos que fazem face ao nosso ataque principal;
 - conquistar objetivos que contribuam para o sucesso do ataque principal.

(2) (a) O desbordamento tem as seguintes características:

- o esforço principal é dirigido contra o flanco ou a retaguarda das forças inimigas e visa a um objetivo na retaguarda da posição adversária;
- o esforço secundário é dirigido, frontalmente, contra a posição inimiga.

(b) A penetração tem as seguintes características:

- o esforço principal é dirigido contra uma área ocupada pela força principal do inimigo, visando a um objetivo em sua retaguarda;
- o esforço secundário é dirigido sobre áreas nas quais uma ruptura inicial não é procurada.

(c) O ataque de penetração:

- deve ser empregado quando os flancos inimigos são inacessíveis ou não há condições de prazo suficientes para permitir um desbordamento;

— pode ser empregado quando o inimigo está em uma frente demasiadamente extensa e as condições de terreno e da observação facilitam o emprêgo eficiente das armas combinadas.

(3) No caso concreto considerado são as seguintes as vantagens e desvantagens das linhas de ação mencionadas:

(a) Atacar com esforço na direção 1:

Vantagem:

— permite a utilização de blindados;

Desvantagens:

— existência de compartimentos transversais;

— atua onde o inimigo está mais forte e melhor preparado para resistir;

— é dominada pela observação e fogos do inimigo;

— a manobra fica restrita pelo limite W da Div;

— força o inimigo a recuar sobre a sua própria linha de transportes, em vez de cortar a sua retirada e destruí-lo;

— não tira vantagem do flanco exposto do inimigo.

(b) Atacar com esforço na direção 2:

Vantagens:

— é a mais curta via de acesso ao objetivo;

— permite a utilização de blindados;

— é uma direção bem definida.

Desvantagens:

— atua onde o inimigo está mais forte e melhor preparado para resistir;

— é dominada pela observação e fogos do inimigo;

— força o inimigo a retrair-se sobre a sua própria linha de transporte;

— não tira vantagens do flanco exposto;

— entesta duas localidades que podem dificultar a manobra;

— restringe o movimento, em parte, pela existência do curso de água;

— o esforço não é dirigido, inicialmente, sobre o ponto-chave mais importante da defesa.

(c) Atacar com esforço na direção 3:

Vantagens:

— evita, inicialmente, a parte mais forte da posição inimiga;

— utiliza uma via de acesso favorável;

— conquista, desde o início, acidentes capitais e mantém-se sobre o terreno dominante;

— o inimigo será obrigado a mudar o seu dispositivo, para resistir;

— atua onde o inimigo é mais fraco;

— tira vantagem do flanco exposto do inimigo e, em consequência, oferece maior oportunidade para destruí-lo.

Desvantagens:

— limita, de certo modo (existência do rio), o emprêgo dos blindados;

Desvantagens:

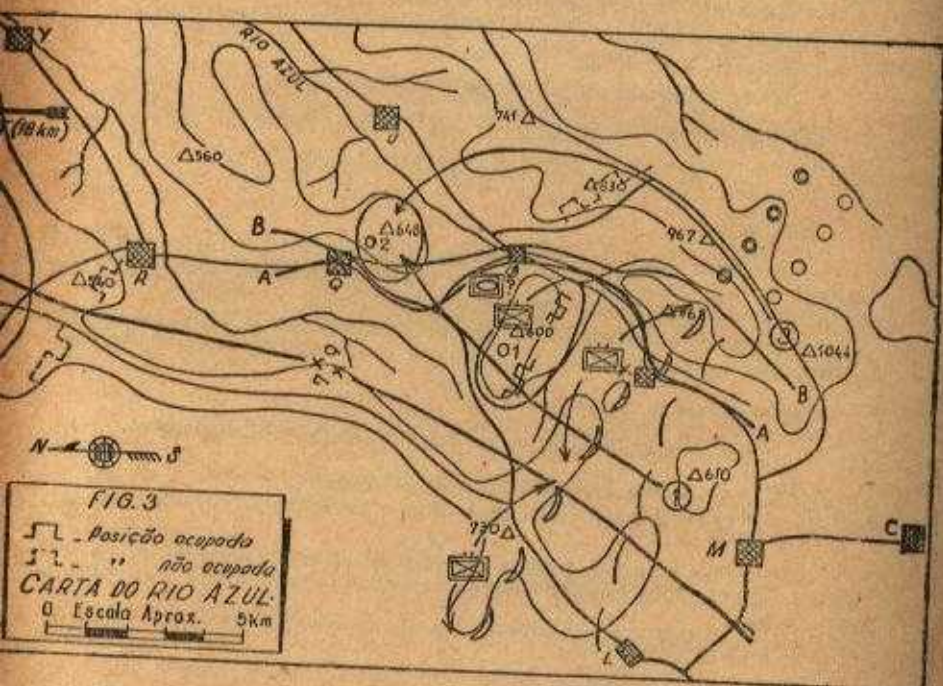
- não assegura, ao comando divisionário, reserva adequada às necessidades de sua manobra; não garante suficiente flexibilidade à manobra, nem continuidade e segurança ao ataque;
- dificulta, ao máximo, o contróle.

(5) Escolheria a primeira linha de ação estudada, isto é, dois RI em primeiro escalão e um RI em segundo.

3. ZONAS DE AÇÃO

a) 4ª Situação Particular

O comandante da 9ª DI decidiu realizar o ataque nas condições mencionadas no número anterior. Está agora estudando o problema das zonas de ação a atribuir às unidades de 1º escalão. (Ver fig. 3)



b) 4º Pedido

- (1) Quais as condições a que deve atender uma zona de ação de unidade atacante?
- (2) De que fatores depende a extensão dessa zona de ação?
- (3) Relacione as vantagens das linhas AA e BB, como limites entre os RI em 1º escalão, no atual caso concreto.
- (4) Qual dos limites o senhor escolheu?

c) *Uma Solução ao 4º Pedido*

(1) Uma zona de ação deve:

— incluir a frente de ataque da unidade, de acôrdo com o plano de manobra adotado;

— ser balizada por limites claramente identificáveis no terreno;

— estender-se além do objetivo, no mínimo, a uma profundidade compatível com a cooperação dos fogos de apoio necessários à conquista e consolidação do referido objetivo;

— enquadrar-se nas possibilidades da unidade que a recebe e, sempre que possível, incluir, inteiramente, conjuntos táticos, pontos críticos do terreno e estradas que a eles vão ter.

(2) No ataque, a largura da frente de uma unidade depende dos seguintes fatores:

— missão;

— tipo do armamento;

— mobilidade;

— valor;

— apoio de fogos à unidade;

— terreno;

— resistência inimiga.

(3) Vantagens e desvantagens das linhas AA e BB, como limites entre os RI de 1º escalão:

(a) *Linha AA:*

Vantagem:

— é facilmente identificável.

Desvantagens:

— divide a responsabilidade da conquista das localidades;

— divide a responsabilidade da liberação da estrada;

— aumenta a zona de ação do ataque principal;

— obriga o RI encarregado do ataque principal a desviar meios para conquistar a região da cota 965, que está ocupada pelo inimigo, em posições preparadas;

— impede o ataque secundário de utilizar uma outra via de acesso (cota 965 — cota 600), ligada à proteção de seu flanco e que não interessa ao ataque principal.

(b) *Linha BB:*

Vantagens:

— define a responsabilidade pela conquista das regiões capitais do terreno;

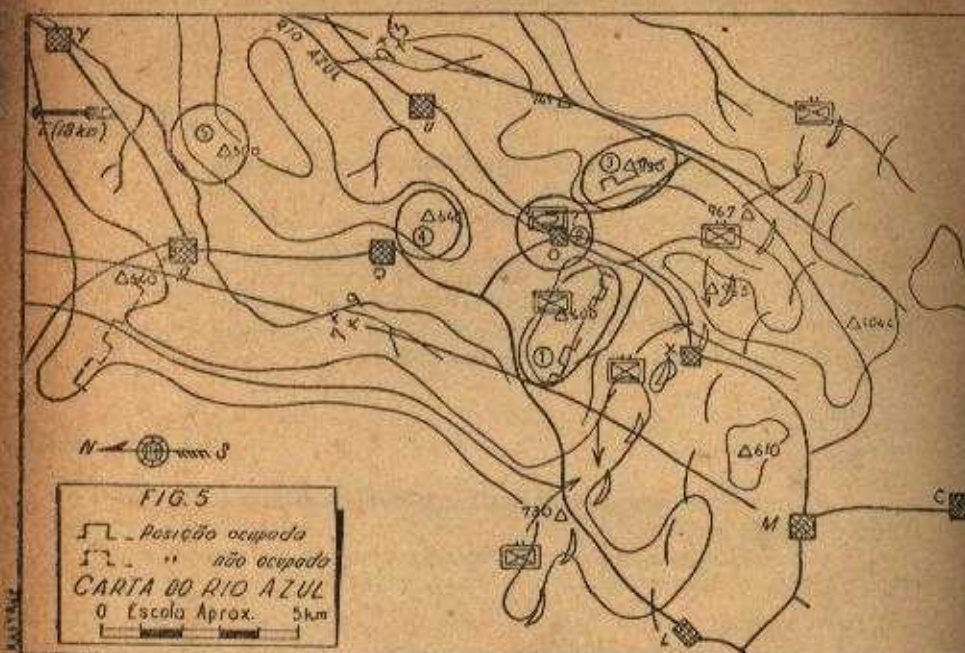
— é, também, facilmente identificável no terreno;

— diminui a zona de ação do RI encarregado do ataque principal.

Desvantagem:

— nenhuma, aparentemente.

(4) Pela análise das vantagens e desvantagens apresentadas, escolheria o limite definido pela linha BB.



3. PEDIDO

a) A Figura 5 mostra as regiões que estão sendo consideradas pelo Cmt da 9ª DI como objetivos a serem fixados para o ataque do dia 19. Abr.

Que regiões o Sr. escolheria como objetivos iniciais para o ataque? Por quê?

b) Considerando que o Cmt da 9ª DI decidiu realizar o ataque com esforço a E, com o 2 RI em 1º escalão, relacione as vantagens e desvantagens das linhas AA, BB e BCB, como limites entre os RI de 1º escalão (Figura 6).

Que limite o Sr. escolheria?

4. UMA SOLUÇÃO

a) Escolheria os objetivos 1 e 3, porque :

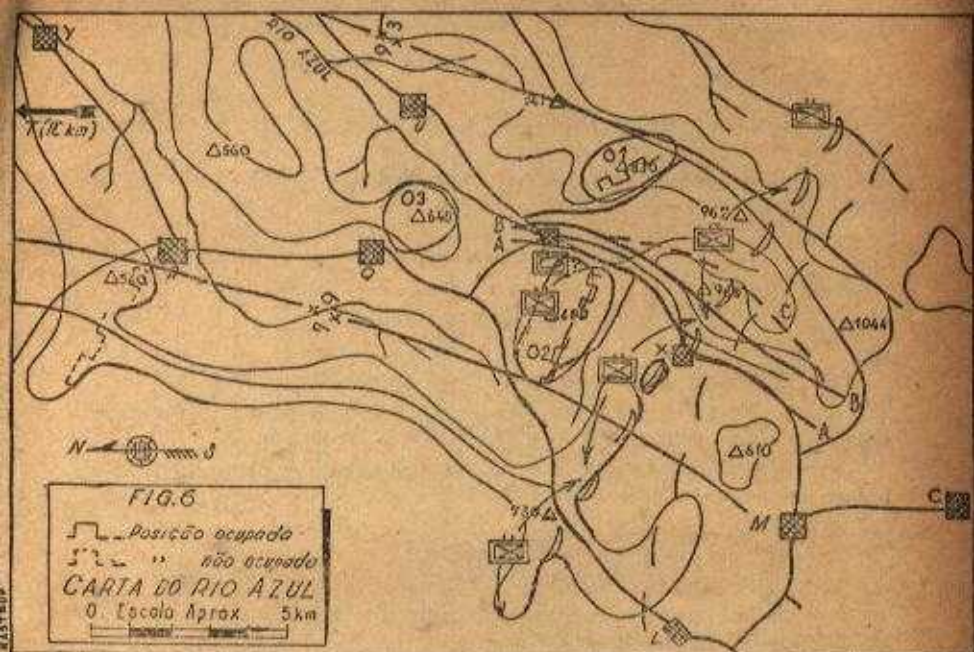
- concretizam o limite posterior das resistências organizadas do inimigo, e sua conquista impedirá a continuidade dessas resistências;
- há previsão de mudança de ritmo e de articulação do ataque ao ser atingida essa linha.

b) Vantagens e desvantagens das linhas AA, BB e BCB:

(1) Linha AA:

Vantagens:

- facilmente identificável;



— possibilita a conquista da cota 965 pelo RI de E (outra via de acesso que permite o ataque à cota 850).

Desvantagens:

- divide a responsabilidade da conquista das localidades e da abertura da estrada;
- aumenta a zona de ação do RI encarregado do ataque principal, tornando-a maior que a do RI do ataque secundário.

(2) Linha BB:

Vantagens:

- permite ao RI de E a utilização de mais uma via de acesso, a de cota 965;
- não divide a responsabilidade da conquista das localidades e da abertura da estrada;
- dá ao RI do ataque principal uma zona de ação menor que a do RI do ataque secundário.

Desvantagem:

- nenhuma aparentemente.

(3) Linha BCB:

Vantagens:

- não divide a responsabilidade da conquista das localidades e da abertura da estrada;

— diminui ainda mais a largura da ZAç do RI encarregado do ataque principal.

Desvantagem:

— não possibilita ao RI de E a utilização da via de acesso de cota 965.

(4) Pela análise apresentada, escolheria o limite definido pela linha BB.

CASO ESQUEMATICO N. 3

1. SITUAÇÃO

a) O 1º CEx acha-se em progressão para o N.

b) A 20ª DI, reserva do CEx, recebeu ordem para pôr-se em condições de ultrapassar a 55ª DI e conquistar a localidade Q.

c) O Sr. é o Cmt da 20ª DI e está estudando o plano do E3 para a fase inicial do ataque (Ver Figura 7).

2. PEDIDO

a) Que objetivo o Sr. consideraria, para a fase inicial da operação? É um objetivo apropriado? Por quê?

b) O plano permite a unidade de esforços? Por quê?

c) O plano assegura um esforço principal e um secundário? Como?

d) Baseia-se o plano em uma penetração? Explanar.

e) É feita uma utilização apropriada do terreno? Por quê?

f) O dispositivo adotado é satisfatório? Por quê?

g) O limite entre os RI está bem localizado? Por quê?

h) A reserva está bem localizada? Por quê?

3. UMA SOLUÇÃO

a) O Objetivo 1. Trata-se de um objetivo bem apropriado porque:

(1) É um acidente crítico do terreno, situado de modo que sua conquista eliminará a resistência inimiga e facilitará a destruição do adversário. A ameaça de sua captura poderá obrigar o inimigo a evacuar sua posição ou deslocar suas forças para fazer face a nosso ataque.

(2) É facilmente identificável.

(3) Sua captura facilita operações ulteriores.

b) Sim. A conquista do Objetivo 2 é essencial para assegurar o ininterrupto avanço da 20ª DI, permitindo que utilize a estrada principal para o N. Aos regimentos de 1º escalão são atribuídas missões que contribuem, ao máximo, para a consecução da missão divisionária.

c) Sim. O 58º RI faz o esforço principal e o 59º RI o esforço secundário.

— a zona de ação mais larga;

— a menos favorável via de acesso.

d) Sim, os flancos da posição são inacessíveis.

e) Sim, a mais favorável via de acesso foi atribuída ao regimento do esforço. As alturas necessárias para a utilização das armas combinadas são conquistadas, o mais cedo possível, na operação, e a observação é mantida em todo o decorrer do avanço.

f) Sim, a situação indica que, pelo menos, dois regimentos serão indispensáveis para desenvolver a potência necessária à progressão desejável do ataque. Por outro lado, a presença de uma unidade inimiga não identificada, com valor aproximado de regimento, exige que uma forte reserva seja mantida para assegurar a continuidade do ataque e fazer face a futuras contingências.

g) Sim. O limite:

— é facilmente identificável no terreno;

— inclui as frentes de ataque previstas no plano de manobra;

— foi estendido, além do objetivo, a uma profundidade compatível com a coordenação necessária dos fogos de apoio;

— não divide a responsabilidade de conquista de acidentes críticos do terreno e de utilização das estradas que a eles têm acesso, consoante as possibilidades das unidades atacantes.

h) Sim. Porque:

— goza da máxima proteção contra os fogos e a observação do inimigo;

— dispõe de uma boa rede de estradas;

— acha-se em condições de fácil e rápido emprêgo;

— favorece ao esforço principal do ataque.

A EVOLUÇÃO DA TÁTICA BLINDADA

RICHARD M. OGORKIEWICZ
("Military Review" — Fev. 58)

O progresso realizado nos modelos dos carros de combate é geralmente tangível e prontamente reconhecido. A tática dos carros de combate, porém, é mais vaga e seu progresso tende a passar despercebido. Não obstante, através dos anos, tem havido na tática uma evolução tão importante como na dos modelos dos carros de combate, e essa evolução é de interesse considerável, tanto sob o ponto de vista de uma apreciação do caminho já percorrido, quanto da atual posição dos blindados.

O carro de combate nasceu durante a 1ª Guerra Mundial num ambiente de frentes contínuas e estáticas, em condições próximas das de sítio. Era natural, portanto, que o seu método original de emprego tivesse sido o de ataques frontais.

O primeiro desses ataques, lançado pelos carros de combate ingleses em 15 de setembro de 1916, foi, de fato, executado pelo avanço atrás de uma barragem rolante de artilharia, e logo à frente da infantaria atacante; a missão principal dos carros era a destruição dos ninhos de metralhadoras que escapavam do bombardeio da artilharia. Embora os carros de combate fossem muito poucos e demasiadamente dispersos para conseguirem um êxito importante, essa primeira ação estabeleceu o padrão para a sua forma mais simples de emprego, num ataque normal de artilharia-infantaria.

Do ataque frontal, e da pequena penetração que conseguiu, o emprego dos carros de combate evoluiu gradualmente para pene-

tração tática. Esta foi realizada pelos carros ingleses em Cambrai, em 1917, e em Amiens, em 1918, em cada uma das quais, mais de 300 carros de combate foram utilizados em frentes relativamente estreitas. As defesas adversárias foram saturadas, face a um número de carros maior do que podiam enfrentar. Ainda mais, tudo foi tentado para assegurar a surpresa, e o usual bombardeio prolongado da artilharia, que até então anunciava qualquer ofensiva importante, não foi empregado. A considerável quantidade de artilharia, que chegava a quase um canhão por cada dez metros da frente, abriu fogo pouco antes do ataque dos carros de combate, e se empenhou principalmente nas ações de contrabaterie. Os carros destruíram o cinturão de arame farpado à frente das trincheiras e pontos fortes adversários, abrindo caminho para a infantaria, que seguia bem de perto a única vaga de carros de combate atacantes, um carro para cada 40 ou 70 metros de frente.

"Plano 1919"

Em ambos os casos foi conseguida a penetração das linhas de defesa inimigas, mas o sucesso geral foi limitado pela falta de meios adequados de aproveitamento do êxito: a cavalaria hipomóvel não pôde progredir nem contra algumas metralhadoras dispersas, e os carros de combate existentes eram lentos demais e tinham um raio de ação muito limitado. Todavia, com a construção de carros de combate médios mais ligeiros, surgiu um

meio não só de se aproveitar o êxito dos carros pesados de assalto, como de se aperfeiçoar a técnica de ataque. Ambos os aperfeiçoamentos foram incorporados no "Plano 1919", apresentado pelo Chefe de Estado-Maior do Corpo de Carros de Combate Inglês, General J. F. C. Fuller, e aprovado em princípio pelo comandante-em-chefe aliado. Em essência, o plano previa um aprofundamento do ataque de carros, pelo emprêgo de pelotões ou companhias dos rápidos carros de combate médios D através das linhas adversárias, para atacarem os postos de comando inimigos. Os carros pesados deveriam atacar frontalmente e abrir caminho para o grosso dos carros médios, seguidos de infantaria motorizada para o aproveitamento do êxito.

A 1ª Guerra Mundial terminou antes que o "Plano 1919" pudesse ser pôsto em execução. Uma tática de ataque frontal elaborada pelo exército francês teve igual destino. Suas características principais eram a divisão de missões entre os carros de combate em primeiro escalão e os que os seguiam protegendo a infantaria, e a criação de duas categorias correspondentes de carros de combate. Os carros leves **Renault F. T.**, próprios para o acompanhamento da infantaria, já existiam. Para o primeiro escalão da penetração, os franceses estavam construindo os poderosos carros de combate de 76t 2C, duas vezes mais pesados que qualquer carro de combate inglês da época.

Emprêgo dos carros leves

Na realidade, algo desta técnica de ataque fôra prenunciado na organização das brigadas de carros de combate dos E. U., proposta em 1918, que deviam ser constituídas de um batalhão de carros de combate pesados, do tipo inglês, e dois de carros de combate leves do tipo francês. Esta concepção foi materializada depois da 1ª Guerra Mundial, com a criação de unidades americanas de

carros de combate, equipadas com o carro pesado de projeto inglês, **Mark VIII**, e com o carro de combate leve **M 1917**, inspirado no **Renault**. Os franceses, todavia, construíram apenas 10 carros de combate pesados 2C e, depois da guerra, à proporção que os métodos da guerra de trincheira eram gradualmente suplantados pelas idéias baseadas no combate mais disperso, o carro pesado de penetração foi sendo pôsto de lado.

Isto deixou o campo livre para os carros de combate leves, de acompanhamento da infantaria, que vieram a dominar de 1920 até quase 1940. O Exército Francês, que os criara e que possuía um estoque de aproximadamente 3.000 **Renault F. T.**, foi o principal utilizador desse tipo de carros de combate. Contudo, em parte como consequência do seu baixo custo, e por constituir a base de conceitos estabelecidos, foi também adotado pela maioria dos outros exércitos.

O método de emprêgo típico dos carros leves era em reforço, um batalhão por divisão de infantaria, com a atribuição de uma companhia a cada batalhão de infantaria no ataque. A companhia de carros tinha uma frente normal de 300 a 600 metros, e avançava numa única vaga, um pouco à frente da infantaria. Os carros, no acompanhamento, eram estreitamente presos à infantaria a pé — sendo regulados pela velocidade e resistência desta última — e sua tarefa principal era neutralizar as armas automáticas inimigas que detinham a progressão dos fuzileiros.

Emprêgo de carros mais pesados

As possibilidades e o rendimento desses carros de combate eram extremamente limitados, e, após algum tempo, a idéia de encabeçar o ataque com carros de combate mais poderosos ganhou nova força. Desta vez, contudo, não foram mais denominados carros de combate de penetração. Em vez disso, a nova ou renas-

cente categoria de carros de combate mais poderosos foi batizada pelos franceses de **chars de manœuvre d'ensemble**, que correspondia, na mesma época, aproximadamente à concepção do Ex dos E. U., dos carros de combate de primeiro escalão, cujo exemplo foi o carro de combate pesado francês de tipo B, da década dos trinta.

Como os carros leves de acompanhamento, esses carros de combate mais poderosos eram empregados por companhias e batalhões, mas não em tão estreito contato com as unidades de infantaria. Ainda mais, em vez de ficarem subordinados às pequenas unidades de infantaria, esses carros de combate eram empregados pela divisão ou C Ex na direção do esforço principal. Sendo melhor armados e mais resistentes aos ataques, deslocavam-se em geral à frente dos carros leves de acompanhamento da infantaria, destruindo as armas pesadas inimigas, canhões anticarros e carros de combate.

Essa tática, baseada em dois escalões de carros, tornou-se o padrão mais avançado de seu emprego nos ataques frontais, em combinação com a infantaria, mesmo quando não se possuíam duas categorias diferentes de carros. Em qualquer caso, a característica fundamental era o escalonamento dos carros de combate em duas vagas, a primeira avançando o mais rapidamente possível até o objetivo e o dominando, e a segunda permanecendo próximo e à testa da infantaria.

Tática inicial russa

Os russos foram além dos franceses. Durante a década dos trinta, adotaram um sistema tático semelhante, mas incorporaram algo da tática de incursões, proposta em 1918 para os carros de combate médios ingleses D. Assim, em contraste com as duas categorias de carros de combate franceses, os russos tinham três. Primeiro vinham os N. P. P., ou carros de

combate de apoio imediato à infantaria, cuja missão correspondia à dos **chars d'accompagnement** e que eram encontrados nos batalhões de carros de combate leves divisionários. Em seguida, os **D. P. P.**, ou carros de combate de apoio afastado, que correspondiam mais ou menos aos **chars de manœuvre d'ensemble**, que deviam atacar mais profundamente e mais independentemente da infantaria. Finalmente, havia os carros de combate **D. D.**, que deviam penetrar rápida e profundamente na área defensiva do inimigo para atacar os postos de comando, a artilharia e as reservas.

A tática blindada soviética daquela década representava o sistema mais altamente desenvolvido, surgido diretamente dos métodos da 1ª Guerra Mundial, e a forma mais aperfeiçoada de emprego dos carros de combate sob o controle da infantaria. Em teoria, a tática previa o ataque de carros em toda a profundidade do sistema defensivo inimigo, e os **D. D.** — e, em menor grau, os **D. P. P.** — podiam atuar mais independentemente e fazer melhor uso de sua mobilidade. Todavia, o ritmo e a profundidade total do ataque ainda dependiam da infantaria a pé. Ainda mais, embora fosse previsto o emprego de até duas brigadas de carros em apoio a uma divisão de infantaria, eles não eram empregados em massa, mas distribuídos em companhias e batalhões, pelas unidades de infantaria. Assim, embora existissem brigadas e, mesmo, corpos de carros de combate, dificilmente atuavam como tais, e seus estados-maiores, como os das brigadas inglesas de carros de combate da 1ª Guerra Mundial, eram pouco mais que grupos de consultores dos comandantes de infantaria.

Os ingleses desenvolvem a modalidade

Enquanto os franceses e russos desenvolviam táticas de carros de combate estreitamente vinculadas à infantaria, e visando à penetra-

ção em frentes estáticas contínuas, os ingleses tomavam a dianteira no desenvolvimento de métodos mais independentes e mais móveis. As experiências no terreno começaram em 1927, e um largo passo foi dado com a organização de uma brigada de carros de combate, unidade tática — e não meramente administrativa. Ela se tornou o primeiro exemplo de emprego emassado e móvel dos blindados, com quatro batalhões de carros de combate manobrando juntos, sob um único comando.

A brigada de carros de combate do Real Corpo de Carros de Combate era constituído apenas de carros — leves, para o patrulhamento, médios, para o ataque e armados de obuses, para o estabelecimento de cortinas de fumaça. Os planos para as operações da brigada de carros de combate previam o seu emprego como força móvel, contra os flancos e a retaguarda inimiga, em incursões de inquietação e no aproveitamento do êxito. Na ausência de intervalos ou flancos convenientes, deveria atuar nas brechas criadas para ela pelas outras unidades. O emprego da brigada de carros era, em consequência, limitado às circunstâncias favoráveis. Sem dúvida, poderia produzir estragos atirando nas instalações de retaguarda do inimigo, como teria feito o carro de combate D em 1919, mas sozinho, não conseguiria resultados decisivos. Dotada apenas de carros de combate, não muito poderosos, e sem outras armas, não poderia cumprir mais que uma missão móvel limitada. As mesmas objeções eram aplicáveis à primeira unidade mecanizada dos E.U., a 7ª Brigada de Cavalaria, da década dos 30, e às brigadas mecanizadas soviéticas do período em que foram empregadas como cavalaria e não nas operações de penetração.

Como primeiro passo para a maior mobilidade no emprego dos carros de combate, a adição das limitadas missões da cavalaria a cavalo, pelas primeiras unidades

blindadas, foi bastante sensata. Não havia, porém, razão para não se ampliar gradualmente o campo de atividades das unidades blindadas. Em vez disso, o que aconteceu na Grã-Bretanha, por exemplo, foi a divisão arbitrária estabelecida entre as operações ofensivas contra as posições inimigas fortemente defendidas e as operações móveis. As unidades foram divididas, em consequência, em duas categorias correspondentes: a brigada de carros de combate, que recebia as missões de mobilidade limitada, e uma categoria especial de carros de combate de "infantaria", pesadamente blindados, que deveria ser empregada pelos batalhões nos ataques frontais simples, em apoio imediato à infantaria.

As Divisões Panzer

Em consequência, foi na Alemanha, e não na Grã-Bretanha, que o passo seguinte foi dado para a evolução da tática blindada além dos limites da missão móvel limitada. Em essência, os alemães combinaram as missões de penetração, nas quais se tinham concentrado as forças blindadas soviéticas e francesas, com o rápido aproveitamento do êxito, num tipo único de unidade blindada flexível — a divisão Panzer.

Quanto à sua organização e emprego, baseados na brigada de carros de combate, e sua mobilidade, a divisão Panzer adotou a mesma orientação da brigada de carros inglesa. Contudo, os alemães esperavam da divisão Panzer mais que um papel móvel limitado, e reconheciam que somente os carros de combate não eram suficientes para a consecução de resultados decisivos. Em consequência, anexaram a brigada de carros da divisão Panzer com uma brigada de infantaria motorizada, que devia acompanhar e completar o trabalho dos carros de combate e auxiliar a passagem destes pelos obstáculos. Acrescentaram também outras armas, e criaram uma divisão móvel, que

tinha maior potência de choque e maior mobilidade que qualquer outra unidade da época, de valor semelhante, e que podia obter uma decisão no combate ou realizar o rápido aproveitamento do êxito.

Em alguns outros aspectos, o emprêgo previsto da divisão Panzer, numa frente estreita contra fortes defesas adversárias, também se assemelhava às doutrinas franco-soviéticas da época, no que tinham de melhor. As diferenças eram, contudo, maiores que as semelhanças. Por exemplo, sob o sistema alemão, os carros de combate não eram repartidos entre as unidades de infantaria, mas concentrados sob um único comando. Além disso, o ritmo da operação era regulado pela velocidade dos carros de combate e não pela da infantaria a pé.

A Tática Panzer

O método normal de atuação, planejado para a divisão Panzer às vésperas da 2ª Guerra Mundial, foi o ataque da brigada de carros de combate a quatro batalhões, com mais de 300 carros, numa frente de 3.000 a 5.000 metros. Os carros eram escalonados em profundidade em várias vagas e, teoricamente, cada vaga principal recebia uma missão específica, tal como penetrar para atacar postos de comando e reservas, atacar a artilharia, ou neutralizar as posições de infantaria inimigas até a chegada do escalão de infantaria da divisão Panzer.

O sucesso da divisão Panzer dependia da potência de fogo da brigada de carros e da velocidade com que atacava. O rápido ritmo do ataque dava um mínimo de tempo às defesas adversárias, e o emassamento da brigada de carros, numa frente estreita, assegurava a saturação no ponto escolhido para a penetração. Realizada esta, um acossamento ainda mais rápido permitia às divisões Panzer converter a penetração tática num sucesso estratégico importante. Para conseguir esse

ritmo nas operações e utilizar ao máximo a potência de choque, as divisões Panzer não esperavam, em regra, que as unidades de infantaria lhes abrissem caminho; atacavam por si mesmas, abrindo caminho através dos obstáculos com sua própria infantaria e engenharia, onde fôsse necessário.

Normalmente, a infantaria motorizada orgânica, ou os granadeiros Panzer, como foram chamados mais tarde, seguia de perto a massa dos carros de combate, tendo como missão limpar as resistências que os carros desbordassem, e, juntamente com os canhões anticarros, consolidar o êxito. Ela acompanhava os carros de combate em suas viaturas, tanto quanto possível, mas, sendo dotada de caminhões, precisava apelar e deslocar-se a pé para o combate, sempre que se chocava com o fogo inimigo. Todavia, a partir da campanha francesa de 1940, parte da infantaria foi equipada com viaturas blindadas de pessoal, que permitiam a essa fração atuar muito próximo dos carros de combate, enquanto a restante, ainda dotada de caminhões, era encarregada da missão menos móvel e mais passiva de exercer pressão sobre o inimigo.

No interesse da velocidade, a participação da artilharia num ataque blindado foi também remodelada, sendo eliminada a costureira e relativamente lenta preparação em massa da artilharia que, quando necessária e possível, era substituída pelos rápidos ataques em massa dos bombardeiros de mergulho. A missão da relativamente reduzida artilharia das divisões Panzer era a concentração sobre determinados alvos, inacessíveis ou muito perigosos para os carros de combate, tais como canhões anticarros abrigados.

A variedade de empregos da Panzer

Essa tática foi aplicada nas campanhas polonesa, francesa, balcânica, russa e líbia, no perío-

do de 1939-42, em que as divisões Panzer desempenharam um papel importante e decisivo. Quando a maré da guerra se voltou contra a Alemanha, e cessaram as oportunidades para as operações ofensivas em larga escala, a missão principal das divisões Panzer passou a ser o lançamento de contra-ataques rápidos e poderosos sobre as penetrações inimigas. A proporção que se decompunha a situação geral, as divisões Panzer se tornavam a espinha dorsal da defesa alemã. Defendiam os setores críticos, mantendo os pontos-chaves com a sua infantaria e contra-atacando com carros, e realizavam a ação retardadora com pequenos agrupamentos táticos móveis.

A considerável ampliação das missões das divisões Panzer no desenrolar da 2ª Guerra Mundial pôs em relevo a sua versatilidade, e em 1940 contrastava nitidamente com o sistema tático francês: os batalhões franceses de carros de combate leves, de acompanhamento da infantaria, eram espalhados numa larga frente, e os chars de manoeuvre d'ensemble agrupados em divisions cuirassées, mas empregados, do mesmo modo, em gotas. As divisões de cavalaria mecanizada eram também empregadas parceladamente e batidas por partes. Um ano mais tarde, as forças blindadas soviéticas, organizadas de modo semelhante ao francês, tiveram o mesmo destino. Quando os alemães atacaram, os russos estavam apressadamente tentando organizar divisões de carro de combate nos moldes das Panzers, mas seus métodos — se não sua organização — se prendiam ainda aos sistemas anteriores.

Tanto o sistema soviético quanto o francês não se comparavam com a simplicidade lógica do sistema alemão, de reunir todos os carros de combate disponíveis nas divisões Panzer e concentrá-las nos pontos decisivos. Poderiam ter conseguido um êxito limitado em situações estáticas favoráveis, mas com a sua ultra-especialização e

complexidade falharam diante das condições de mobilidade impostas pelos alemães.

Modificações na tática soviética

As pesadas perdas de 1941 resultaram em novas linhas gerais de emprego para os blindados soviéticos. Assim, retornaram eles ao sistema de ataques frontais diretos, com pequenos elementos de carros de combate à frente da infantaria. A necessidade tornou-se uma virtude, e a doutrina oficial passou a ser a de estreita cooperação com as outras armas.

Dos assaltos frontais, as forças blindadas soviéticas passaram gradualmente para as penetrações cada vez mais profundas, e da penetração tática para o rápido aproveitamento do êxito e o envolvimento numa escala estratégica. Nos últimos períodos da 2ª Guerra Mundial, na Europa, o ritmo do avanço dos blindados soviéticos se aproximou do das divisões Panzers alemães em 1940 e 1941 e, na Mandchúria, em agosto de 1945, o excedeu com uma investida de cerca de 1.100 km em cinco dias, através da resistência japonesa que se desmoronava.

A penetração, que procedia o aproveitamento do êxito, mecanizada era às vezes realizada por divisões de infantaria, apoiadas em massa pela artilharia e por unidades independentes de carros, mas em outras ocasiões as unidades blindadas soviéticas realizavam, elas mesmas, a penetração. Nesses casos, atacavam com 200 a 300 carros de combate, numa frente estreita de 1.500 a 2.000 metros, normalmente em três vagas principais, precedidas por preparações de artilharia que duravam várias horas.

Emprego dos carros de combate pesados

Contra as fortes defesas inimigas, tanto os russos quanto os alemães colocavam, às vezes, carros de combate pesados em primeiro escalão. Mais freqüentemente,

entretanto, os carros pesados seguiam os carros médios, apoiando-os com seus canhões pesados de longo alcance. Assim, os carros de combate mais poderosos gradualmente deixavam de atuar como viaturas de assalto pesadamente blindadas, que iam à testa da penetração, para se transformarem em carros com canhões pesados em apoio aos carros médios. Esta transformação começou com o emprêgo do carro de combate médio alemão **Pz.Kpfw.IV** em apoio aos modelos alemães mais leves, de antes da 2ª Guerra Mundial, e se completou com o emprêgo dos carros com canhões pesados **Tiger** e **Stalin** nas unidades blindadas alemãs e soviéticas. Os poderosos carros pesados, como o **Stalin**, desempenharam um papel particularmente importante nos encontros com os blindados inimigos, acontecimentos considerados incomuns nos primeiros dias das forças blindadas, porém, mais tarde, cada vez mais frequentes e importantes. Igualmente importante no encontro com blindados adversários eram os canhões pesados de assalto **S.U.** e os carros de combate sem torres. Em tais ocasiões, os carros de combate médios soviéticos normalmente tentavam retrair-se e manobrar pelos flancos, deixando o combate pelo fogo às viaturas com canhões pesados, menos móveis, porém mais potentes.

Emprêgo da Infantaria

Em contraste com o esforço devotado pelos russos às viaturas com canhões pesados e com o progresso que realizaram no aumento da potência de fogo direto móvel, de suas unidades blindadas, permaneceram eles bem para trás no emprêgo móvel, eficiente, da infantaria em combinação com os carros de combate. O seu método era transportar a infantaria sobre os carros, normalmente nos da segunda e terceira vagas, e só depois da 2ª Guerra Mundial produziram uma viatura blindada para a infantaria.

Não obstante, nas fases finais da 2ª Guerra Mundial as unidades blindadas soviéticas se aproximaram do padrão estabelecido anteriormente pelas divisões Panzer alemãs, como o elemento decisivo da guerra terrestre, capaz de obter a vitória no combate e realizar o rápido aproveitamento do êxito. O seu ideal passou a ser o ataque emassado numa frente estreita, lançado por várias vagas de carros de combate, um ataque que anulava as defesas inimigas com a sua potência de fogo móvel e tornava mínima a reação, como consequência da sua velocidade. Os escalões recuados de carros transportavam parte da infantaria. A restante, juntamente com a artilharia motorizada, seguia mais atrás para consolidar o êxito dos carros de combate.

Equipe Infantaria — Carros de Combate

No fim da 2ª Guerra Mundial, todavia, esta forma particular de emprêgo estava sendo substituída por outros métodos mais flexíveis, baseados na cooperação mais estreita entre as diferentes armas dentro de grupamentos táticos menores.

A mudança do sistema tático anterior, baseado no emprêgo ofensivo de divisões blindadas inteiras, para métodos mais flexíveis, que empregavam equipes menores de várias armas estreitamente ligadas, realizou-se gradativamente em todos os exércitos importantes. Por exemplo, durante 11 anos, após a 2ª Guerra Mundial, as divisões blindadas inglesas mantiveram uma organização baseada em escalões separados de carros de combate e infantaria, embora em 1944 as divisões blindadas inglesas combatessem em brigadas mistas de carros de combate e infantaria, ou em grupamentos de batalhões. Até o fim da 2ª Guerra Mundial, a doutrina oficial inglesa ainda insistia em restringir as divisões blindadas às missões de aproveitamento do êxito, deixando as tarefas mais di-

ficiais do combate e a penetração às divisões de infantaria e às unidades especiais de carros de "infantaria". Esta última prática, de reter unidades de carros de combate fora das divisões blindadas, para emprêgo com as divisões de infantaria, não era, naturalmente, limitada ao exército inglês. Tanto o exército soviético quanto o americano — mas não o alemão — a empregaram na parte final da 2ª Guerra Mundial, mas nenhum dos dois chegou ao extremo dos carros especializados de "infantaria", nem estabeleceu uma distinção tão nítida entre as duas missões.

Complicado o sistema inglês

O sistema inglês de duas categorias separadas e distintas de carros de combate revelou-se desnecessariamente especializado e complicado. Como os sistemas anteriores, francês e soviético, poderia ter dado resultado em situações razoavelmente estáticas e favoráveis, e com abundância de material. Nas condições médias significava a dispersão de esforços dos carros em duas categorias separadas, não adequadas à cooperação mútua, e, como aconteceu na Líbia em 1942, sujeitas à derrota por partes. É de notar-se que os métodos alemães de maior êxito se desenvolveram numa atmosfera de recursos limitados, e que a reunião de todos os carros disponíveis em divisões Panzer, e o emprêgo das mesmas em vários tipos de missões, era baseado no princípio de obter o máximo com os recursos disponíveis.

A doutrina inglesa da 2ª Guerra Mundial, de que as divisões blindadas deviam ser reservadas para o aproveitamento do êxito depois do inimigo ter sido derrotado, era um luxo injustificável e que não dava resultados. Na prática, as divisões blindadas inglesas mostraram-se inteiramente capazes de participar das diferentes fases do combate. As falhas que podem ter apresentado não foram fundamentais, mas em ra-

ção de inconvenientes evitáveis, tais como o princípio da mobilidade com canhões menos potentes. Os carros de combate mal armados foram uma desvantagem nítida na Normandia em 1944. Aqui, três divisões blindadas inglesas foram empregadas numa série de ataques frontais, mas, a despeito dessa dificuldade, conseguiram fixar o grosso dos blindados alemães e, desse modo, facilitar a penetração das forças dos E. U. pelo flanco direito da cabeça-de-ponte aliada.

Doutrina inicial dos E. U.

A doutrina com que as divisões blindadas dos E. U. entraram em ação foi um pouco menos restritiva que a inglesa. Entre 1940, quando as primeiras divisões blindadas dos E. U. foram organizadas, e 1944, quando a maioria delas estava empenhada, houve uma tendência marcante para limitar sua missão ao aproveitamento do êxito. Na prática, todavia, esta tendência doutrinária de encerrar as divisões blindadas como uma arma de finalidade única, mostrou-se infundada e inexecutável. Foram elas empenhadas em muitos tipos diferentes de operações, tomando, mesmo, parte em ataques contra fortificações permanentes, embora, como os manuais da força blindada alemã salientaram vários anos antes, fôsse uma forma de emprêgo pouco econômica, se houvesse à disposição outras divisões menos móveis.

Nos vários tipos de operações das quais participaram as divisões blindadas dos E. U., a organização tática predominante foi a de grupamentos mistos de várias armas. Esta organização foi também aplicada nas divisões blindadas inglesas, durante a última parte da 2ª Guerra Mundial, e nas divisões Panzer alemãs que, na realidade, foram as precursoras do sistema de grupamentos táticos blindados mistos, ou *kampfgruppen*. Todavia, nenhuma delas pôde empregá-la com tanta eficiência quanto as divisões dos E. U., que dispunham

de viaturas blindadas de meia légua para a infantaria, e canhões autopropulsados para a artilharia.

Modificações nos conceitos

Em vista disso, os grupamentos de carros, infantaria e outras armas nada mais fizeram que reproduzir, numa escala menor, as divisões blindadas. Contudo, os processos associados a esta reprodução em miniatura, e às suas consequências, tiveram grande influência, particularmente à luz dos acontecimentos posteriores à 2ª Guerra Mundial.

Por exemplo, a combinação das diferentes armas em grupamentos menores tornou a cooperação muito mais íntima e imediata. Ela permite uma cooperação mais rápida nas situações fluidas da guerra altamente móvel em largas frentes. Além disso, assegura as vantagens do apoio mútuo, sempre que o terreno e as outras condições impeçam a atuação centralizada da divisão blindada. Ainda mais, os grupamentos mistos menores facilitam a mudança do elemento de primeiro escalão, do carro para a infantaria ou vice-versa, de acordo com a situação. Os grupamentos táticos menores, auto-suficientes, tornaram-se essenciais para a dispersão, em face do poder de destruição das armas modernas.

O agrupamento das diferentes armas alterou também funções e posição relativa destas. Assim, a primitiva separação e cooperação bem definidas entre os escalões de carros e de infantaria das divisões blindadas cederam lugar à estreita integração entre os dois elementos e à cooperação entre várias equipes mistas de infantaria e carros de combate. Os carros deixaram de ser um elemento de assalto distinto, como eram considerados originariamente, e, em vez disso assumiram o encargo mais geral de assegurar uma potência de fogo direto e móvel, de valor médio, dentro de um sistema de armas estreitamente co-

ordenado, representado pelo grupamento de combate blindado.

A posição relativa da infantaria também teve de ser alterada. Dentro dos pequenos grupamentos táticos blindados não pode ela ser o elemento dominante, ao qual os carros de combate se subordinam, como no passado, nem uma acompanhante passiva, que apenas ocupa ou mantém o terreno, como tendia a ser nas primeiras divisões blindadas. Ao contrário, tem de assumir o papel de um parceiro ativo, ora em primeiro escalão, ora à retaguarda, dependendo das condições serem favoráveis a ela ou aos carros de combate.

Os grupamentos táticos menores, de carros e infantaria blindada intimamente coordenados, facilitaram não só a mudança rápida do elemento de primeiro escalão, para se fazer face a uma série de situações durante as operações ofensivas, mas, também, a passagem da ofensiva para a defensiva.

Os Blindados na defensiva

Até relativamente pouco tempo, a defensiva foi um dos aspectos negligenciados das operações blindadas, a despeito de vários exemplos, principalmente alemães, de defesas bem sucedidas com os blindados. Desde muitos anos é usual apresentarem-se as unidades blindadas como caracteristicamente ofensivas e, em consequência, excluí-las das missões defensivas. Este ponto de vista foi inspirado, em grande parte, por uma concepção mais estática que dinâmica da defesa, visando antes a manter uma dada região do terreno que infligir o máximo de perdas ao inimigo e arrebatá-lo a iniciativa. Sob este último ponto de vista, as unidades blindadas são inteiramente aptas para a defesa. Isto é particularmente verdadeiro à luz do poder de destruição das armas modernas, que torna mais valiosa a capacidade de manter a situação fluida, e onde a defesa estática prolongada corre o risco

de aniquilação total. Assim, é uma restrição desnecessária considerar as forças blindadas apenas ofensivas, sendo mais correto defini-las como móveis.

Ao mesmo tempo em que a estreita cooperação das diferentes armas, em pequenas equipes mistas ou nos grupamentos de combate, aumentou sua capacidade para participar de vários tipos de combate, simplificou também a sua forma. Evidentemente, quanto menor a unidade tanto mais simples deve ser a sua tática. Um grupamento tático pequeno não pode tentar atacar simultaneamente várias posições sucessivas de uma defesa inimiga, como era previsto, por exemplo, na doutrina de penetração soviética de antes da 2ª Guerra Mundial. Não será necessária essa tática devido ao poder de destruição das armas atuais, que torna obsoleto qualquer sistema de defesa linear e a sua correspondente réplica, a penetração em massa.

Isto não impedirá, obrigatoriamente, o emprêgo móvel, emassado, dos blindados, e a tática do grupamento de combate, neste caso, não deve constituir um

abandono dos conceitos introduzidos pelos exércitos blindados soviéticos e pelas Panzers alemãs. Contudo, a concentração não mais pode assumir a forma de uma lenta montagem de grandes massas homogêneas de homens e material, pois exige a convergência rápida de pequenas equipes móveis de combate.

Conclusão

O conceito de dispersão por pequenos grupamentos de combate auto-suficientes fez com que a tática blindada se afastasse da forma linear original, passando para a do combate em áreas. Com ambos os lados desenvolvidos em áreas consideráveis, o combate deve tender para a sondagem, a cobertura e a infiltração. Esse tipo de combate requer, das pequenas unidades, mais engenho e iniciativa que técnica apurada, mas, ao mesmo tempo, exige que os comandantes se assegurem de que a dispersão na área do combate não resultará em derrota por parte, e de que o grande número de pequenas ações se combinem para a consecução do sucesso total.

ARQUIVOS EM MICROFILME

VASCO RIBEIRO DA COSTA
Capitão

Entre as contribuições para a solução dos problemas de espaço, economia de meios e poupança de matéria-prima, legou-nos a II Guerra Mundial o microfilme.

Em 1941, muitos meses antes de Pearl Harbour, os Estados Unidos preparavam-se para entrar em guerra, colocando todos os meios do seu formidável parque industrial e de suas realizações científicas a serviço das forças aliadas. O problema de transmitir à longa distância cópia de arquivos, de documentos ou cartas de militares, tornou-se de difícil solução, uma vez que tinham de reservar nos aviões em tráfego para além-mar, grandes espaços para esse fim. Muitas vezes eram sacrificados suprimentos de importância para atender à remessa de correspondência às frentes de combate. E não seria possível proceder de outra maneira, pois sabemos, de experiência própria, que a moral dos homens na linha de frente mantinha-se bem alta quando uma carta dos entes queridos era anunciada; e, neste particular, os Aliados primaram pela pronta e rápida entrega da correspondência aos seus destinos, utilizando o microfilme em rolos de 30 metros.

O estudo que pretendemos fazer tem por objetivo salientar processos amplamente usados pelos europeus e norte-americanos, depois de ter o Congresso dos Arquivos, em 1950, em Londres, examinado a fundo os dois sistemas apresentados. Resultou daí a adoção do sistema europeu e a universalização do filme de 35 milímetros, com tiras de imagens

de 18 x 24. Os Estados Unidos passaram, desde então, a utilizar os dois sistemas, em rolo e em tira de 10 imagens, com reais proveitos para os seus serviços.

É lógico que o nosso estudo terá de observar os recursos despendidos na organização e no preparo do sistema, levando em conta a facilidade com que eles resolveram o problema; puderam dispor de verbas suficientes, elásticas e quase ilimitadas.

Passemos, agora, ao nosso caso.

Um arquivo, por mais que se procure diminuir seu volume, ocupa sempre grande espaço e não pode dispensar o material e pessoal nele empregados.

Várias repartições do Ministério da Guerra, adotam as Instruções Para o Serviço de Correspondência, aprovadas pelo Aviso n. 190, de 21 Mar 39, utilizando a classificação decimal. E, de fato, um eficiente sistema e tem prestado bons serviços. Entretanto, observando o acúmulo de papéis que, ano após ano, vem sendo processado, apesar da incineração prevista nas citadas Instruções, chegamos à conclusão de que o trabalho despendido é considerável. Ora, o Arquivo do Exército recebe, por transferência, após 5 anos de permanência nas repartições, todos os documentos que poderão ainda produzir efeitos futuros. É justamente sobre esses últimos documentos que vemos a vantagem do microfilme. Não é possível e nem mesmo aconselhável que se aplique a todos os papéis esse processo, por ser, de início, muito dispendioso. Isto pôsto, vamos tentar enume-

rar os pontos mais vantajosos do arquivo em microfilme para a documentação de caráter permanente e de interesse imediato das repartições e estabelecimentos do Exército, tendo em vista o máximo de economia preconizado pelas condições do momento.

1. REDUÇÃO DO ATRAVANCAMENTO DE ARQUIVOS JÁ EXISTENTES, DE RESERVA, EM FORMAÇÃO E UTILIZAÇÃO.

Como exemplo, podemos afirmar que um documento formato ofício de 240 x 320 mm é reduzido a uma imagem de microfilme 18 x 24, ou seja, 1/180; uma planta de formato 1.000 x 1.200 mm, é reduzida a uma imagem de microfilme de 24 x 36, ou seja, 1/300. Donde se conclui que haverá economia de arquivos para um grande número de documentos microfilmados.

2. PROTEÇÃO INTEGRAL CONTRA FOGO.

Sendo à base de acetato e não de celulose, o filme especial documento não é inflamável; consoante-se ao contato do fogo, mas não se prolonga de uma peça a outra, eliminando completamente o perigo de incêndio.

3. PROTEÇÃO CONTRA A UMIDADE.

O microfilme à base de acetato, depois de cuidadosamente revelado, não sofre as influências atmosféricas, nem fica amarelado ou com manchas. Quando convenientemente conservado não sofre os efeitos da umidade.

4. SISTEMA DECIMAL APLICADO AO MICROFILME.

a. Os documentos são microfilmados em imagens de 18 x 24, em máquinas especiais com títulos macrográficos, em rolos marcados por uma perfuração de dez em dez imagens. Depois da revelação o filme é cortado no ponto da perfuração, em tiras de 10 imagens. O título ou títulos são microfilmados ao mesmo tem-

po que os documentos sobre a parte superior não perfurada do filme especial para microfilme. A leitura do título é, portanto, direta a olho nu.

b. As tiras de 10 imagens são arquivadas:

- em pastas-fichário contendo 10 tiras de 10 imagens, isto é, 100 imagens por pasta;
- em pastas-fichário contendo 25 tiras, isto é, 10 imagens por 25 tiras, que dá um total de 250 imagens por pasta.

As pastas-fichário receberão sobre a parte exterior um número de classificação de série, e, sobre a parte exterior e interior todas as indicações referentes aos documentos contidos na pasta ou às modificações feitas ulteriormente. As pastas-fichário são arquivadas em seguida em arquivos de aço de 8 gavetas, podendo conter cada gaveta 250 pastas-fichário, isto é, 250 multiplicado por 8 que é igual a 2.000 pastas por arquivo de 10 tiras ou 100 imagens. Teremos então 2.000 pastas multiplicadas por 100 imagens que nos dá um total de 200 mil documentos.

c. Classificação para grandes quantidades de documentos utilizando a separação por séries, como se exemplifica abaixo:

(1) Em série 200.000 documentos atribuindo um número de série ao arquivo inteiro.

(2) Em série 100.000 documentos atribuindo um número de série a 4 gavetas.

(3) Em série 50.000 documentos atribuindo um número de série a 2 gavetas.

(4) Em série 25.000 documentos atribuindo um número de série a cada gaveta.

No caso de termos um arquivo de 5 gavetas, podendo cada gaveta conter 200 pastas-fichário, obteremos $200 \times 5 = 1.000$ pastas por arquivo, de 25 tiras ou 250 imagens, ou ainda $1.000 \text{ pastas} \times 250 \text{ imagens} = 250.000$ documentos.

Quanto à classificação, poderá ser feita em séries de 200 mil documentos, de 100 mil ou 50 mil, isto é, uma série por gaveta.

UM EXEMPLO PRÁTICO:

Admitindo que tenhamos uma primeira quantidade de 25.000 documentos a microfilmar, isto é, 25.000 imagens de 18 x 24 a classificar:

- atribuiremos ao primeiro documento (sistema decimal) 0 a 9;
- a seguir 10 a 19, o número "1" desta classificação, o número zero não podendo existir (num livro não existe a página "0", sendo a primeira página a "página 1");
- a primeira tira, número 0, conterá unicamente os documentos de 1 a 9;
- a segunda tira, isto é, n. 1, conterá os documentos de 10 a 19, etc.
- a décima tira marcada com o n. 9, conterá os documentos 90 até 99;
- a 11ª tira, n. 10, conterá os documentos 100 até 109, etc.;
- a 2.500ª tira marcada n. 2.499 conterá os documentos 24.990 até 24.999.

Tem-se, portanto, 2.500 tiras de 10 imagens, cada tira marcada com seu número de classificação. Para um trabalho 10 vezes maior ou mais importante ainda, adotar-se-ão números de série a fim de separar os documentos em séries de 100.000, 50.000, 25.000 segundo a escolha do utilizador, mantendo-se entretanto a numeração das tiras. Julgando que o conjunto do trabalho presente e futuro não irá além de 200.000 documentos, utilizar-se-á o arquivo de 8 gavetas, isto é, pastas-fichário de 10 tiras ou 100 imagens. Classificam-se as 2.500 tiras correspondendo aos 25.000 documentos de nosso exemplo acima, em pastas de 10 tiras obtendo assim utilização de 250 pastas-fichário. Cada pasta receberá seu

número de classificação no lugar reservado para esse fim:

- a 1ª pasta terá o n. 0 e conterá as tiras 0 até 9, ou documentos 1 até 99;
- a 2ª pasta terá o n. 1 e conterá as tiras 10 até 19, ou documentos 100 a 199;
- a última pasta terá o número 249 e conterá as tiras 2.490, ou documentos 24.900 até 24.999.

O mesmo sistema será aplicado a uma quantidade maior de documentos até a classificação por séries de 50.000, 100.000 ou de 200.000 documentos.

OUTRO EXEMPLO PRÁTICO:

Suponhamos que se deseja localizar um documento tendo o n. 15.622:

DECOMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO

1ª Gaveta

Pasta n. 156 — isto é, a imagem procurada, contida entre os documentos numerados de 15.600 até 15.700;

Tira 1.562 — isto é, imagem contida entre os documentos de 15.620 até 15.630;

Imagem 15.622 — isto é, a 2ª imagem da tira 1.562.

A busca total do documento gastou menos de 15 segundos.

d. Microfilme em rôlo:

— 1m de filme (100cm) recebe 50 imagens de 18 x 24 mm;

100

— margem de separação.

18

— rôlo de 30 metros contém, portanto, 50 x 30 = 1.500 imagens de 18 x 24 mm.

Para procurar um documento entre estas 1.500 imagens, é preciso utilizar:

- Um aparelho ampliador de imagens, chamado LEITOR.
- De qualquer tipo que seja
- o aparelho será necessário, no mínimo, um segundo para passar cada imagem e verificar se se trata do documento procurado.

- Tomando um exemplo e supondo que o documento procurado é o último do rôlo, podemos dizer que a imagem procurada se acha no meio do rôlo, isto é, a 15 metros de filme, ou 750 imagens a verificar, antes de achar o documento procurado, gastando 750 segundos para achá-lo, ou entre 12 1/2 a 15 minutos de procura.

Consegue-se, com o exemplo acima, provar e garantir que a procura de um documento pela microfilmagem em tiras se efetua em 15 segundos e não em 12 a 15 minutos, sendo esta forma de maior vantagem pela economia de tempo e facilidade de manipulação das tiras.

e. Estudo comparativo do avançamento entre arquivos para documentos-papel e arquivos para documentos-microfilme.

Documentos-papel :

— Altura Standard	1,34 m
— Fundo Standard	0,72 m
— Largura	0,455m
— N. de gavetas	4
— N. de documentos por gaveta, em suas pastas	2.500
Conteúdo total arquivado	10.000

Documentos-microfilme :

— Altura Standard	1,34 m
— Fundo Standard	0,72 m
— Largura Standard	0,345m
— N. de gavetas	5
— N. de documentos-microfilme por gaveta, em pastas, todas classificadas, por sistema decimal	50.000
Conteúdo total arquivado	250.000

REDUÇÃO :

De um arquivo-Standard para um arquivo-microfilme :

25 arquivos Standard — 1 arquivo-microfilme;

1 arquivo Standard — 40 pastas de 25 tiras de microfilme;
1/5 de gaveta de arquivo-microfilme.

De um conjunto de arquivo-Standard, considerando a largura dos arquivos :

10 arquivos Standard :

- largura $0,455 \times 10 = 4,55 \text{ m}$;
- conteúdo : 100.000 documentos.

13 arquivos-microfilme :

- largura $0,345 \times 13 = 4,48 \text{ m}$;
- conteúdo : 3.250.000 documentos.

REDUÇÃO : 1/32

f. Conclusões :

Do estudo acima feito, podemos concluir que o problema proposto pode ser resolvido com o microfilme. Alguns países, e mesmo em nosso Brasil, tivemos notícia de aplicação ampla do microfilme como solução integral do pouco espaço. Naturalmente estudamos e procuramos demonstrar as suas vantagens em nosso caso, sem comentar a parte econômica, ou seja, o custo da aplicação deste sistema. De início haverá uma despesa vultosa com a aquisição da aparelhagem indispensável ao pleno funcionamento das várias partes que completam o equipamento do microfilme. Essa despesa, porém, será compensada com a economia de arquivos e não aquisição de novos, podendo, ainda, utilizar os que estão sendo esvaziados em suas repartições.

O nosso trabalho baseou-se em informações obtidas no Centro D'Expansão Franco-Brasileiro Limitada, nesta Capital e teve como objetivo o Sistema de Classificação CNRS-Thomson.



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INVESTIMENTOS

Discursos pronunciados pelo Presidente da República e pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria na inauguração dos trabalhos daquele importante conclave, recentemente realizado em Belo Horizonte.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

“É com particular satisfação que saúdo, como chefe do Governo brasileiro, os homens de empresa de numerosos países, que aqui se congregam na Conferência Internacional de Investimentos.

A poucos terá, com efeito, escapado a circunstância de coincidir o tema central dos debates com a característica principal que estou imprimindo à minha administração. Antes mesmo de assumir a Presidência da República, em meio a uma campanha presidencial acirrada, não vaciei em programar, de forma precisa, a ação de combate ao subdesenvolvimento: voluntariamente, fugi às generalidades cômodas, aos pronunciamentos abstratos, às promessas ambíguas. Delineei, de forma clara, um programa que me pareceu ser de redenção econômica, entrando na minúcia do seu desdobramento, no escalonamento da sua execução no tempo. Não há negar que esta atitude equivalia a fornecer, deliberadamente,

tôda uma obra administrativa ao cotejo, freqüentemente embaraçoso, das promessas com a realidade.

Assim procedi, sem dúvida movido por imperativo de consciência, pois a antecipação inequívoca de minhas intenções e diretrizes vinha constituindo a tônica e a constante de minhas campanhas políticas. Entretanto, agi assim, também, com o propósito de ajudar a formar uma larga corrente de entusiasmo coletivo, indispensável à realização do programa que idealizei.”

“Neste momento, entre personalidades que, pela sua especialização e experiência, se inclinam para o estudo e compreensão dos grandes problemas econômicos da atualidade, não é sem cabimento que o Presidente de uma Nação como a nossa — empenhada num urgente esforço emancipador, parte integrante de um contingente com imensas áreas subdesenvolvidas — exprime, com franqueza, sua posição face a um problema tão crucial e expli-

que o sentido e o alcance das medidas que vem adotando para solucioná-lo.

Já foi dito que a principal das revoluções dos nossos dias é a "revolução das expectativas crescentes" dos países pobres, os quais, insurgindo-se contra o caráter inevitável com que, até há bem pouco, se pretendia revestir sua pobreza, e encorajados pelos novos horizontes que o grande progresso da teoria econômica lhes descorria, se lançaram à conquista de sua emancipação econômica com um ardor revigorado pela consciência do enorme atraso que lhes cabia vencer.

Na caracterização de sua crise, não tardaram em particularizar-lhe os motivos de permanência e de virulência. Notaram, inicialmente, que a exiguidade da renda individual reduzia, quando não suprimia a possibilidade de poupança, e, conseqüentemente, a de investimento. Sem este, estagnava a renda individual e, repetindo-se o processo, o subdesenvolvimento se transformava num invencível círculo vicioso. Mais ainda, esta reduzida capacidade de poupança era constantemente corroída pela influência do alto padrão de consumo dos países adiantados sobre o dos países economicamente imaturos; o cinema, o rádio, a imprensa, tudo concorria para suscitar e encorajar, nos países subdesenvolvidos, gastos suntuários que não correspondiam a seus meios."

"No que diz respeito à demanda de investimento, verificou-se, rapidamente, que a limitação do mercado consumidor, avaliado este em termos de poder de compra, impossibilitava a instalação de uma série de indústrias indispensáveis. Ai, também deparava-se aos países subdesenvolvidos um inquietante círculo vicioso, pois era a própria exiguidade do mercado que tendia a perpetuá-la.

Ainda admitindo que os países subdesenvolvidos encontrassem meios para vencer essas dificuldades, deparar-se-lhes-iam obstáculos não menos ponderáveis, pois a importação dos bens de produção in-

dispensáveis à sua obra de industrialização ficava condicionada ao volume de suas disponibilidades financeiras em países que produzissem esses equipamentos básicos. Assim, o processo industrializador dos países subdesenvolvidos subordinava-se, em última análise, a dois fatores preponderantes: o valor de sua exportação e sua habilidade em obter crédito no exterior.

Não há necessidade de longos comentários (pois se trata hoje de doutrina econômica comprovada), para mostrar que o preço dos bens primários — base da exportação dos países subdesenvolvidos — além de sofrer os efeitos de um progressivo processo de desvalorização, em relação ao preço dos produtos manufaturados, ainda está sujeito a violentas e danosas oscilações.

Quanto ao capital privado internacional, dificilmente é atraído por aventuras pioneiras, onde grande é o risco, problemático o retorno e baixa a rentabilidade; assim, na fase inicial do desenvolvimento, prefere investimentos mais limitados e seguros, geralmente de reduzida significação econômica real para as nações beneficiadas. Por outro lado, a insuficiência dos recursos das instituições internacionais de crédito público, de par com a estreiteza de seus estatutos, não permitiam que nêles pudessem os países subdesenvolvidos depositar grande esperança para a solução de seu problema essencial.

Eis, consideravelmente resumida, a situação que, com grau diverso de intensidade, se depara aos países subdesenvolvidos; eis o que destruirá, removerá ou corrigirá essa "revolução de expectativas" crescentes, a que aludimos. Assim, ele impõe pesadas responsabilidades não só aos governos, dos quais se esperam resultados concretos e rápidos, mas também à empresa privada que, nos regimes democráticos, tem constituído a mola mestra do desenvolvimento, permitindo conciliar o objetivo do progresso econômico com o da liberdade política.

"A mera enumeração dos obstáculos, por incompleta e resumida

que seja, indica que se faz necessário remédio poderoso, de cuja idealização e aplicação não poderá ficar ausente o Governo. Antes que possa florescer a iniciativa privada, são indispensáveis vultosos investimentos de infra-estrutura, nos setores da energia, do transporte e da educação, em particular — e que exigem uma concentração de recurso que, face a escassez da poupança individual, só pode ser obtida através dos orçamentos públicos.

Em tais condições, a entrada do Governo na esfera das atividades industriais é, mais do que uma fatalidade, uma imperiosa necessidade, e a garantia mesma de que poderá eventualmente prosperar a iniciativa particular. O círculo vicioso do subdesenvolvimento só pode ser rompido pela firme e compacta interferência estatal, sem que se deva considerar tal interferência como tradução de preferências ideológicas ou expressão de uma deliberada tendência ao Estatismo, mas como simples imperativo de circunstâncias.

Muitos dos investidores e "empresários" aqui presentes provêm de países onde é pujante e decisivo o papel da empresa privada na promoção do desenvolvimento econômico; de países onde, por conseguinte, são os investimentos governamentais encarados como concorrentes do investimento privado e desestimulante à iniciativa particular. Creio já ter mostrado que o nosso teatro de operação é bem diferente, exigindo outras condições de ação e o uso de corretivos que a empresa privada não está em condições de suprir. Urge que eliminemos, de uma vez por todas, interpretações falsas do papel do Governo em países que iniciem a sua marcha para o desenvolvimento; em particular, é inadmissível se insista em presumir que todas as tarefas que nos países de economia madura são hoje executadas pela empresa privada, o possam ser também nos países em desenvolvimento e que os setores de ação governamental sofram, em ambos os casos, as mesmas limitações.

No quadro do Brasil, a iniciativa pública foi decisiva para pôr em marcha o processo industrializador e, destarte, abrir à empresa privada um sem número de atividades rentáveis. Através de investimentos pioneiros, mas também mediante empreendimentos complementares da iniciativa privada, especialmente em áreas em que considerações de segurança ou de sensibilidade política tornam imperativa a atividade governamental, o Estado tem constituído o elemento de nossa redenção econômica e, face o caráter ainda imaturo da revolução industrial que estamos a promover, seu papel de "empresário" não poderá ser interrompido.

Repito: o fenômeno não reflete inclinação ao estatismo, pois, embora se acentue a ação "empresarial" do Governo em termos absolutos, é provável que, mercê das novas e múltiplas avenidas de atividades que abrirá à iniciativa privada, diminua sua participação percentual na totalidade dos investimentos. O que há de inegável, é que — nesta fase de transição heróica, em que mais pronunciada é nossa vulnerabilidade por motivo da transformação radical que se imprime à nossa economia; nesta fase em que mais sérios são nossos problemas financeiros e sociais, decorrentes da laboriosa metamorfose por que passa uma série de instituições, virtualmente petrificadas pela ação do tempo — o papel do Estado, quer como promotor e orientador, quer como disciplinador da luta contra o subdesenvolvimento, é ainda decisivo, pois não encontra substituto.

“É este o estado de espírito que presidiu à elaboração de que veio a ser denominada de “Programa de Metas”, cuja finalidade é a de coordenar os investimentos do Governo e concentrá-los, de preferência, nos setores de Energia e Transporte, pouco atraentes para o capital privado. Bastará mencionar que, dentro desse Programa, 43% dos investimentos se referem à energia e cerca de 30% aos transportes.

No tocante à indústria e à agricultura, a ação do Governo se ori-

enta decididamente no sentido de suplementar o esforço do capital privado e de encorajá-lo, através da concessão de financiamentos, de incentivos cambiais e fiscais.

Testemunho do acerto desta orientação é o recente surto da indústria automobilística no Brasil. O Governo fixou meta de produção de 170.000 veículos para 1960, proporcionando incentivos diversos à iniciativa privada para se desincumbir dessa tarefa. Todas as indicações são hoje de que esse objetivo será ultrapassado, devendo atingir a 200.000 veículos a produção automobilística nacional, na data mencionada. Serão mobilizados recursos de cerca de 214 milhões de dólares em equipamentos de procedência estrangeira e cerca de 14 milhões de cruzeiros em moeda local. A quase totalidade desses recursos provirá da própria iniciativa privada, não contribuindo o Governo senão com garantia para empréstimos em moeda estrangeira e outros de instituições oficiais.

Método semelhante será adotado para o estímulo à indústria de construção naval, ao passo que na indústria de ferro e aço o Governo se vem associando a capitais particulares, assegurando a estes últimos apoio financeiro para que possam enfrentar os pesados investimentos requeridos pela moderna siderurgia.

Os exemplos servem de ilustração ao papel preponderante do Estado no desencadeamento da atividade privada. Outros muitos poderiam ser encontrados nos cinco grandes setores em que se divide o meu programa de Metas: energia, transporte, alimentação, indústria de base e construção da Nova Capital. Em diversas ocasiões prestei contas à Nação do cumprimento do meu Programa — já porque considero indispensável que o País esteja permanentemente a par da evolução de um plano tão vital, já porque é com um sentimento de justa satisfação que verifico terem ficado as minhas promessas aquém do que se vem realizando."

"Dizer hoje o que já foi dito e o que já foi escrito, constituiria,

para muitos aqui presentes, repetição fastidiosa.

Cumprime-me porém acrescentar que a filosofia essencial deste programa é a luta contra o subdesenvolvimento. Cada uma das metas tem um objetivo específico, um efeito corretivo determinado.

Como vimos, a luta emancipadora dos países subdesenvolvidos implica num grau considerável de compreensão e numa cooperação inteligente por parte dos países de economia madura, para ser levada a bom termo, dentro de um regime que preserve as instituições democráticas. Não há negar que, sem a ativa cooperação dos países industrializados, muitos dos obstáculos acima apontados não poderão ser facilmente removidos; o processo emancipador dos países insuficientemente desenvolvidos será moroso e não satisfará as justas aspirações de suas populações; em tais condições, tornar-se-á perigosamente forte a sedução das soluções extremistas, que resultam no sacrifício certo da liberdade, em busca do resultado problemático de uma aceleração do desenvolvimento econômico.

Em pronunciamento recente, sobre política internacional, ao propor a reformulação do pan-americano, no sentido de dar-lhe um conteúdo material condizente com seu alto valor simbólico, não somente salientei a decisiva importância da cooperação dos países industrializados, como indiquei, de forma geral, as zonas em que mais urgentemente se fazia necessária esta colaboração.

Há um limite à eficácia do esforço emancipador dos países subdesenvolvidos ou semidesenvolvidos — este limite será determinado pelo grau de cooperação que receberem das nações de economia madura. O que há dias procuramos caracterizar foi uma posição de solidariedade internacional contra a pobreza e contra o subdesenvolvimento, contra as barreiras e contra os preconceitos que favorecem a manutenção de ilhas de penúria num mundo que poderia ser redi-

mido pela conjugação de atividades criadoras no terreno da indústria, do comércio e da incessante criação de riqueza.

É com este espírito e com esta esperança que eu vos dou as boas-vindas e formulo os melhores vo-

tos no sentido de um trabalho fecundo e pioneiro, que nos coloque no caminho de uma ação harmônica e convergente em prol da melhoria das condições de vida e do bem-estar social de nossos povos e de nossa nacionalidade."

DISCURSO DO SR. LIDIO LUNARDI, PRESIDENTE DA C.N.I.

"A realização desta Conferência assinala um dos momentos mais felizes e expressivos na vida da Confederação Nacional da Indústria. Será, por dizer assim, o coroamento do prolongado e nunca interrompido esforço dos industriais brasileiros no sentido de propugnar pelo melhor conhecimento de nossa realidade e de reclamar que aos problemas técnicos ligados ao desenvolvimento econômico sejam proporcionadas, em escala crescente, soluções técnicas.

Pela palavra esclarecedora, a ação destemerosa e o exemplo quotidiano, a indústria do Brasil manteve-se sempre firme neste propósito. E é para nós motivo de justificado orgulho haver contribuído em grande parte para a afirmação de uma filosofia que tem como ponto de partida a exata avaliação da realidade, através do princípio de que os problemas econômicos devem ser estudados em todos os seus aspectos, inferenciais, implicações e repercussões, sempre de um ponto de vista alto, isento e desprendido — que é o único capaz de proporcionar aquela margem de certeza e segurança admissível nas limitações do espírito humano.

Os temas do desenvolvimento adquiriram em nossos dias importância fundamental, podendo se afirmar, sem exagero, que eles constituem a grande preocupação dos povos modernos. Mas é preciso não esquecer que, na base do conceito ou idéia de desenvolvimento, está o conceito de investimento. E a tal ponto que dizer "desenvolvimento" importa em dizer também, necessariamente, "investimento". Deveremos, então, reconhecer que

se o "desenvolvimento" é o fim que deve ser buscado por todos os povos e coletividades, para que se realizem integralmente, o "investimento" será sobretudo o meio, o instrumento, o agente apto a pôr aquela idéia em ação, a concretizar semelhante aspiração a cumprir eficientemente esse objetivo indispensável à evolução de cada País.

Ora, a nossa época demonstra que o desenvolvimento, em sua expressão mais ampla, é matéria que transcende ao âmbito nacional, ao âmbito regional e mesmo ao âmbito da associação parcial de países. As contingências da evolução do mundo moderno determinaram a necessidade de se reverem muitos conceitos tradicionais e, entre esses, o do desenvolvimento. A economia, principalmente nos aspectos da produção, abastecimento e comércio internacional, já não comporta mais apreciação em termos estritamente "nacionais", no sentido da prevalência dos interesses específicos de um só povo, senão que reclama consideração em termos mais amplos. No mundo cada vez mais conhecido, mais próximo, mais vizinho, vai adquirindo crescente importância para todos os membros da comunidade internacional o que possa ocorrer em regiões às vezes geograficamente distantes, e que no entanto é suscetível de repercutir intensamente aqui, ali e além, como no símile das reações em cadeia. Vão, assim, os interesses da economia internacional criando as suas novas tábuas de valores.

"Entre os ensaios que mais recentemente se experimentaram, incluem-se, por exemplo, o dos mercados comuns regionais. Será inicia-

tiva que as circunstâncias hajam eventualmente propiciado ou tornado aconselhável. Mas cumpre enxergar mais certo e mais longe. Como é notório, a produção e o comércio internacional apresentam-se hoje como um todo coordenado e orgânico, que não se compadece com a ação de âmbito puramente regional, por mais geral e importante que venha a ser semelhante ação. Qualquer transtorno ou perturbação no complexo da produção e do comércio internacional poderá — como advertem os técnicos — acarretar prejuízos e dificuldades para outras regiões, ou para outros povos — o que impõe cada vez mais a concepção ampla e desinteressada do problema. O que mais se salienta é a necessidade de um esforço geral no sentido de incrementar em todo o mundo a integração à vida produtiva das regiões mais naturalmente vocacionadas a um rápido desenvolvimento pelo vulto, abundância e qualidade de seus recursos materiais. Quer no que toca à produção agrícola, quer no que se refere à produção industrial — devem os investimentos revestir, além de sua essencial função econômica de caráter privado, e sem qualquer prejuízo para esta, uma função política de maior elevação e de admirável grandeza, e vem a ser a sua intensificação crescente para secundar o desenvolvimento de povos que desejam se afirmar como valores positivos no esforço conjunto para fundar sólidamente o bem-estar e a paz mundiais.

Diz-se que é se conhecendo mais intimamente que os povos melhor se compreenderão. E o meio ideal para que se conheçam e se compreendam inteiramente será o de trabalharem juntos, unindo os seus capitais, as suas aspirações progressistas, os seus recursos técnicos e humanos, para construção de uma obra comum no plano econômico, a qual, transcendendo as fronteiras regionais, se afirme como a expressão levantada do princípio de que todos os homens são dignos de aceder aos bens materiais de nossa civilização, do mesmo modo que às suas conquistas espirituais e morais, consubstanciadas no direito de

autodeterminação dos povos, na liberdade de pensamento e de crença, na dignidade da pessoa humana, na igualdade de todos ante as oportunidades de trabalho, educação e busca da felicidade.

“Bastam estas considerações para acentuar a oportunidade e atualidade dos debates que aqui se vão ferir sobre os temas do investimento e da política que cumpre empreender para incrementar devidamente os programas de inversão visando a acelerar o desenvolvimento econômico de tantos povos, tolhidos, muita vez, pela carência de capitais. Entre os pontos a examinar mais detidamente incluem-se os relativos à segurança e garantia dos investidores estrangeiros, cujos interesses devem ser preservados contra a ocorrência de arbítrio ou de critérios unilaterais na eventual aplicação de cláusulas expropriatórias; à repatriação de capitais e de lucros dos investidores, que cumpre seja objeto de garantia estrita e merecer justa prioridade ante as contingências pertinentes à situação do balanço de pagamento; e, finalmente, a seletividade dos investimentos considerados mais necessários aos programas nacionais ou regionais de desenvolvimento econômico, para que não se estimulem inversões em setores já ampla e suficientemente cobertos pelas empresas existentes e em funcionamento, evitando-se o desequilíbrio decorrente da concentração excessiva de empreendimentos em certos domínios, em detrimento de outros domínios de igual ou maior essencialidade. Quanto a este ponto, todavia, é necessário esclarecer que o critério de seletividade deve exercer-se com prudência e discernimento; seu fundamento não será nunca o propósito protecionista, nem o desejo de afastar a concorrência, que é elemento vital de progresso, mas tão somente evitar perda ou dispersão de esforços que poderiam ser melhor aproveitados. Em outras palavras, o móvel a determinar os possíveis critérios de seletividade não deve configurar-se apenas segundo os interesses do balanço de pagamento, mas ter em vista, de prefe-

rência, a ordenação racional e metódica da produção, conceituando sempre o investimento pelo que ele possa representar no acréscimo do produto nacional, isto é, como efetivo fator de riqueza e progresso para o país.

"Não desejaria entrar em pormenores sobre esses temas técnicos, pois cumpre aguardar o pronunciamento e a decisão dos notáveis especialistas, homens de empresa, economistas e "experts" que participam desta Conferência e que saberão equacionar estes problemas em todos os seus aspectos, fundamentos e consequências. Contentar-me-ei, apenas, em lembrar que, sendo a matéria de nossos debates a política de investimentos, inclusive no âmbito das relações entre Países, seria desejável que afinal fossem encontrando expressão concreta as tendências que já se avolumam no plano do direito internacional, no sentido de se estabelecer, tanto quanto possível, normas positivas e institutos especializados a respeito.

Consideramos um alto privilégio que esta Conferência se realize no Brasil, jovem País de um jovem Continente, mas que se agiganta no esforço por encontrar rumos saudáveis, que levem seu desenvolvimento e sua civilização, já consideráveis, a um grau correspondente ao das imensas possibilidades e recursos em matérias-primas que a natureza nos proporcionou. Dispostos de vasta extensão territorial e de extrema multiplicidade de produtos naturais, que desejamos aproveitar adequadamente, com a consciência de que — promovendo nossa expansão econômica — estaremos contribuindo para o progresso e o bem-estar universais. Somos um povo de boavontade e inclinado ao entendimento franco e leal, adepto assim da maior projeção da convivência e intercooperação entre as Nações. Todos os que co-

nosco desejarem colaborar na consecução desses altos propósitos, trazendo-nos o concurso dos seus capitais, de sua experiência, de sua técnica, de seu "know how", serão bem-vindos e hão de certamente encontrar aqui as compensações e garantias que estão na tradição de nossa política internacional, através da qual granjeamos e desejamos manter a confiança com que nos honram nossos amigos do Exterior.

"O relêvo desta Conferência se acentua com a presença do ilustre Presidente Juscelino Kubitschek, que timbrou em prestigiá-la, vindo, pessoalmente, promover sua inauguração. A presença do Chefe do Governo do País constitui especial homenagem às eminentes personalidades que nos visitam e aos industriais brasileiros, e é a homenagem tanto mais expressiva porque Sua Exa. é denodado propugnador do desenvolvimento econômico, segundo os cânones modernos, é um espírito arguto e permanentemente aberto às idéias e influências criadoras, que dizem com os empreendimentos fecundos, traduzindo a ação e trabalho, voltados resolutamente para o futuro.

Com estas palavras, saúde, em nome da Confederação Nacional de Indústria, a que tenho a honra de presidir, as nobres personalidades que nos distingiram com sua acolhida ao nosso convite. E exprimo, debaixo da mais viva emoção, o voto de que esta Conferência possa contribuir para a crescente união e entendimentos dos homens de empresa e dos investidores em todo o mundo, constituindo um elo a mais na corrente admirável que une os povos de boavontade no esforço por resolver em conjunto problemas que se referem, tão do perto, ao ideal de estender a prosperidade a todos os povos e a felicidade a todos os homens".

MERCADO REGIONAL LATINO-AMERICANO

JOSÉ GARRIDO TORRES

Exposição feita como introdução ao debate da mesa-redonda da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, realizada em 24 de abril de 1958, na cidade de São Paulo

O mercado regional latino-americano está na ordem do dia. Há quem o advogue, há quem o desconte como algo utópico, há quem se mostre reticente, refletindo uma vaga desconfiança de que venha a prejudicar situações criadas. Dificilmente se encontrará quem a ele se oponha. A verdade, porém, é que o mercado regional é ainda pouco mais do que uma idéia, embora se possa dizer que é uma idéia, em marcha. Seus contornos ainda não estão definidos, seus meios de aplicação são agora objeto de investigação. Faz-se mister, paralelamente ao estudo teórico do problema, debater sua concepção nos círculos das classes produtoras e nela interessar a opinião pública, sem cujo apoio não poderá vingar. Os termos em que foi concebida e o progresso já realizado carecem de divulgação, o que deverá ocorrer doravante por motivo das bases assentadas recentemente, cuja ampla discussão será, sem dúvida, da maior utilidade para o prosseguimento dos estudos em curso. É o que se deseja promover aqui, no seio deste órgão representativo das atividades produtoras do continente que, por sinal, demonstrou vivo interesse pela concepção.

Creio, por conseguinte, que procederia acertadamente se desse início aos nossos trabalhos, procurando apresentar aos ilustres participantes desta mesa-redonda, em ex-

posição que tentarei sucinta sem demasiado sacrifício de informação, a razão de ser da idéia e o estágio em que a mesma se encontra presentemente. Isto serviria para orientar nossa troca de pontos de vista, para enquadrar o assunto, para destacar os problemas que mais requerem nossa atenção, em relação aos quais formularei algumas questões, ao final, para um proveitoso debate. Peço, por isso, que me perdoem pelo tempo de que necessitar para tanto.

O ideal do congraçamento econômico dos povos da América é antigo, diria que tem a idade da própria vida independente de nossos países. De uma maneira ou de outra, com maior ou menor amplitude, de forma mais ou menos precisa, ele reponta na crônica do continente, formulado por pensadores e estadistas em resposta a um anseio generalizado de dar fundamento sólido à organização política e jurídica pan-americana, a qual ainda carece de conteúdo econômico.

Todavia, até hoje, não foi possível materializar essa aspiração em um sistema orgânico, porque, enquanto soubemos buscar as fórmulas felizes de interdependência política, no plano econômico, nossa coexistência se tem marcado pela separação e pela mais completa independência. Enquanto os Estados Unidos estabeleciam, desde cedo, o primeiro grande mercado

comum da época moderna, os países componentes da América Latina orientavam suas respectivas economias no sentido de seu intercâmbio com os mercados do resto do mundo, sobretudo da Europa, alheios ou indiferentes a quaisquer possibilidades ou conveniências de articulação entre si. Enquanto os Estados Unidos se mostraram capazes de produzir um sistema econômico, próspero e equilibrado, graças a uma fronteira política comum, as nações latino-americanas se tornaram altamente concorrentes umas das outras. Este estado de coisas e o conseqüente desnivelamento que se processou entre a economia estadunidense e a latino-americana em geral, passou a emprestar às manifestações continentalistas daqueles pensadores e estadistas um indistigável caráter romântico.

Países de produção primária, vitalmente dependentes da receita oriunda de exportações de matérias-primas e alimentos, sabidamente de preços instáveis no comércio internacional, os latino-americanos se mantiveram nessa posição inalterada até a primeira grande guerra, quando alguns deles experimentaram um primeiro surto industrial, sob o impacto da interrupção de suas tradicionais importações de manufaturas. A "debacle" financeira de 1929 deu alento a esse processo devido aos problemas de pagamentos que gerou. Mas foi o ressurgimento do "nacionalismo econômico" na Europa que verdadeiramente despertou a consciência latino-americana para a perigosa condição de dependência de seus povos em relação aos azares do comércio mundial. O segundo grande conflito reproduziu as dificuldades do primeiro e muito contribuiu para intensificar os efeitos deste em matéria de industrialização. Com tais antecedentes não é de admirar pois, que, no após-guerra, toda a América Latina se tenha deixado galvanizar pela mística da industrialização como fenômeno corretivo de sua instabilidade e como processo propiciador de mais altos e crescentes

níveis de renda real para suas populações. O temor da queda de preços de seus bens primários com a resultante deterioração de suas relações de trocas —, tornou-se uma preocupação tão absorvente em nossos países quanto a que inspira o desemprego nas nações industrializadas. A impossibilidade, até o presente sentida, de se conseguir fórmulas ou mecanismos internacionais, que emprestem relativa estabilidade a tais preços, tem contribuído, por um lado, para vincar ainda mais a convicção de que a salvação está na indústria e, por outro, de que a sustentação de preços remuneradores, é imprescindível à capacidade de importar, a qual, por sua vez, condiciona, no estágio presente, a revolução industrial em marcha.

Entretanto, as cifras do comércio mundial evidenciam, conforme tem assinalado o GATT, uma tendência constante à diminuição da participação relativa dos países produtores de bens primários naquele comércio, por força, principalmente, do esforço substitutivo da importação de matérias-primas que se tem verificado nas áreas industrializadas, graças tanto à produção natural interna, quanto ao extraordinário impulso que a moderna tecnologia imprimiu à fabricação dos sucedâneos sintéticos, e ainda à preferência discriminatória em favor dos artigos coloniais, que elimina o problema de moeda das metrópoles. A este rol negativo poderia também ser aduzida a concorrência dos produtos agrícolas dos Estados Unidos, em seu próprio mercado e no resto do mundo, resultante de condições internas, fator que tanto contribui para sua posição ambivalente de nação credora, com balança comercial favorável.

Que resultados obteve a América Latina com sua industrialização? São eles comensuráveis com os esforços despendidos? De que características se reveste essa industrialização e que perspectivas oferece?

Limitada às dimensões de cada mercado nacional e assaz diversifi-

cada em muitos desses países, tal industrialização apresenta um quadro que é, em maior ou menor medida, idêntico nos países que a experimentaram com intensidade. Aquela diversificação, aliada a uma atitude nacionalista, ambas muito favorecidas pela escassez de meios internacionais de pagamentos, teve por consequência um desenvolvimento paralelo das mesmas indústrias nos diversos países. A despreocupação com a noção de custos comparados e a ausência de concorrência tanto interna quanto externa, que apurasse a produtividade e ensejasse razoável grau de especialização, levou a distorções flagrantes que se refletem nos fenômenos de capacidade fabril ociosa e preços elevados de consumo, distorções para as quais também tem contribuído a inflação, sob aspectos multiformes.

O desequilíbrio dos balanços de pagamentos e a inadequação dos sistemas cambiais justificou uma substituição inqualificada de importações de bens de consumo e, sob o incentivo de alta lucratividade, prejudicou a infra-estrutura e o aparecimento de indústrias básicas. Essa política enrijeceu os dispêndios com a importação de matérias-primas, combustível e bens intermediários, de um lado, e desestimulou as exportações, de outro, as quais se viram afetadas, não só pelo crescimento do consumo interno, como também pela licitação dos fatores de produção por setores de maior rentabilidade monetária. Criou-se, assim, um círculo vicioso porquanto, com o declínio do "quantum" das exportações, não obstante os altos preços internacionais obtidos até recentemente por alguns produtos e o influxo de capital alienígena ocorrido, o desenvolvimento industrial e a renovação de equipamentos se viram tolhidos pela limitação da capacidade de importar. Esta situação poderá conduzir não ao incremento constante da renda real, mas a uma estagnação que já ameaça alguns desses países.

Do ponto de vista do comércio exterior, ao invés de produzir

maior variedade, a industrialização, pela competição aos fatores de produção, restringiu o número de bens exportáveis. Em vez de contribuir para que as exportações se distribuíssem por um maior número de mercados, concentraram-se estas em alguns poucos, sobretudo limitados dentro da América Latina. Certas matérias-primas de valor secundário mantiveram sua pequena participação nas receitas em divisas, quando seria desejável e possível que avultasse sua importância relativa. Depois da guerra, o comércio intra-regional de manufaturas tem diminuído, a despeito de acordos bilaterais de comércio e de pagamentos, os quais têm sido utilizados com a finalidade dupla de poupar divisas duras e de intensificar o intercâmbio de mercadorias, ainda que a sobre-preços. Finalmente, um comércio exterior reduzido a um pequeno número de produtos e países, no qual há uma conspícua preponderância dos Estados Unidos e da Europa e tão diminuta participação regional, não constitui perspectiva promissora para a industrialização da América Latina.

O reconhecimento objetivo dessas insuficiências não significa, porém, a condenação do processo industrial havido na América Latina, de vez que a despeito das desvantagens verificadas, sobre estas ainda prevalecem os benefícios que proporcionou, deixando um saldo favorável. É esta a convicção que auscultei quando, como consultor "ad-hoc" da CEPAL, percorri vários países sul-americanos em 1956, estudando seus problemas de comércio e pagamentos em relação a mercados da área. No relatório apresentado à Secretaria Executiva, por meu colega Eusebio Campos, da Argentina, e por mim, referimo-nos a esta conclusão, escrevendo: "... em que pese aos erros cometidos, nos círculos mais autorizados pensa-se que a industrialização oferece um saldo basicamente positivo e de acordo com os melhores interesses latino-americanos, vistos individualmente por países ou em conjunto. A forma

de conduzi-la e a orientação deficiente são o que carece de ajustes e adaptações adequadas ao processo dos fatos. Estes ajustes e adaptações dependeriam, em última análise, de razões e incentivos que se poderiam encontrar no mercado regional. Portanto, em tais círculos se estima que a indústria nacional dos países latino-americanos deveria desenvolver-se, ao mesmo tempo, em duas direções: na horizontal e geográfica do mercado continental, e na vertical do mercado interno, determinada pelo crescimento da renda real por habitante. A primeira somente necessitaria um esforço consciente e solidário para concretizar-se no tempo".

Para tanto, impõe-se uma revisão das políticas econômicas nacionais e uma reorientação do esforço substitutivo das importações no escopo de um mercado regional integrado, tirando proveito das condições de complementariedade hoje existente. A alternativa pareceria ser a de uma eventual "balcanização econômica" da América Latina, com o seu cortejo de rivalidades e dificuldades que não são difíceis de prever. Entre as últimas avulta o problema colocado pela expansão demográfica, da qual se pintou já o seguinte quadro: "A população da América Latina alcançava, em 1955, 175 milhões de habitantes e estima-se que em 1975 terá aumentado de 100 milhões mais. Nesse incremento, a população ativa, corresponderia aproximadamente um aumento de 38 milhões. Se continuarem as tendências dos últimos vinte anos, somente 5 milhões desse considerável acréscimo do potencial humano serão absorvidos pelas atividades agrícolas e menos ainda se estas tiverem sua tecnificação acelerada, como é altamente desejável. Restariam, assim, cerca de 33 milhões de pessoas que deverão buscar sua ocupação produtiva fora da agricultura e dessas uma boa parte terá de ser absorvida pelo processo de industrialização e formas de progressivo avanço técnico. Haverá um grande desperdício de

recursos se pretendermos prosseguir com a industrialização em compartimentos estanques".

No documento mencionado, que foi preparado para a primeira sessão do Comitê de Comércio da CEPAL, seus autores sugeriam que os governos membros considerassem dois tipos de medidas: 1) — Adoção, tanto quanto possível imediata, daquelas que contribuíssem para a liberalização do comércio intra-regional, mormente entre países que transacionassem à base de moeda-convenio, para o que seria de todo aconselhável a renegociação dos convênios segundo novas bases e a estruturação de um sistema multilateral de pagamentos; 2) — Estudos que conduzissem à paulatina implantação de um mercado regional integrado, para o que o progresso que se fizesse com as primeiras muito poderia correr.

As recomendações feitas tiveram acolhida junto às delegações dos países componentes daquela Comissão das Nações Unidas, tanto no âmbito do referido Comitê de Comércio, quanto em sua plenária de La Paz. Em reunião havida em abril do ano passado, na cidade de Montevideu, deu-se forma a um convenio-tipo de pagamentos que já foi adotado entre a Argentina, de um lado, e o Chile e o Uruguai, de outro. Neste ano, deverá haver no Rio de Janeiro uma segunda sessão do Grupo de Representantes dos Bancos Centrais para adiantar os estudos e acordos conducentes ao multilateralismo de pagamentos, seguida de renegociações de convênios nos moldes do acordo logrado na capital uruguaia. A conjuntura internacional deverá estimular esse esforço. *A experiência que acarretará em termos de coordenação de política monetária, cambial, comercial, será de grande valia mais tarde por sua indispensabilidade à operação do mercado regional.*

Quanto a esta concepção, foi ela objeto de sucessivas resoluções, todas por unanimidade, ao mesmo tempo, no seio da CEPAL e da re-

cente conferência econômica da OEA, reunida em Buenos Aires, logo após a do Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção, onde este também se pronunciou afirmativamente a respeito.

Em Buenos Aires, pela primeira vez na história deste continente, aprovou-se importante resolução em que os Estados Americanos declaram "A conveniência de estabelecer gradual e progressivamente, de forma multilateral e competitiva, um mercado regional latino-americano". Um Grupo de Peritos, para cuja convocação se deu mandato à Secretaria Executiva da CEPAL em Santiago em 1956, mais tarde confirmado em La Paz, reuniu-se em fevereiro último, no Chile, para estudar o problema e recomendar aos governos as medidas que se fazem mister para a estruturação do mercado regional.

Qual é a filosofia do mercado regional? De que modo poderá ele resolver os problemas apontados? Trata-se, por acaso, de nova evidência de velho vício mimético da América Latina? Há algum propósito autárquico no plano? Será, por outro lado, um esquema de combate ou de represália à iniciativa do Mercado Comum Euro-Africano?

Pareceria que a existência dos problemas indicados, na medida em que sua solução pudesse ser obtida em função de um esforço comum e solidário, conferiria a tal solução um teor de legitimidade e autenticidade, que não a confundiria com qualquer outro esquema. Corresponde, de resto — e como já vimos —, a um velho anseio dos povos latino-americanos. Haverá, negavelmente, semelhanças incidentais, pois tais movimentos de integração de grandes áreas geográficas parecem obedecer a moderna tendência rumo a uma nova ordem econômica internacional, condicionada por uma combinação determinista de fatores de produção e de consumo, ou seja, pelo imperativo das economias de escala para atender à reivindicação de bem-estar social crescente das massas. Mas, não se empresta

ao mercado regional nenhum sentido exclusivista, pois ele deverá conduzir à multiplicação do intercâmbio da região com o resto do mundo, embora em bases diferentes, intercâmbio esse que, por sua vez, muito estimulará seu próprio desenvolvimento integrado. Não resta a menor dúvida que o Mercado Comum Euro-Africano poderá atuar como uma força catalizadora do mercado regional latino-americano, mas não como a sua determinante. A influência daquele se fará sentir mais por força das consequências que a produção concorrente da África vier a ter, a prazo médio, sobre as exportações latino-americanas, não só pela poderosa associação dos fatores capital, técnica e mão-de-obra barata das colônias, mas sobretudo pelo tratamento aduaneiro discriminatório que será dispensado em favor das exportações destas.

As condições que os propugnadores do mercado regional visam assegurar para a América Latina são as que lhe garantam *prosperidade com estabilidade*. Como? Mediante o estabelecimento de uma grande área dentro da qual eventualmente se processe um comércio tão livre como possível de bens e serviços, resultante do aproveitamento ótimo dos recursos naturais, humanos e de capital, que enseje os mais altos níveis de vida comensuráveis com tais recursos.

O Grupo de Peritos, a que já me referi, assentou em sua primeira reunião as seguintes bases:

1. Eventual adesão de todos os países da América Latina;
2. Inclusão, oportunamente, de todos os produtos;
3. Tratamento especial para os países mais atrasados;
4. Regime tarifário único frente ao resto do mundo;
5. Especialização crescente das atividades econômicas nacionais;
6. Multilateralização regional dos pagamentos;
7. Restrições temporárias ao comércio intra-regional por moti-

vos de desequilíbrio de balanço de pagamentos ou de desocupação temporária da mão-de-obra;

8. Regime especial para a produção agrícola;

9. Abstenção de concorrência desleal;

10. Previmento de crédito comercial e de assistência técnica e financeira para o desenvolvimento;

11. Estímulo à iniciativa privada;

12. Estabelecimento de órgão consultivo para supervisão do mercado regional.

A aplicação de fórmulas e processos instrumentais do mercado regional derivadas dessas bases, deverá ser informada por seis princípios de inspiração democrática, zelosos da soberania nacional e conducentes à instituição, no tempo como no espaço, de um sistema econômico multinacional animado pelo espírito de solidariedade. Três desses princípios operam no plano político e outros três no plano estritamente econômico.

Os primeiros são *igual oportunidade* (para que todos os países participem com a segurança de satisfatório desenvolvimento de seus recursos e possibilidades); *voluntariedade* (quer dizer, segundo a conveniência de cada um e sem coação de espécie alguma); *não-exclusividade* (isto é, mantendo-se os acordos em aberto para que não se corra o risco da formação de blocos cerrados). Os segundos correspondem a "*produtividade, concorrência e progressiva especialização*". Estes são iminentes ao conceito do mercado comum e deverão ter, senão irrestrita observância desde logo, pelo menos crescente aplicação. Sua implementação é indispensável pela função decisiva que desempenham dentro do sistema, porquanto são o penhor de sua plena economicidade.

Em um sistema plurinacional, onde se observe, realmente, o direito de igual oportunidade de todas as comunidades integrantes às

vantagens a ele inerentes, que assegure efetiva reciprocidade, que não enseje o aparecimento de relações de predomínio econômico derivado de pressão política ou por motivo de procedência histórica no desenvolvimento, que não perpetue artificialmente a divisão dos países em produtores de bens industriais e de bens primários, como ocorreu no mundo desde a industrialização inglesa até a primeira grande guerra, a divisão internacional do trabalho não só deverá ser finalmente possível, como até desejável para que os índices de renda real supervenientes sejam verdadeiramente comensuráveis ou mais do que comensuráveis com a *mise-en-valeur* dos recursos disponíveis da área abrangida pelo referido sistema. Para tanto se impõe o respeito ao princípio da produtividade, o qual, funcionando através de um regime de livre concorrência, deverá conduzir a uma conveniente especialização progressiva das atividades produtoras. Em um tal sistema de vasos comunicantes, não haveria porque temer, o advento, a seu tempo, do mais completo livre-cambismo. Na verdade, é essa a única condição em que será tal regime insuspeito aos interesses em jogo das diversas comunidades nacionais participantes porque pressupõe equidade no tratamento do patrimônio de todas. Daí a qualificação dada ao projetado mercado regional latino-americano, de multilateral e competitivo, em oposição a fórmulas estreitas de reciprocidade bilateral propiciadoras de distorções, na forma, por exemplo, de monopólios de empresa, de país ou de ambos possíveis pela reserva de mercados.

A industrialização deverá ser, naturalmente, a grande alavanca do mercado regional, o tipo de atividade econômica que, como já vimos, depende desse teatro de operações para desempenhar seu papel a contento. É este o caso particular das indústrias básicas, as quais ou inexistem ainda ou se podem considerar "infantes" pelo fato de haverem começado a surgir muito recentemente, em escala,

aliás, frequentemente excessiva para a capacidade de consumo existente intra-fronteiras. Muitas há cujo surto ainda não ocorreu porquanto as dimensões insatisfatórias dos mercados nacionais não motivariam investidores menos afoitos, cônscios de que, a longo prazo, as considerações de custo tenderão a prevalecer sobre a mística da auto-suficiência. Especialmente quanto a estas, fácil é prever o interesse que um mercado comum de grande amplitude despertaria da parte não só dos investidores latino-americanos, isoladamente ou em combinação, como de outros de fora da área, cuja associação com capitais locais naturalmente também ocorrerá. Que este interesse existe parecem demonstrá-lo as iniciativas das companhias produtoras de automóveis que ora se instalam no Brasil, cujo número e capacidade de produção serão superiores, por algum tempo, ao provável consumo interno de veículos.

Onde o problema da especialização industrial trará maiores e naturais dificuldades de reajustamento será no setor das indústrias de bens de consumo, já muito difundidas. Adotado um processo de adaptação paulatina, entretanto, é de supor-se que uma salutar concorrência termine por distribuí-las de modo a corrigir as distorções existentes nos investimentos. A negociação entre diversas nações, de um mercado comum para determinadas indústrias facilitaria aquelas transferências, pelo interesse que os industriais teriam em deslocar seus negócios ou fundi-los com outros alheios ao país, conseguindo assim maior remuneração para seu capital. O país ou países que sofressem com isso prejuízos fiscais ou provenientes de desocupação temporária de mão-de-obra seriam compensados com o maior rendimento do capital emigrado, menores preços e melhor qualidade dos respectivos produtos para sua massa consumidora? Teriam possibilidades recíprocas — graças à diversidade de recursos naturais —, em relação a aqueles

produtos em que tivessem maiores vantagens comparativas? Pensa-se que sim, e também que a incorporação de grandes massas de população à economia monetária e o crescente aumento do poder aquisitivo em geral imprimiriam tal dinamismo à economia regional que as transferências aludidas careceriam realmente de importância.

Mas o mercado regional não beneficiaria apenas a industrialização. É evidente que o mesmo sucederia à produção de matérias-primas e alimentos da área — produção essa que poderia ser altamente tecnificada —, com a vantagem adicional de maior estabilidade em seu comércio, pois as bruscas flutuações de preços e a deterioração da relação de trocas passariam a ser fenômeno grandemente minimizado em seus efeitos negativos. Na medida em que a industrialização se processasse, mais e mais iria ela absorvendo aquela produção de matérias-primas e, na proporção em que subisse a renda real das populações compreendidas no mercado — populações com os mais altos índices de crescimento do mundo —, também se expandiria o consumo dos gêneros alimentícios da região. Esse processo teria a dupla vantagem de tornar mais reais as complementariedades ainda latentes entre os diversos países e de prevenir as repercussões adversas que sobre sua relação de trocas poderia vir a ter a integração euro-africana e a produção, nos grandes centros industriais, tanto de sucedâneos sintéticos quanto de bens naturais primários à base de subsídio. Pareceria impossível evitar tais efeitos com uma política baseada no isolamento de cada país latino-americano. E é óbvio que todas as demais formas de atividade econômica seriam igualmente estimuladas. O que é de suma importância é contrabalançar, *pari passu*, o progresso da integração euro-africana com o avanço de integração idêntica na América Latina, a fim de evitar qualquer histórico penoso para esta.

Aspecto digno de particular atenção é o pertinente aos reflexos do mercado regional sobre o comércio mundial, isto é, o da América Latina com outras partes do mundo e a contribuição que os resultados desse intercâmbio terá para o das últimas entre si.

Já se mencionou, com apoio em análise do GATT, qual é a tendência e quais são as perspectivas do comércio em curso entre as regiões industrializadas e as que ainda se encontram em estágio de produção predominantemente primária. Essa situação parece ilustrar a tese de que a industrialização, longe de reduzir as trocas internacionais, as multiplica, ainda que acarrete modificações em sua composição. É de prever-se que o aumento da renda real na América Latina acresça os valores de seu intercâmbio com o resto do mundo, sobretudo nas correntes comerciais de cujo circuito participar mais ativamente. Por outro lado, o mercado regional ensejará condições de concorrência, especialmente na produção manufatureira, que hoje dificilmente nossos países poderão obter, de per si, no âmbito mundial. Assim, o grande espaço econômico é um fator positivo na expansão do comércio internacional, o que pode ser comprovado com o exemplo dos Estados Unidos, país que, em 1955, havendo exportado 4%, tão somente, de seu produto nacional bruto, participou com 18,2% de total das exportações mundiais.

Outro ponto a salientar são as oportunidades que a integração latino-americana oferecerá ao capital estrangeiro, isto é, extra-regional, o qual, por sua vez, representará muito menor ou nenhuma periculosidade para os que temem seus efeitos em âmbito nacional, que é mais restrito.

O mercado regional lhe abrirá horizontes que presentemente não existem em vista de vinte mercados estanques, vinte sistemas fiscais, vinte situações legais diferentes. O afluxo de capital e técnica de fora (de origem pública ou privada) será decisivo para o

êxito do projeto, pois dele muito dependerá a magnitude da taxa de desenvolvimento econômico de que dependerá a integração, de vez que representará uma suplementação da capacidade de importar. Como é provável que as disponibilidades européias de capital exportável sejam crescentemente desviadas para a África, é de imaginar-se que será o capital norte-americano o mais atraído pelas possibilidades inerentes àquela integração. Tem havido correlação, aliás, entre dimensão de mercado e quantidade de capital americano investido em termos de indústria manufatureira, excluído o petróleo. Dados recentes demonstraram que 90% desses investimentos se encontram no Brasil, Argentina e México. Os 10% sobranes se distribuem entre os 17 países restantes da América Latina. O que a expansão dessas inversões significará, em termos de intercâmbio com os Estados Unidos, é fácil prever. De um lado, suas exportações terão seus valores consideravelmente aumentados, desde logo, com a saída de bens de capital que acompanharão aquelas inversões. De outro lado, é de supor-se que as condições de competição da produção latino-americana no imenso mercado da qual o país se tornarão muito mais efetivas, da única maneira porque será possível nêlo enfrentar, tanto a concorrência industrial européia quanto a que a África fará em produtos primários.

A presunção lógica é, portanto, a de que a integração latino-americana é de alto interesse econômico para os Estados Unidos, porque abrirá, à sua capacidade produtora e aos seus excedentes de Capital, fronteiras que não poderá dispensar no futuro. Que o governo e os meios de negócios daquela república têm interesse no programa parece já haver sido evidenciado. Não só o primeiro tem dado seu apoio às decisões tomadas em conferências interamericanas recentes, como os segundos têm manifestado simpatia por tudo que lhe diz respeito.

Apoiar o mercado regional latino-americano, ainda que sem dêle participar como integrante, com parcela ponderável de seus recursos de capital (governamental e privado) e de técnica, e abrindo-lhe o seu mercado, julga-se a maneira mais efetiva que terão os Estados Unidos de cooperar com a América Latina na fase histórica que se inicia, dêsse modo contribuindo decididamente para estreitar o desnível existente entre esta e a América Saxônica, até que a eliminação dêste desnível torne um dia possível a unificação econômica do hemisfério. Se essas razões são ponderáveis para tal cooperação, os motivos políticos não o são menos. Assim se deveria conceber, em termos modernos, o pan-americanismo econômico, dando conteúdo ao sistema político e jurídico que representa uma genuína vitória do sentimento centenário em prol do conagraamento do Novo Mundo e uma conquista da civilização ocidental. O que a unidade dêste continente, cimentada pela cooperação e fortalecida

pelo progresso, pode representar para a paz e a prosperidade universais nunca será demais encarecer, na opinião dos proponentes do mercado regional.

Eis aí em termos muito sumários, não obstante o tempo consumido, as origens, o progresso e o presente estágio da idéia. Sua eventual materialização, se depende do acerto das recomendações que o Grupo de Peritos fizer aos governos e do estadismo que animar aos responsáveis por êstes, está muito relacionada também com a clarividência das classes produtoras de nossos países, com sua capacidade de sobrepor aos imediatos os interesses a longo prazo, seus e das respectivas comunidades. Mas sua dependência é ainda maior da opinião pública em toda a América Latina, sem cuja conquista continuará no reino melancólico das idéias frustradas. Idéias grandiosas e fascinantes, mas idéias para utilização em discursos grandiloquentes e vazios de sentido prático.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

HISTÓRIA E MESOLOGIA DA MEDICINA DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES HUMANAS

Dr. JACY MONTENEGRO MAGALHÃES

Quem quer que se detenha no estudo da História da Medicina do Trabalho, da História do Capital, da História das Doutrinas Econômicas, da História das Lutas Sociais, da História das Doutrinas Sociais, constata, à primeira vista, a interligação que há entre os fenômenos de que, especificamente, cada uma se ocupa.

A mais antiga notícia sobre a necessidade da preservação da saúde e da vida do Trabalhador está em um documento egípcio (Papiro Anastacio V), em que um escritor não identificado, descrevendo as condições de trabalho de um pedreiro, assinala:

"Trabalha sem vestimenta, seus braços se gastam no trabalho, devora-se a si mesmo, pois não tem outro pão que os seus dedos."

Por este documento, de cuja existência temos notícia por intermédio da obra "Hygiène du Travail — Encyclopédie d'Hygiène, de Pathologie et d'Assistance Sociale", editada pela Organização Internacional do Trabalho — O. I. T., constata-se, não sem surpresa, que a Medicina do Trabalho é mais antiga do que a Medicina Hipocrática.

As duras condições em que se exercia o trabalho no Egito, acabaram por provocar, em 2360 AC, uma insurreição geral dos trabalhadores, começada nas minas de cobre e só a muito custo reprimida. Serviu, porém, a reação para pôr em evidência a necessidade de proteger e melhorar

as condições de vida do trabalhador-escravo, problema bem sentido naquela época, pelo faraó reinante, que estabeleceu uma série de normas naquele sentido. As medidas tomadas pelo faraó tinham finalidade tanto social quanto política; melhoravam as condições de vida do trabalhador (finalidade social), ao mesmo tempo que o tornando popular permitia-lhe enfrentar a aristocracia teológica (finalidade política).

Diga-se de passagem, que a finalidade política não foi alcançada: a autocracia teológica revoltou-se e o faraó foi assassinado.

É interessante assinalar, porém, que já naqueles recuados tempos se constata a interligação da Medicina do Trabalho e a estrutura política e social da sociedade.

A civilização egípcia, como sabemos, seguiu-se a Greco-Romana. Com o progresso científico, que caracteriza esse período da História, progrediu também a Medicina, que perdeu o aspecto mais ou menos hermético que tinha até então, para ganhar foros de ciência, sistematizada que foi por Hipócrates (460-367 AC). Não é necessário que vos recorde os estudos do Pai da Medicina sobre as moléstias do Trabalho. Desejo, porém, assinalar que naquela época os dois maiores filósofos que a História conheceu — Platão e Aristóteles — preocupados com os aspectos humanos do Trabalho, voltaram suas atenções para a Medicina do Traba-

Iho, diante da necessidade de, com seu auxílio, resolver as questões de ordem social e política, que eram motivo de tanta preocupação.

É de ressaltar, ainda, que também nesse período, a exemplo do que já acontecera no Egito, a preocupação em proporcionar assistência ao trabalhador, com medidas de Medicina do Trabalho, decorria não apenas do Idealismo, mas, também, do Realismo. Em outras palavras: "Trabalhador cujo Bem-Estar Social se procurava, mas, principalmente, a resultante da atividade profissional, isto é, a PRODUÇÃO, o que manifesta, mais uma vez, a interligação entre a Medicina do Trabalho, a Sociologia e a Política.

Em Roma, as duas figuras marcantes que, pelo vulto de seus trabalhos, deram substancial impulso à Medicina do Trabalho foram, como sabeis, Plinius e Rotarius. Ao primeiro, ao nosso ver, deve ser dado o título de *Pioneiro da Prevenção de Acidentes e Moléstias do Trabalho*, pela recomendação do uso de máscaras contra as poeiras metálicas.

Ainda em Roma, conheceis os estudos de Platus, Martial, Juvenal, Lucretius, Herodices e Nicandro sobre as causas de doenças dos trabalhadores, estudos estes que trouxeram valiosa contribuição ao progresso da Medicina do Trabalho.

Pôsto que, em Roma, as atividades científicas e filosóficas fôsem muito mais reduzidas que na Grécia, releva notar que os estudos sobre a Medicina do Trabalho tiveram ali muito maior desenvolvimento. O fato, ao que nos parece, deve ser interpretado à luz dos interesses Políticos e Econômicos, maiores entre os romanos que entre os gregos, ao fundarem e sedimentarem seu império na base de seus interesses Comerciais, estabelecendo e exercendo o Domínio Político através do Domínio Econômico, que somente nesse período co-

meçou a definir-se como fator ponderável.

Sua própria atividade militar — notável, sem dúvida, — não teve outro objetivo que o de conquistar e manter mercados.

Pelo visto, Roma colocava a Política em primeiro plano, sendo a Economia o seu instrumento, ao passo que, na Grécia, a Economia era o instrumento não de uma Política, mas de uma Filosofia.

Foi a junção Psico-Social desses dois fatores que, ao que nos parece, levou os romanos a se dedicarem em profundidade aos estudos de *proteção Médico-Legal dos Trabalhadores*, consubstanciada na série de leis de proteção ao Trabalho, iniciada por Lucretius, no ano 643 de nossa era. Estas leis, em nosso entender, visavam a assegurar a Produção, sem a qual seu império seria impossível.

Na Idade Média, a Medicina do Trabalho, como os demais conhecimentos científicos, pouco progrediu. A rígida estrutura social que caracterizou aquele período da História, a par de uma rudimentar concepção de Capital, e, portanto, da Economia, não propiciava o seu desenvolvimento; o trabalho agrícola era exercido em condições de semi-escravidão, pelo "servo da gleba", ou, quando manufatureiro, era sobretudo artesanal.

O artesanato era organizado e regido por normas estabelecidas pelas poderosas Associações Profissionais nascidas naquele período. Aquelas Associações, como sabeis, regulavam e controlavam estreitamente todas as atividades dos trabalhadores, ao mesmo tempo que zelavam pela defesa dos direitos de seus componentes, inclusive organizando-se como verdadeira sociedade de auxílio mútuo.

Datam do Período Medieval as primeiras ordenações obrigando os fabricantes a tomar medidas de Higiene do Trabalho. Deve ser porém esclarecido que essas ordenações não visavam à Pes-

soa Humana do Trabalhador, mas, sim, a evitar os efeitos maléficos dos processos de fabricação sobre a Comunidade, protegendo-a contra emanções tóxicas ou fétidas. Eram medidas de Higiene Social tomadas por meio da Higiene do Trabalho, o que vem demonstrar, mais uma vez, a interligação entre a Medicina do Trabalho e os problemas sociais da Comunidade, evidenciada mesmo em um período histórico de pouco progresso científico e filosófico, como o Medieval.

O Período Renascentista assistiu, também, ao renascimento da Medicina do Trabalho. Beneficiando-se da obra das Associações Profissionais da Idade Média, que puseram em relevo as Moléstias do Trabalho relativas a cada profissão ou grupo de profissões, os estudiosos da Medicina do Trabalho na Renascença, podendo partir de um levantamento de moléstias profissionais já feito, puderam desenvolver um trabalho médico especializado em profundidade, abordando cada grupo de moléstias. É assim curioso notar como a organização social da Idade Média influiu sobre a Medicina do Trabalho na Renascença.

Os nomes de Ulrich Ellemborg, Paracelso, Agrícola, Martin Pausa, Mathesius, Libarius, Ursinus e Samuel Stockausen — que, entre tantos outros, permito-me recordar-vos — marcam etapas sucessivamente vencidas no progresso da Medicina do Trabalho.

Dentre esses nomes, porém, parece-me merecer especial destaque o de Samuel Stockausen, *Pioneiro da Inspeção Médica do Trabalho* por, na sua qualidade de Médico de Fábrica, ter realizado, e sistematizado, antes de qualquer outro, o diagnóstico e a terapêutica das moléstias dos trabalhadores, publicando o resultado de suas observações e conclusões, de modo a orientar outros médicos sobre as medidas de prevenção e tratamento das moléstias dos mineiros e fundidores, o que bem revela a intenção

de dar cunho prático ao seu trabalho. Por este segundo aspecto de sua atividade, parece-me que lhe deve caber, também, com justiça, o título de *Pioneiro dos Médicos do Trabalho*, uma vez que foi ele o primeiro que estabeleceu a interligação das causas físicas, psíquicas e patológicas que incidem sobre os trabalhadores, de modo a afetar e modificar a Produção.

Ao finir da Renascença, quase ao dealbar da Idade Moderna, surge a figura inconfundível de Bernardino Ramazzini, a quem todos nós, Médicos do Trabalho, prestamos o pleito de nosso respeito e admiração.

Não é necessário que eu recorde a profundidade e a extensão de sua obra, onde se encontra, metódica e ordenadamente exposto, o roteiro da Pesquisa, da Análise, do Diagnóstico, do Prognóstico, da Indicação Terapêutica e da Aplicação da Terapêutica Social, não só sobre a Pessoa Humana do Trabalhador como, também, sobre as condições de sua vida na Comunidade.

O que eu desejo salientar na obra do "*Pai da Medicina do Trabalho*" não é, propriamente, o seu aspecto médico-científico, embora este bastasse para perpetuá-lo na história da especialidade.

O que me parece digno de maior destaque na obra daquele homem excepcional é o seu *sentido Humano, Espiritual e Social*, condensado na afirmativa contida em sua obra clássica da Medicina do Trabalho: "*De Morbis Artificum Diatriba*":

"Muitas indústrias representam uma fonte de perigo para aqueles que as praticam, e os infelizes trabalhadores são atacados pelas piores doenças, ali — onde acreditaram encontrar meios de subsistência própria e para as suas famílias — e morrem maldizendo sua ingrata profissão."

A semente que lançara caiu, porém, em terreno sáfaro e custou

a germinar. O pensamento Social, Político e Econômico da época era baseado no Mercantilismo, de cunho eminentemente egoísta.

O Mercantilismo industrial vigente, na época em que viveu Ramazzini, tudo subordinava à acumulação de ouro (moeda), que caracterizava o Capital. A moeda obtida pelo desenvolvimento da indústria, que era preferido à agricultura, pela regularização segura de sua produção e pela vantagem de obter, pela exportação de seus produtos, preços mais compensadores, tinha, pois, mais valor. Assim, a Doutrina Econômica vigente, — o Mercantilismo — influenciava e condicionava por sua vez a Doutrina Política e a Doutrina Social, estreitando-lhe os horizontes. Politicamente, fortalecer o regime das monarquias absolutas, racionalmente, o enriquecimento exagerado dos "mercadores", aliado aos privilégios da nobreza, contribuíam para conservar na miséria a massa da população. Foi o Período em que os comerciantes enriquecidos se transformaram em banqueiros e em que a preeminência dos valores morais dos primeiros séculos do cristianismo, que, embora deturpados, se conservaram na Idade Média, ia sendo substituída pelos valores materiais.

É bem de ver que em tal ambiente o idealismo do Pai da Medicina do Trabalho — Ramazzini — não encontrava campo propício. Foi necessário que muitos anos decorressem; que fosse modificado o conceito de Capital, ao influxo da Revolução Industrial, para que, surgidas novas Doutrinas Econômicas, Políticas e Sociais, voltasse a humanidade a dar o devido valor ao sábio de Carpi, e aos seus esforços em proveito do Bem-Estar Social do Trabalhador.

Ao meu ver, o que há de verdadeiramente notável na obra de Ramazzini é que em seus vastos estudos, abrangendo as moléstias de 51 grupos profissionais diferentes, não tinha ele um objetivo

exclusivamente médico. Mais do que isto, o que ele procurou sempre foi sistematizar os conhecimentos que acumulou, transmitindo-os aos responsáveis pelo Bem-Estar Social dos Trabalhadores da época, inspirando-lhes medidas de Medicina, de Educação, de Assistência, de Previdência, e de Economia Social.

Como é unanimemente reconhecido pelos tratadistas de Economia, somente nos últimos anos da Renascença apareceu uma Doutrina Econômica digna desse qualificativo: o Mercantilismo. Sua aplicação, como vimos, criando condições de enriquecimento, trouxe um Estado de Euforia Social. A moeda, elevada pelo Mercantilismo à condição de Fator Financeiro decisivo para a solução dos problemas econômicos, teve sua importância acentuada pelo comércio intensivo, possibilitado pelas descobertas. A obtenção de matérias-primas e a venda das manufaturas fugiram ao controle das Corporações Profissionais, provocando sua decadência. Por outro lado, a concentração da moeda nas mãos dos comerciantes, gerou o Capitalismo Comercial, origem do Mercantilismo Comercial.

A evolução econômica, e, conseqüentemente, das condições de Trabalho, que se processou a partir do final da Renascença, foram resultantes, particularmente, de dois fatores:

- a) A formação de capitais, possibilitada pelo Mercantilismo;
- b) as descobertas técnicas e científicas, sobretudo a invenção da máquina a vapor e o aperfeiçoamento da Siderurgia.

A concorrência desses dois fatores tornou possível a Revolução Industrial, que dependia, simultaneamente, de grandes inversões e das descobertas técnicas e científicas.

O Mercantilismo, dando exagerado valor ao dinheiro, criou, subjetivamente, em seus detentores, a mentalidade de que tudo

devia ser feito em proveito de sua acumulação.

Na mentalidade assim formada pode ser encontrada a origem de todos os abusos do Materialismo Egoísta, criando as trágicas condições de vida e de trabalho dos Trabalhadores, durante a Revolução Industrial, o que provocou a conseqüente reação, favorecendo o aparecimento do Egoísmo Político.

O agravamento progressivo das condições de vida e de trabalho do proletariado despertou, como era natural, reações pela melhoria daquelas condições; e a Medicina do Trabalho desempenhou, nessa fase da História da Humanidade, papel, a meu ver, de indiscutível relevo.

A obra clássica de Ramazzini, "De morbis Artificum Diatriba", foi traduzida para o alemão, para o inglês e para o francês. Suas idéias, deixadas em esquecimento proposto pelo Egoísmo Materialista dos usufrutuários do Mercantilismo, acabaram sendo redescobertas por aqueles que se opunham aos abusos daquele Egoísmo, e é interessante assinalar que foi por influência dos que se preocupavam com os problemas sociais que tomaram novo impulso os estudos da Medicina do Trabalho.

Em 1779, a Academia de Medicina de França, na época o mais alto Colégio de Médicos do mundo, fez constar em seus Anais, trabalho sobre as causas e a prevenção de Acidentes do Trabalho. Pouco depois, J. P. Frank solicitava medidas de proteção à Trabalhadora Gestante.

Em 1776, surgia em Milão a primeira sociedade filantrópica, visando ao Bem-Estar Social do Trabalhador. Pietro Verri, seu fundador, fez voltar a atenção da sua "Sociedade Patriótica" para as questões sociais, decorrentes do Trabalho, e fez abrir, em Lugano, o que me parece ter sido a *Primeira Clínica de Moléstias do Trabalho*.

O que, ao meu ver, constitui o principal aspecto das atividades

da "Sociedade Patriótica" é a interligação do problema político da Unidade Italiana com a Medicina do Trabalho. Os membros da Sociedade viam na Medicina do Trabalho poderosa arma político-social com que ganhar prosélitos nas classes trabalhadoras, para os seus ideais políticos de unificação.

Os fatores políticos, econômicos e sociais que determinaram a ação da "Sociedade Patriótica" de Pietro Verri, nós vamos encontrar, na mesma época, na "Literary and Philosophical Society", fundada em Manchester, em 1870, que reuniu médicos e pessoas de outras atividades profissionais, tendo como objetivo a "Proteção e Melhoria das Condições de Trabalho da mulher e da criança".

A "Sociedade de Filosofia e Literatura" congregava médicos e não médicos. Entre os seus membros é de justiça assinalar dois nomes que se salientaram na luta pelo Bem-Estar Social. São eles: o Médico do Trabalho C. Turner Tchakrah e o, não médico, industrial Robert Owen.

A "Sociedade de Filosofia e Literatura" constitui, no meu modo de entender, o primeiro Centro Científico de Sociologia Industrial.

Sob o influxo da pregação de Tchakrah, a Patologia do Trabalho, na Inglaterra, ganhou tal experiência, que permitiu a formação e ordenação da Terapêutica Social, inclusive alcançando a promulgação de medidas legais visando à criação de Especialistas nas Aplicações de Técnicas da Melhoria das Condições de Trabalho. As repercussões Política, Econômica e Social da obra de Tchakrah foram de tal ordem que, a despeito de sua morte prematura, aos 37 anos de idade, conseguiu ver suas idéias adotadas em quase todos os países da Europa.

Segundo a "Encyclopedie d'Hygiène, de Pathologie et d'Assistance Sociale", da Organização Internacional do Trabalho, a morte de Tchakrah atrasou de cin-

qüenta anos o progresso das medidas em prol do Bem-Estar Social.

Tchakrah, a meu ver, foi precursor da Previdência Social, — entendida essa técnica social como a que cuida da Infortunística —, quando, entre outros problemas sociais, tratou da Longevidade, legando-nos a sua obra "The Effects of the Principal Arts, Trades and Profession and of Civic States and Habits of Living, on Health and Longevity".

Robert Owen, companheiro de lutas de Tchakrah em prol do Bem-Estar Social, no seio da "Sociedade de Filosofia e Literatura" caracterizou, inicialmente, sua ação político-social, pelo cunho prático que lhe deu.

Nas Empresas que dirigiu, quer como empregado e, posteriormente, como empregador, introduziu modificações revolucionárias, para a época, como: altos salários, horários de trabalho reduzidos, a par de facilidade de alimentação, habitação e educação para os empregados.

Foi, sem dúvida, o precursor do Administrador de Empresa, da Educação Profissional, da Psicologia Social, quando, ordenando e concatenando suas idéias e experiências, publicou a obra "Ensaíos sobre a Formação do Caráter", até hoje consultada.

Foi, também, o precursor e fundador do "Cooperativismo", ao ter suas idéias aproveitadas, em Rochdale, pelos seus adeptos, quando fundaram as "Equitables Pioners", até hoje considerada célula mater daquele movimento político-social.

Levado pelo seu Humanismo Social, Owen acabou por cair na Utopia, quando, em 1848, publicou sua obra sobre a "Revolução Universal", em que preconizou várias medidas totalmente utópicas, não só para a época em que viveu, como mesmo para a nossa. Por pouco realizáveis que sejam algumas idéias suas, cabe-lhe, porém, inegavelmente, o mérito de ter sido um dos Precursadores do Serviço Social.

Ao que me parece, teve inteira razão a "Organização Internacional do Trabalho", ao afirmar através de sua autorizadíssima "Enciclopedie d'Hygiène, de Pathologie et d'Assistance Sociale", que a morte de Tchakrah atrasou de cinquenta anos a Revolução do Enriquecimento Humano. Tchakrah era um pregador objetivo, com o exato senso real dos valores Políticos, Econômicos e Sociais da Sociedade da época, ao passo que Owen, embora homem de Empresa, levado pelo seu Humanismo, ao criar a Doutrina Sócio-Política do Ewenismo, permitiu que o Egoísmo Materialista dos usufrutuários da Revolução Industrial o intrigassem com os proprietários das terras, bem como com as autoridades políticas de então, a ponto de despertar nêles um medo que os levou a reações que neutralizaram o progresso das condições Políticas, Sociais e Econômicas necessárias ao Bem-Estar Social dos Trabalhadores, aos quais, em última análise, a sua agressividade na luta pela vitória de suas idéias resultou mais prejudicial, que benéfica.

Uma circunstância que não deve passar despercebida é a de que Tchakrah e Owen divulgavam suas idéias na mesma época em que as bases do "Liberalismo Econômico", lançadas por Adam Smith, ao publicar, em 1776, sua obra básica "An Inquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nations", começavam a produzir seus primeiros frutos.

Coube a Adam Smith dar ao vocábulo Capital sua significação científica moderna, estabelecendo que "todo Capital deriva do Trabalho" e que "todo capital é um fundo de valores acumulados com o fito de produzir renda". Desligou, assim, o conceito de Capital do conceito exclusivo da moeda, por incluir nêles os Bens e o Produto do Trabalho.

A partir de Tchakrah, a Medicina do Trabalho não fêz senão evoluir e ganhar terreno, quer no

campo científico, quer no social, quer no político.

Não é necessário recordar-vos a longa lista de médicos que, no século XIX, se destacaram no estudo das Moléstias Profissionais, nem lembrar-vos a série de medidas legais — e, portanto, políticas —, que foram tomadas em todos os países, com o objetivo de proteger o Trabalho e, consequentemente, o Trabalhador. Uma longa série de lutas sociais — greves, desordens e revoluções — com profundas repercussões políticas e econômicas, pontilha a trajetória daquelas conquistas, e convém assinalar que, no fundo das reivindicações apresentadas, estava, sempre, a adoção de novas e mais eficientes medidas de Medicina do Trabalho.

Peço-vos que, antes de prosseguir no estudo das implicações da Medicina do Trabalho nas Relações Humanas, no Bem-Estar Social, na Produtividade e Segurança Social, nos detenhamos mais um pouco no exame das consequências físico-patológicas da Revolução Industrial.

Vimos que, até o fim do Século XVIII, a Medicina do Trabalho pouco progredira. A partir daquela época, porém, tomou novo impulso. O que até então fôra sonho de alguns Precursores iluminados, ganhou adeptos. As elites e as massas se convenceram de sua necessidade; multiplicaram-se os estudos e experiências; tornou-se cada vez mais patente sua interligação com os problemas Políticos, Econômicos e Sociais, concorrendo tudo para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Este sópro renovador, porém, não nasceu, como não poderia nascer, do nada; foi consequência natural e direta das duras condições de vida impostas às grandes massas trabalhadoras das fábricas, exploradas, ainda, dentro de uma concepção econômica nitidamente Mercantilista. O número crescente de "proletários" — designação que passou a caracterizar os operários — vivendo em condições quase miseráveis, passou

a constituir Problema Social, Político de primeiro plano. Ora, esse problema, que nascera da transformação econômica provocada pela Revolução Industrial, exigia, para sua solução, nova e correlata interpretação dos fenômenos econômicos, a qual não podia ser dada nem pelo Mercantilismo — baseado no Comércio — nem pela Fisiocracia — baseada na Agropecuária.

O esforço a que se assistiu, para o encontro de um novo estado de equilíbrio Político, Econômico e Social, constitui verdadeira revolução, tanto no campo das idéias, quanto no das realizações. Foi necessário reexaminar todos os valores, fixando sua verdadeira importância à luz de um novo fator: a Industrialização.

Até a primeira metade do Século XVIII, o trabalho muscular do homem era o principal fator da produção manufaturada, cujo volume se media, em última análise, pela capacidade de produção de cada trabalhador e cuja qualidade estava na dependência, quase direta, da habilidade de cada Artífice. A expressão "manufatura", como sabeis, até hoje conservada para caracterizar produtos industriais, tinha, pois, sentido real, e não apenas figurado, visto serem eles confeccionados, principalmente com as mãos.

O que era verdade para a produção industrial o era, igualmente, para a produção agropecuária. As plantas e os animais cresciam, por assim dizer, nas mãos dos camponeses, pois a Ciência e a Técnica não tinham pôsto ainda ao seu alcance os meios e os modos de tornar mais rendoso o seu trabalho. Daí a produção média por hectare não ter sofrido, praticamente, alteração, desde a Antiguidade até meados do Século XVIII, fato que tanto impressionou Malthus, levando-o à formulação de uma doutrina — o Malthusianismo — cujas bases e conclusões, os recursos da Ciência e da Técnica, posteriormente aplicados à Agricultura e à Pecuária, vieram desmentir.

Até a Revolução Industrial, como sabeis, a Doutrina Econômica dominante era o Mercantilismo, atenuado, em parte, pela Fisiocracia. Uma e outra repousavam, sobretudo, na idéia de lucro proveniente de trocas comerciais. Assim, Capital era apenas moeda, e é bem de ver que um tal sistema, para funcionar eficientemente, dependia de um sistema de mercados reservados, origem dos monopólios comerciais de fato e de direito, de que, na história das nações latino-americanas, se revestiu do aspecto dos monopólios comerciais das coroas de Portugal e da Espanha, exercidos diretamente ou por intermédio das célebres "Companhias de Comércio e Navegação".

O aumento de produção possibilitado pela Revolução Industrial subverteu esse sistema. As mercadorias produzidas em quantidade até então desconhecida, e mesmo insuspeitada, reclamavam novos mercados, e o aumento da Produção Industrial, decorrente da introdução do uso da *Máquina a Vapor*, veio dar à Indústria papel preponderante na Estrutura Econômica da Sociedade.

Em 1776, Adam Smith, como já disse, publicou sua célebre obra "Investigação sobre a Natureza e as causas da Riqueza das Nações" que, no dizer do comunista alemão Roscher, "tornou inútil tudo o que a precedera e inspirou tudo que a seguiu".

Adam Smith faz repousar sua doutrina na idéia de que o "Trabalho ajudado pelo Capital é a Atividade Criadora" e dava maior importância à qualidade e à eficiência do trabalho que a sua quantidade. Acreditava que a Riqueza das Nações só poderia ser cabalmente alcançada quando os indivíduos e todas as Nações estivessem aplicando os princípios da "Divisão do Trabalho", naturalmente estabelecida pelas mais acentuadas aptidões de uns e melhores possibilidades naturais de outros. Nessa imensa oficina que seria o "Mundo Econômico" de Adam Smith, a "Divisão de

Trabalho" seria eficaz, não somente pelos seus aspectos Econômicos, mas porque todo homem a ele se dedicaria espontaneamente, movido pelo seu *Interesse Pessoal* que, embora Egoísta, corresponderia, contudo, ao Interesse Geral. Chegar-se-ia, assim, pela concorrência, a selecionar quais os indivíduos e quais as áreas mais adequadas a determinado tipo de produção e, dessa seleção natural, nasceria o Equilíbrio Econômico e de Produção. Daí, afirmar em sua obra:

"Tendo em vista seu Interesse Particular, o Indivíduo, muitas vezes, trabalha para a Independência e o Interesse da Sociedade, de maneira bem mais eficaz do que se ele tivesse a intenção de trabalhar para si próprio, ou mais precisamente, para ele".

Neste raciocínio está a base de toda a Doutrina Econômica de Adam Smith — o Liberalismo Econômico — pois se o Interesse Individual se conforma com o Interesse Geral, é preciso deixar livres os Interesses Privados. Daí, sua luta contra os monopólios, o protecionismo, a taxação e qualquer outra forma de intervenção do Estado na Ordem Econômica.

Adam Smith viveu apenas o suficiente para testemunhar o início da Revolução Industrial; percebeu, porém, todo o seu alcance, por haver presenciado a influência que exerceu no desenvolvimento da Indústria Têxtil inglesa. Pressentiu que o Progresso Técnico e Científico iria:

- Transformar os ritmos e os modos da Produção;
- modificar o sistema de trocas; e
- alterar profundamente a repartição das riquezas.

Vivendo em ambiente diverso, sentindo mais diretamente os efeitos da industrialização, seus

discípulos, embora tendo como base científica a obra do mestre, e mantendo intransigentemente a defesa do "Liberalismo Econômico", iriam modificá-la, alterá-la e, mesmo, ultrapassá-la.

Apesar de toda a brilhante argumentação dos defensores do "Liberalismo Econômico" "à ou-trance", é inegável que sua aplicação facilitou os abusos do Poder Econômico, que redundaram no enriquecimento excessivo de alguns, enquanto mantinha na miséria a massa da população.

Nasceram assim as Doutrinas Socialistas, que visavam, por meio da intervenção do Estado na Economia, a melhorar as condições de vida dos Trabalhadores. Os males do Egoísmo Materialista, que fazia com que os princípios da Economia Liberal fossem aplicados com o objetivo único de proporcionar Lucro aos Investidores, redundaram, como já vimos, no enriquecimento excessivo de um pequeno número de privilegiados e na miséria da maioria. Esse quadro Anátomo-Patológico da Sociedade da época, onde os abusos do Capitalismo provocaram eclosão de intensas lutas sociais, acabaram por dar nascimento à mais radical das Doutrinas Sociais: O Socialismo Marxista.

Como sabeis, em 1848, Engels e Marx publicaram o seu "Manifesto Comunista". A doutrina econômica que lhe deu lugar, porém, só em 1867 foi convenientemente explorada por Marx, ao publicar sua obra clássica "O Capital — Análise Crítica de Produção Capitalista", livro desde então considerado como a "Bíblia do Proletariado" e que constituiu o alicerce do Comunismo, implantado por Lenine e seus companheiros, em 1917, no Império Russo.

A Doutrina Marxista, repousa como sabemos, no conceito "de mais valia". Segundo Marx, toda mercadoria, ao ser vendida, cobre todas as despesas com sua Produção, inclusive a justa remuneração do Investidor, consi-

derado o seu pagamento pela Administração dos trabalhos de produção; como, satisfeitas aquelas despesas, algo ainda sobrou, é claro que, ao ser vendida, a mercadoria trouxe, incorporada ao seu preço de Venda, uma quantia equivalente a um "Trabalho não Pago" ao Trabalhador que a manipulou, quantia essa a que denominou "mais valia".

Como o produto da "mais valia" reverte, todo, em benefício do Investidor, que deteria em suas mãos os Meios de Produção, é claro, segundo Marx, que a repetição do processo leva à acumulação desmedida de capitais e à anarquia da produção; esta anarquia, leva, necessariamente, ainda segundo Marx, à luta ruinosa pela disputa de mercados, gerando crises periódicas que levarão ao caos econômico, do que resultará o sacrifício e a exploração cada vez maior do Trabalhador.

Baseado na teoria da "mais valia", Marx construiu toda uma Doutrina Econômica, que transformou em Política e Social, segundo a qual a única maneira de impedir o sacrifício da classe trabalhadora pelos resultados que, necessariamente, decorrem do "Liberalismo Econômico" "criador da "mais valia", está em entregar ao Estado todos os meios de Produção, pois só assim se evitará a Desordem da Produção, com todas as suas conseqüências.

Transformou-se assim, Marx, no Campeão da Doutrina Intervencionista — que levou aos últimos extremos — em oposição ao Liberalismo Econômico. Não foi, entretanto, o seu criador, nem sequer do Socialismo que, antes dele, já encontrara defensores e pregadores, sobretudo em Owens, Fresnier, Lassale e Proudhon.

A Teoria Marxista foi já criticada por Economistas e Sociólogos, que destacaram os seus erros. Seu único mérito, a meu ver, está em ter chamado a atenção da opinião pública, com o seu radicalismo, para a impor-

tância do Fator Econômico na resolução dos problemas Sociais e Políticos, objetivo que não foi plenamente alcançado por seus antecessores.

O maior e principal erro de Marx decorreu de ter ele considerado, como permanente, o quadro apresentado pela Sociedade na época em que viveu; impressionado pelas duras condições de vida dos Trabalhadores, em sua época, em consequência dos apuros do Capitalismo, acreditou ser imutável o quadro que não era senão o instantâneo de uma época.

Sua análise do Capitalismo constitui um fiel estudo anátomo-patológico da Sociedade de então e, fosse aquele quadro imutável, sua crítica e sua teoria seriam inteiramente corretas. Cometeu, porém, o erro de construir uma Doutrina Social e Política sobre Conclusões Econômicas, válidas apenas para um determinado momento. Tentou chegar à Terapêutica — solução Social e Política — pela Anátomo-Patologia — quadro econômico da época —, esquecido de que a Sociologia é, antes de tudo, a Ciência do Comportamento Humano, e que este não depende, apenas, de fatores econômicos.

A evolução do Capitalismo e o progresso paralelo da Medicina do Trabalho, modificando as condições de vida da época em que viveu Marx, alteraram os termos do problema. Sua doutrina está, pois, a meu ver, ultrapassada.

A igualdade Capital mais Trabalho igual a Produção, sobre a qual Marx fez repousar sua teoria de "mais valia", foi alterada pela introdução da parcela nova — Administração — composta dos Elementos Bem-Estar Social e Produtividade, dando lugar, assim, à criação de nova igualdade: Capital mais Trabalho mais Administração igual a Produção, que reúne, irmana e harmoniza os Fatores Econômico, Social e Político.

As primeiras manifestações de que a velha igualdade de Marx começava a ser modificada foram dadas pelas tentativas de Racionalização do Trabalho, cujo precursor foi Taylor, criador do Taylorismo.

O Taylorismo, introduzido nos Estados Unidos em fins do século XIX, consistia em Racionalizar a Produção, reduzindo o trabalho de cada operário a uma série de movimentos simples, que, à força de serem repetidos, acabariam por ser executados automaticamente, assegurando, assim, maior rendimento ao Trabalho.

A Medicina do Trabalho veio provar que os princípios de Taylor só em parte eram verdadeiros. Querendo reduzir a fadiga, limitando e simplificando os movimentos a executar pelos trabalhadores, acabou por criar a monotonia e o conseqüente alheamento pelo trabalho executado e, com isto, fontes suplementares de fadiga.

O Taylorismo e a escola de Racionalização do Trabalho que o inspirou têm sido objeto de grandes elogios e acerbos críticas. Seus adeptos raciocinam, principalmente, em termos Econômicos; seus adversários, em termos Sociais. Dizem os primeiros que o que interessa, realmente, é a Produção. Afirmam os últimos que o homem não pode ser encarado como uma outra máquina, ou como um acessório de máquina.

Os partidários das idéias de Taylor consideram-no o fundador da Tecnologia; seus adversários lhe contrapõem a Psicotécnica, resultado de estudo aprofundados de Medicina do Trabalho. Devemos, entretanto, reconhecer que a Medicina do Trabalho guarda relações estreitas, tanto com a Tecnologia, quanto com a Psicotécnica: com a primeira, por seus objetivos comuns de Segurança do Trabalho e por seus efeitos sobre o trabalhador; com a segunda, porque ela não é mais que a aplicação da Psi-

cologia aos métodos e processos de Trabalho, evitando, assim, a *Patologia do Trabalho*, campo específico da Medicina do Trabalho.

Na exaltação do choque entre as idéias Tayloristas e as que procuravam dar um conteúdo mais humano ao trabalho, surge na Itália a figura de Luigi Devoto, que foi o verdadeiro Sistematizador da Moderna Medicina do Trabalho, tanto por seus estudos, quanto por sua obra, fundando em Milão, em 1910, a "Clínica del Lavoro", logo transformada em verdadeiro laboratório de experiências de Medicina do Trabalho e de Serviço Social.

Fazendo com que em sua "Clínica do Trabalho" se exercesse a Medicina do Trabalho em seu sentido mais amplo — ocupando-se do Trabalhador, de sua família, do local onde trabalhava e do meio onde vivia — Devoto, segundo suas próprias palavras, não via na "Clínica do Trabalho" apenas uma clínica de Trabalhadores enfermos, mas uma "Clínica Social, a clínica do Trabalhador e de pacificação social", pois, "os ditames da Ciência Econômica são insuficientes para resolver todos os problemas do Trabalho; é necessário purificar o Trabalho de seus espinhos e de suas máculas. O Auxílio Iluminado da Fisiologia e da Patologia do Trabalho é indispensável. É necessário, ainda, ter fé na Ciência. E, com a luz da Ciência, chegar-se-á a um Códice: enumeração das leis da Biologia e da Fisiologia, que constituirá o pacto de aliança entre governo, industriais e trabalhadores."

Com estas palavras, Devoto, o Médico do Trabalho por excelência, define o campo da nossa Medicina do Trabalho e estabelece sua interligação com a Economia, a Política e a Sociologia.

Nos próprios Estados Unidos da América do Norte, onde a Tecnologia de Taylor encontrou mais apaixonados defensores, sua aplicação, possibilitando a Produção em Série, viria a determi-

nar um resultado inesperado: a refutação da teoria marxista.

Coube a Henry Ford, o campeão da Produção em Série, demonstrar, no campo prático, o desacerto das conclusões de Marx. Por meio de uma política de salários elevados e baixos preços dos produtos manufaturados, provou que o Néo-Capitalismo, nascido da Industrialização, levaria não à exploração cada vez maior do Trabalhador, como previa Marx, mas à progressiva melhoria de suas condições de vida, pela exploração intensiva não do Trabalhador, mas da máquina. O fato constitui prova concludente e inofismável da importância cada vez maior que, entre outros fatores de produção, vem tomando a parcela Administração, particularmente no que se refere à harmonização das relações entre as duas outras — o Capital e o Trabalho.

A 1ª Guerra Mundial veio pôr em relêvo a necessidade cada vez maior de preservar o potencial humano, como forma, mesmo, de garantir melhor Produção. Intensificaram-se por toda parte os estudos da Medicina do Trabalho e generalizou-se o emprego de medidas tendentes a proteger o Trabalhador. A mentalidade mercantilista dos Investidores — que tudo reduziu a termos de lucro — ia sendo substituída, progressivamente, por uma mentalidade mais esclarecida, diante da constatação resultante das experiências de Ford, provando que o uso intensivo da máquina permitiu elevar salários, diminuindo o número de horas de trabalho e aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores, melhorando suas condições de vida, proporcionando, assim, maior volume de negócios.

Começava a tomar forma a idéia de que a Produção não deve ter só como objetivo lucros cada vez maiores, mas proporcionar Bem-Estar Social aos Trabalhadores, por intermédio da adequada aplicação da fórmula

Capital mais Trabalho mais Administração igual a Produção.

No campo político, a meu ver, o primeiro estadista a perceber todo o alcance da nova fórmula foi Roosevelt, que consubstanciou sua teoria no "New Deal", com o qual conseguiu, nos Estados Unidos da América do Norte, resolver a Crise Econômica iniciada com o "crack" financeiro de 1929 e que vinha há dez anos desorganizando a Economia Mundial e criando graves problemas Políticos e Sociais.

O "New Deal" de Roosevelt consubstancia, a meu ver, o fim da 2ª Revolução Industrial, nascida com a Racionalização do Trabalho, da mesma forma que a introdução da máquina a vapor assinalou o início da 1ª Revolução Industrial.

O Taylorismo — origem da Racionalização do Trabalho — mal recebido inicialmente, possui falta de conteúdo humano; ao influxo das Doutrinas Sociais e dos progressos da Medicina do Trabalho, transformou-se na Psicotécnica, hoje, unanimemente aceita como fator de Produção de indiscutível importância. O "Stakonovismo", que foi apresentado como réplica comunista ao Taylorismo, é ainda menos humano que este, pois, como elemento de Racionalização do Trabalho, em vez de minorar, concorre para a exploração cada vez maior do Trabalhador, impondo índices de produção cada vez mais elevados, em desacordo com as possibilidades Físio-Psicológicas médias.

Estamos, hoje, no início de uma nova Revolução Industrial, possibilitada pela Automatização e pela vulgarização do uso da Energia Nuclear. Nessa nova fase de industrialização, não mais haverá lugar para planejadores que raciocinem, seja exclusivamente em termos Políticos, seja exclusivamente em termos Econômicos ou seja exclusivamente em termos Sociais. Os progressos culturais e materiais já realizados pela humanidade comprovaram que aqueles aspectos não são in-

dependentes, mas entrosados e intercorrentes. Qualquer avanço ou recuo em um daqueles setores reflete-se imediatamente nos outros. A própria análise da evolução da nossa especialidade médica — a Medicina do Trabalho — leva-nos, ao que me parece, a essa conclusão.

O velho conceito de que o campo da Medicina do Trabalho se limita ao tratamento de Acidentes e ao das Moléstias do Trabalho, está, hoje, inteiramente ultrapassado.

Os que assim o entendem, limitam o seu conceito à definição que qualquer dicionário nos dá para a palavra Medicina: "arte ou ciência que tem por fim prevenir, curar ou atenuar doenças".

Esquecem-se de que a Medicina visa, sobretudo, pela ação preventiva (higiene) ou corretiva (terapêutica), a garantir ao indivíduo o seu equilíbrio físico e psíquico, a fim de que possa ele executar todas as suas atividades nas melhores condições de eficiência.

Se aplicarmos este conceito ao caso específico da Medicina do Trabalho, constatamos que ele visa a assegurar ao indivíduo:

- a) As melhores condições físicas para o trabalho;
- b) as melhores condições psíquicas para o trabalho; e
- c) as melhores condições de eficiência para o trabalho.

Analisando a interligação que apresentam estes três aspectos da Medicina do Trabalho, verificamos que os dois primeiros — melhores condições físicas e melhores condições psíquicas — não são mais que componentes do terceiro — melhores condições de eficiência para o Trabalho. Este último é, portanto, o objetivo principal.

Cabe, agora, indagar o que devemos compreender por melhores condições de eficiência para o trabalho do indivíduo. Evidentemente, aquelas condições

não dizem respeito apenas à Pessoa Física do Trabalhador, porquanto aos estudos de Ramazzini, Tchakrah, Devoto e, mais recentemente, de Winslow, bem como os de todos os seus discípulos e continuadores, provam que o Trabalhador influi e recebe influência não só do meio onde trabalha, mas, também, do próprio meio onde vive.

Concluimos, assim, que a Medicina do Trabalho não se interessa apenas pelas causas individuais, capazes de assegurar as melhores condições de eficiência ao Trabalhador, mas que deve se preocupar, também, com as causas *Mesológicas* que possam afetar aquela eficiência, isto é, do meio em que vive e do local em que trabalha.

Concluimos que a Medicina do Trabalho se aplica ao *Trabalhador* sob os seus aspectos físicos e psíquicos; concluimos, também, que se aplica não só ao *Trabalhador como Indivíduo*, como, também, ao meio em que exerce seu trabalho e àquele onde vive, isto é, a *Mesologia*.

Constatamos mais que, como toda Medicina, deve ter uma *ação preventiva* e outra *corretiva*, visando a primeira a *prevenir*, e a segunda a *corrigir desajustes*, isto é, tem ação tanto sobre indivíduos e ambientes normais, quanto sobre aqueles em que os desajustes criaram já condições patológicas; concluimos, por fim, que a ação da Medicina do Trabalho visa, em última análise, a *criar condições ótimas para a Produção*.

Podemos, pois, definir Medicina do Trabalho como sendo:

"A especialidade médica destinada ao estudo das causas mesológicas e individuais (físicas, psíquicas e patológicas), entrelaçadas ou não, agindo sobre os Trabalhadores de modo a modificar-lhes a Produção."

Esta definição foi por nós apresentada ao I Congresso Médico-

Social Brasileiro, realizado na cidade de São Paulo, de 8 a 15 de março de 1945, onde tivemos a honrosa incumbência de relatar a tese "O Trabalho Médico na Indústria", tendo tido, naquela oportunidade, a satisfação de ver aquela definição aceita e aprovada por unanimidade.

Os fatos que acabo de expor, salientando a interligação da Medicina do Trabalho com os fenômenos Políticos, Sociais e Econômicos, levam-nos ainda à conclusão de que o estudo das "causas mesológicas que agem sobre os trabalhadores" devem englobar o estudo daqueles fenômenos.

Se a aplicação da Medicina do Trabalho visa a assegurar melhores condições de Produtividade, é imprescindível que ela garanta, a par da eficiência física do Trabalhador, condições de perfeito entendimento entre Trabalhadores e Investidores, o que só pode ser obtido por intermédio de um ambiente de Relações Humanas sadias e de um clima de Bem-Estar Social que evite choques e lutas.

Ora, para que eficientemente possa cooperar para a Produtividade, são imprescindíveis conhecimentos de Economia; para que possa influir na criação de um ambiente de Relações Humanas sadias e de consequente segurança social, são indispensáveis, também, conhecimentos de Sociologia, bem como de Psicologia; da mesma forma, se lhe cabe a responsabilidade pela formação de um clima de Bem-Estar Social, esses conhecimentos científicos lhes são imprescindíveis.

Não quero, com isso, dizer que desejo ver o Médico do Trabalho transformado em perito em assuntos Políticos, Sociais e Econômicos, mas que, para o perfeito desempenho de suas funções médico-científicas, é necessário que tenha conhecimentos seguros de Economia, de Sociologia e Política, uma vez que a pró-

pria Mesologia, onde atua, sofre a influência daqueles fatores.

Estão já ultrapassados os dias em que o Médico do Trabalho era um homem cuja ação se via limitada ao tratamento de Acidentados ou dos portadores de Doenças Profissionais. Hoje, êle é elemento importante da parcela — Administração —, da igualdade Capital mais Trabalho mais Administração igual a Produção.

Tanto os Acidentes do Trabalho quanto as Doenças Profissionais são, hoje, considerados fenômenos Sociais, não só pelas consequências Sociais que apresentam, como pelas próprias e suficientemente conhecidas consequências Econômicas e Políticas. A nenhum médico do Trabalho é lícito ignorar os prejuízos causados pelos Acidentes do Trabalho e pelas Doenças Profissionais, depois que a Organização Internacional do Trabalho divulgou o seu vulto. Nenhum Médico do Trabalho pode mais ignorar que foram as precárias condições de vida dos Trabalhadores que determinaram as maiores convulsões Sociais e Políticas da História, particularmente depois da Revolução Industrial.

Assim, o Médico do Trabalho que pretenda, realmente, exercer sua profissão com eficiência, deve dar a devida atenção aos ambientes Econômico, Político e Social onde exerce sua atividade, perscrutando suas tendências, de modo a prevenir a eclosão de desajustes, e agindo tanto junto aos Trabalhadores, quanto junto aos Empregadores, dentro da idéia de que ser-lhe-á sempre mais fácil prevenir que remediar.

Em sua ação profilática de verdadeiro Agente Social que é, terá que lutar principalmente contra os dois grandes inimigos da Humanidade, isto é, da Sociedade: a Ignorância e o Egoísmo.

Para neutralizar a ação negativa da Ignorância, é mister "Educar", para Educar, não basta Instruir.

É necessário, sobretudo, esclarecer, fazendo com que os co-

nhecimentos transmitidos levem a modificações dos padrões de condutas daqueles que os adquiriram, em função, mesmo, daqueles novos conhecimentos. Nesse sentido, a instrução e a educação (doméstica, profissional ou humanística), a Racionalização do Trabalho e a Psicotécnica são meios e não fins. É preciso que sejam aplicados, tendo em vista o fim a atingir: o Lucro Justo ao Investidor e o Bem-Estar Social ao Trabalhador.

O segundo inimigo a vencer é o Egoísmo, que na projeção, ou melhor, na *Hiperfunção do Ego* sobre a Sociedade, tanto é o Egoísmo Materialista, quanto o Egoísmo Político. Um e outro estão intimamente ligados, a ponto do segundo não ser mais que uma decorrência do primeiro.

O emprêgo do Capital visando exclusivamente ao lucro — esquecendo que êle tem, também, uma função social — nada mais é que uma forma do Egoísmo Materialista. Esta forma de emprêgo do Capital reduzida no enriquecimento excessivo de alguns privilegiados e na miséria da grande maioria.

Os lucros assim acumulados dão lugar a uma ostentação do luxo e do supérfluo que, em contraste com a miséria da maioria, acaba por levar as lutas de classe.

É neste ponto que o Egoísmo Materialista se transforma em Egoísmo Político. De um lado, surgem as doutrinas reacionárias, geradoras de Estados organizados na base de um Egoísmo Político, que visa, exclusivamente, à salvaguarda dos interesses Egoístas do Capital.

De outro lado, os extremados na contenção dos abusos do Capital, criaram uma doutrina que, como já vimos, não passa de um estudo anátomo-patológico da Sociedade na época em que Marx viveu. Para alcançar seus fins, procuram fazer com que, por toda a parte e a qualquer pretexto, se apresentem reivindicações, sem levar em conta seus efeitos sobre a Produção.

O emprego abusivo do Capital e os excessos políticos do Trabalho, dão-nos, assim, o Egoísmo Materialista e o Egoísmo Político. A um e outro é necessário combater.

A Medicina do Trabalho já nos ensinou como localizar e remover as fontes de atrito entre o Capital e o Trabalho, cujos interesses, o estudo da História das Doutrinas Econômicas, da História das Doutrinas Sociais e o da História do Capital já nos demonstrou não serem opostos, mas concorrentes.

Cabe, pois, ao Médico do Trabalho, por sua ação preventiva e terapêutica, evitar que surjam aquelas fontes de atrito ou, se aparecerem, removê-las.

A tarefa não será fácil e por vezes, mesmo, será incompreendida. Esta, porém, dentro dos altos ideais da Medicina e é digna das tradições estabelecidas pelos grandes Médicos do Trabalho do passado, que viam, principalmente no exercício de suas atividades, um modo de cooperar para a dignificação do Homem e para o progresso da Humanidade.



N. 2

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA,
da Seção de Geografia e História do EME

I - DOUTRINA

GEOPOLÍTICA E GEO-ESTRATÉGIA

Coronel GOLBERY DO COUTO E SILVA,
do Estado-Maior do Exército

2 - EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

(Continuação do número anterior)

Quando, em princípios do século XVIII, começou a ser empregado com um sentido técnico que acabaria por distingui-lo em oposição ao domínio da tática, o termo Estratégia já carregava consigo todo um complexo de noções tradicionais que se haviam afirmado, através dos tempos, no contexto da arma militar antiga, com a qual, como suma do saber dos generais, sempre se identificara antes.

Ora, esta era bem um amplo todo não sistematizado ainda em que se inscreviam a administração militar, o conhecimento e manejo das formações adequadas da tropa, a ciência das fortificações, a arte da Chefia, o hábil recurso à propaganda de guerra e muito de um

saber político pragmático e rude. Tanto a Ciropeia como os celebrados Comentários de César dão, a esse respeito, o mais claro testemunho. De qualquer forma, porém, os dois pólos dessa arte antiga se situavam nitidamente, de um lado, no choque da batalha cruenta e, de outro, no recurso imaginoso ao estratagema e à astúcia. Não que a batalha antiga fôsse sempre daquelas "batalhas anônimas", de simples desgaste frontal, de que Foch nos fala — Epaminondas em Leuctras como Aníbal em Canas, Alexandre em Arbela e Isso, Cípião em Zama e César em Farsália criariam os primeiros modelos das batalhas-manobras — penetração e rebatimentos, desbordamentos e envoltimentos simples ou duplos — combinações sábias de massas, de direções e de esforços, tanto no espaço como no tempo, que os grandes chefes militares da época mo-

derna nada mais fariam que ampliar em escalas sempre crescentes e aperfeiçoar com maestria, valendo-se da incomparável flexibilidade e da potência multiplicada dos novos instrumentos de que dispunham na ação. Mas a batalha na antiguidade clássica era, de um modo geral, um lance que se aceitava ou se podia refugar — em seus campos fortificados, as legiões, por exemplo, desafiariam a paciência e gastariam todo o ardor de muito inimigo impetuoso. Rara, só muito raramente, a manobra antes da batalha obrigaria o adversário a travá-la em condições desfavoráveis. Nesse particular, Dario teria sido pioneiro extraordinário se realmente se houvesse dado devida conta do êxito estratégico sem precedentes que em Isso efetivamente alcançara, mas que a habilidade tática de Alexandre acabaria sepultando na derrota, sob o tropel de suas falanges disciplinadas e de sua cavalaria invencível. Epaminondas ficaria sendo, realmente, um mestre sem seguidores, pois somente Aníbal, muito mais tarde, saberia elevar-se ao plano das concepções de conjunto capazes de orientar toda uma campanha segundo uma ideia superior de manobra, flexível e ampla — a invasão da Itália, promovida desde a base de operações criada, através dos anos, na Espanha, pelo ódio indomável dos Barcas, e a genial marcha sobre Roma permanecem até hoje como obras-primas da arte. Nem o espírito de método que presidira os planos de Alexandre o Grande na sua conquista de todo o mundo do Oriente, nem a "horribilis diligentia" de César captariam, porém, a essência desse nível supremo da arte, quase de todo ainda imerso numa bruma pré-natal.

Assim, o contraponto da batalha seria, com vistas a alcançar-se a surpresa e a produzir efeito psicológico por vezes decisivo, o estratagemma, o ardid, o embuste em que também foi mestre incomparável o Aníbal de Trébia e do Trassimeno. "Enganar é tudo na guerra" — já teria ensinado Xenofonte. Mas foi do cartaginês insigne que se lamen-

tariam os adversários: "Fomos antes enganados que vencidos" — diria Valério Máximo.

Esse binômio tradicional da arte militar, tal como atravessara esta, toda a antiguidade clássica, persistiria ainda durante séculos, assistindo ao declínio da Cavalaria de seu papel singular de arma de decisão e ao surgimento e melhoria das armas de fogo, que levariam à profissionalização dos exércitos, tornados cada vez mais rígidos e tardos no seu desdobramento para a batalha e instrumentos tão caros e de difícil recuperação que uma política de objetivos limitados não deixaria de resguardá-los ao máximo.

Genghis-Khan e Sabutai apenas iluminariam fugazmente um inter-regno brilhante, com suas extraordinárias manobras de pinças que só em tempos muito recentes poderiam encontrar paralelo, quando, outra vez, a mobilidade estratégica alcançasse, graças a engenhos novos, supremacia decisiva em teatros de operações favoráveis. No mais, a "vieille esgrime", com suas manobras e contramanobras, envoltivos e contra-envoltivos, sítios e contra-sítios, suas recíprocas ameaças às linhas de comunicações e suas fintas sempre renovadas, responderia ao ideal da "guerra sem batalhas" que Massébach honestamente proclamara. Surgiria com isso, porém, e se desenvolveria um sentido logístico que reduziria as batalhas a simples atos, perigosamente decisivos embora e, pois, a evitarem-se sempre que possível, num quadro amplo de manobras que constituíam uma campanha em seu todo.

Destarte, as condições se haviam criado já para uma dissociação, no âmbito de uma arte de guerra em rápida evolução, de domínios distintos entre uma estratégia, orientadora da manobra tanto antes como depois da batalha, e uma tática circunscrita às manobras realizadas no próprio campo da luta.

A conotação entre Estratégia e Estratagemma, salientada pelo radical etimológico comum e ainda bem viva nos tempos de Frederico,

quem recomendaria vestir-se o leão com a pele da raposa, iria aos poucos se esbatendo, à medida que, com os grandes efetivos resultantes da "levée en masse", a organização divisionária — genial solução que permitiria maneja-los eficazmente, a ordem aberta que os subtraíria à chacina por um fogo já bastante mortífero, e com a aceleração e amplitude imprimidas às operações por uma mentalidade nova de que Carnot foi bem um expoente, criasse relêvo cada vez maior o problema logístico das marchas, encarado como uma mecânica hábil, mas, na verdade, pouco sutil. Era a "grande tactique".

Napoleão lhe imprimiria, porém, a marca das criações geniais e a manobra para a batalha, em 1796, como em 1805, 1806 e sobretudo em 1814, alcançaria o "status" supremo de legítima artífice das vitórias. A movimentação coordenada das massas desde muito antes da batalha, mas já com vistas a esta, a larga frente de desenvolvimento, permitindo manter o inimigo na incerteza e na insegurança, as mudanças repentinas e desconcertantes de linhas e centros de operações assegurando maior liberdade de ação ou os dispositivos de expectativa estratégica, larga teia estendida, em que se viria deixar envolver o inimigo desprevenido ante uma tão regrada dinâmica de massas sãbiamente articuladas no espaço e no tempo — tôda a manobra, ofensiva ou defensiva, anterior à batalha era um prólogo, mas um prólogo brilhante, que condicionava muito de perto a vitória ou a derrota no ato decisivo de força.

Marengo, Waterloo, Wagram seriam, por assim dizer, exceções. Nunca a arte fôra arte tão grande — tão grande que dela só se viu durante muito tempo uma única face, aquela que formaria o núcleo da tradição clausewitziana, a prolongar-se, cada vez mais unilateral e rígida, através de Von Moltke e Von Schlieffen, de Bonnal e de Foch.

Seria a batalha, o fundamental. Empregar batalhas para atingir os

objetivos da guerra — a finalidade da Estratégia. Caberia a esta, pois, dizer onde e quando travar as batalhas, criando-lhes as melhores condições possíveis. Argumento único da guerra, a batalha seria todo o objetivo das operações estratégicas.

Foch pintar-nos-ia Napoleão sempre ansioso por travar uma batalha decisiva e definiria uma campanha como uma sucessão de atos estratégicos, cada um deles culminando em uma grande batalha. Loizeau contraporá, na análise das manobras de ala de Ludendorff e de Foch, os êxitos estratégicos e os êxitos táticos, dentro de espírito semelhante. E Gamelin sintetizaria: "O êxito estratégico pressupõe, é evidente, como condição primária, o êxito tático".

Era, afinal, a Estratégia a rebuque da Tática.

É que, entre a velha estratégia que se propunha como ideal o ganhar a guerra sem travar a batalha, e esta outra estratégia em que o fim supremo, o alfa e o ômega seriam a batalha, se situavam as duas décadas fulgurantes em que tantos nomes famosos — Montenotte, Rivoli, Marengo, Iena, Austerlitz — empanariam a visão. Estratégia brilhante e audaciosa, essa das grandes paradas decisivas em que se jogava — e com que sabedoria e intuição quase divina — o destino de nações nas alturas de Pratzen, nos banhados de Arcole ou às margens do Saale. A maestria era sem igual e, pois, não deixaria perceber que essa estratégia não era, de forma alguma, tôda a estratégia, nem a única estratégia, nem a estratégia sempre melhor.

Seria — e com tôda a justiça — a estratégia em tom maior. Mas, a seu lado, uma estratégia em tom menor, que Fábio, o Cunctator, tão bem esboçara ante a investida de Aníbal e na qual haviam brilhado Turenne, Montecuculi, Wallenstein e Tilly, mereceria também posição de relêvo. Flexibilidade, senso das oportunidades fugídias, astúcia e ousadia sempre bem combinadas, largo emprêgo dos estratagemas e enganos — não exige, por acaso,

um virtuoso, também, essa estratégia de objetivos limitados que evita a batalha para não perder a guerra e até ganha a guerra sem travar sequer uma batalha decisiva?

O grande mérito de Liddel Hart foi demonstrá-lo, situando a Estratégia em sua verdadeira missão, que não é, de forma alguma, restrita à de ganhar decisivas batalhas, mas sim, muito mais ampla e variada, a de atingir determinados fins — políticos, econômicos ou psico-sociais — mediante o emprego eficaz dos meios militares, através da batalha se necessário, pela manobra sem batalha sempre que for possível.

A batalha é, pois, um ato quase sempre decisivo, nem sempre, porém, indispensável. Atingir sem a batalha os objetivos visados será sempre muito mais acertado do que travar a batalha pela batalha, ainda que desnecessária. Toda estratégia deve obedecer, sem dúvida, a um justo balanço entre os resultados que se buscam e os riscos em que se incorre — daí, a noção hoje tão difundida, embora ainda pouco analisada, de risco calculado. Correr riscos desnecessários quando se possam alcançar resultados idênticos arriscando muito menos — é um erro que não poderá ser absolvido pelo brilhantismo com que se jogue e ganhe aquela parada decisiva. Dito dessa forma, até Mr de Lapalisse o proclamaria, entre seus aforismos célebres. Mas a verdade é que muitos anos haviam de decorrer antes que se dissipasse a visão unilateral que o fascínio napoleônico, com toda a sua dramaticidade eloquente, imprimira ao pensamento militar do século dezanove e começos do vigésimo.

Ora, já a essa altura, limitada inferiormente pela Tática, cujo âmbito mal ou bem se confinava à arte de dispor e manobrar as forças no campo de batalha, a Estratégia ameaçava transbordar cada vez mais ao plano superior da Política. A extensão insofismável da guerra aos campos político, econômico e psico-social justificaria, sem grandes discussões, o conceito

de "guerra total", de que Ludendorff se faria o maior paladino, mas poria em equação desde logo, em face da estreita interdependência de tantas ações diversificadas a se integrarem para um fim único — a vitória, o problema capital e incontornável da unidade de direção da guerra. Natural foi que Ludendorff, general derrotado apesar da inegável maestria de muitas de suas concepções estratégicas e táticas, proclamasse os erros dos políticos e censurasse acerbamente a falta de apoio dispensado, do interior do país, às operações militares que se haveriam de exaurir, de qualquer forma, justamente por isso. A tese da "punhalada pelas costas" aplacaria a consciência dos militares, mas os levaria inevitavelmente a pleitearem o império dos generais sobre toda a máquina governamental, pelo menos no período de guerra. O exemplo de Napoleão, Chefe do Governo e Chefe dos Exércitos, Comandante e Imperador, haveria de ser um precedente perigoso e um paradigma fácil. As lições teóricas de Clausewitz, subordinando a estratégia à política, bem como os ensinamentos práticos de Von Moltke, o velho, sobre o justo enquadramento do General na conduta geral da guerra, acabariam por ser postos de lado. E Ludendorff afirmaria sem quaisquer restrições: "a política, em seu todo, deve servir à guerra".

Entretanto, a complexidade crescente da guerra total e o desvanecimento dos panoramas novos criados pela guerra econômica, pela guerra política, inclusive a subversiva, e pela guerra psicológica, cada uma com seus instrumentos próprios e suas técnicas particulares, não levariam muito tempo a circunscrever os militares em seu limitado papel. E, se o reconhecimento afinal de que os mesmos princípios tradicionais da arte da guerra — o da economia de forças, o da segurança e da surpresa, o da massa e o da ofensiva, para não citar senão os principais — valiam igualmente nesses novos domínios da guerra ampliada, justificou plenamente a admissão de uma Estratégia Geral ou Grande

Estratégia, integrada por componentes restritas aos diversos campos, entre os quais um deles, apenas, o militar — nem por isso se aceitaria a tese duplamente imperialista de Ludendorff, que alçava a Estratégia Militar a posição sempre dominante no conjunto e, mais do que isso, a sobrepunha, e com ela a Estratégia Geral que já se esboçava, nitidamente em relação à Política.

O parecer de Liddel Hart, a que nos referimos antes, traduz, neste particular, e com fidelidade, a moderna conceituação. E não se diga seja ele restritivo da Estratégia. Embora subordine sempre com justiça a Estratégia à Política, reconhece à Estratégia Militar uma amplitude que a faz abarcar igualmente as duas grandes modalidades, os dois estilos diversos da ação estratégica militar: a Estratégia de batalhas, adequada às circunstâncias em que o campo militar seja dominante em relação aos demais, e a Estratégia de objetivos limitados, que corresponde às situações em que se haja de buscar decisão alhures, no campo econômico, no político ou no psico-social, por uma manobra de ala de novo estilo. A estreiteza das teorias que reduzem toda a arte a uma única faceta — a da estratégia de aniquilamento, tão do gosto germânico — parece, hoje, definitivamente superada. E a ameaça atômica colossal de nossos dias, no quadro de possíveis ações de retaliação em massa, que só poderiam causar o aniquilamento recíproco dos contendores, não terá deixado de contribuir grandemente para este retorno à moderação e ao bom-senso.

A 2ª Guerra Mundial obrigaria, entretanto, a novo ajustamento dos conceitos de Estratégia e de Tática. Desta vez, seria principalmente uma expansão do domínio tático, a consequência mais em evidência. O emprego em íntima coordenação de meios terrestres, aéreos e navais, sobretudo em operações anfíbias de envargadura nunca vista, poria em relevo uma Tática Combinada a crescer-se à Tática peculiar de cada uma das Forças Armadas e

seu desdobramento hierárquico de acordo com os diversos instrumentos de ação que a estas integram. E, por outro lado, a despeito das teorias sedutoras de Douhet, de Mitchell e de Seversky, postulando uma hegemonia decisiva do Poder Aéreo, das intermináveis disputas entre marinheiros e aviadores quanto ao controle das operações aeronavais, a experiência da passada guerra acabará, sem dúvida, por obrigar ao reconhecimento de que Poder Militar só há um único, integrado e indivisível, constituído pela combinação de meios terrestres, aéreos e navais, em proporção equilibrada, de acordo com a natureza e a importância do papel que caiba, em cada período, à Estratégia Militar de uma dada nação ou coligação de nações. Assim sendo, haverá cada vez menos lugar para Estratégias peculiares a cada Força Armada — a Estratégia terrestre, a Estratégia naval, a Estratégia aérea irão se dissolvendo de todo na unidade compacta de uma Estratégia Militar integrada. Isso não implica, porém, em repelir a eventualidade frequente de serem atribuídas a elementos de uma dada Força certas missões estratégicas — as missões poderão ser estratégicas e atribuídas pela Estratégia Militar; o cumpri-las não envolverá, porém, questões de estratégia, mas sim, cada vez mais, apenas considerações táticas, logísticas e técnicas. E, com o tempo, a unificação em processo, vencendo todos os obstáculos da tradição e da inércia, levará ao arquivo dos conceitos militares obsoletos a noção de Força Armada independente, tal como ainda a temos no momento atual.

Por outro lado, a extensão do ato da batalha terrestre ou naval no espaço e no tempo — batalhas de longa duração e se desenvolvendo em frentes e profundidades enormes — que já fôra uma das características da 1ª Guerra Mundial, veio somar-se o prolongamento maior em ambas aquelas dimensões, permitido pelas ações aéreas desenvolvidas a longa distância e mesmo no intervalo entre períodos de contacto terrestre ou naval, as

quais soldariam, em um só todo quase contínuo, operações antes profundamente dissociadas entre si, como atos bem distintos de uma campanha. A batalha perderia, assim, os contornos nítidos que a individualizavam no contexto de toda uma campanha, cuja unidade só era dantes assegurada, de fato, pela manobra estratégica. E mais se confundiriam, portanto, os limites antes relativamente precisos entre a Estratégia e a Tática militares, ampliando-se esta sobre domínios antes ressaltados à primeira.

Em contraposição, a Estratégia avançaria, por sua vez, ainda mais sobre o campo sempre destinado à Política, em particular, à Política Internacional.

É que surgira a guerra-fria, insidiosa e incansável, no quadro do antagonismo formidável de nossos dias entre o Ocidente e o Oriente, pontilhada aqui e acolá de convulsas crises sangrentas, ora com aspectos mais característicos de subversão armada, como na Grécia da ELAS e do EAM, ora assumindo aparência de verdadeira guerra entre nações, como na península coreana. Punha-se, assim, em evidência o fato, antes quase despercebido, em virtude da tradicional separação entre a Política e a Estratégia e entre os diplomatas e os militares, de que, na paz como na guerra, as relações entre os Estados obedecem aos mesmos princípios de ação e se conformam a tipos de manobra semelhantes, integrando, na verdade, uma só arte — a de promover e assegurar os Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos existentes ou presumíveis no âmbito internacional. E no âmbito interno, também — haver-se-ia de reconhecer, outrossim, em face do papel cada vez mais importante desempenhado, tanto na guerra propriamente dita, como na guerra-fria, pela quinta-coluna telecomandada do exterior.

Estratégia do tempo de paz, a igual título que a estratégia de guerra, representaria a mais recente expansão de uma arte que deixara, há muito, de ser apenas

simples arte dos generais, para se tornar parte superior e vital da própria arte do estadista. Verdadeira estratégia de nações, seu instrumento de ação passaria a ser o Poder Nacional, integração dos recursos de toda ordem — políticos, econômicos, psicosociais e militares — de que cada Nação dispõe para promover a consecução e salvaguarda das aspirações e interesses do povo, consubstanciados em Objetivos Nacionais claramente definidos com atualidade e realismo. A Estratégia de hoje é, assim, a arte de fortalecer e aplicar, tanto na guerra como na paz, o Poder Nacional, para superar ou vencer — em certos casos, apenas diferindo ou contornando — os antagonismos que se manifestem ou possam vir a manifestar-se, no campo interno ou no âmbito internacional, em oposição mais ou menos frontal àqueles Objetivos Nacionais.

Parte excelsa da Política, a Estratégia veio a ser, afinal, toda a Política de Segurança Nacional.

É bem verdade — convém ressaltá-lo — que, em sentido ainda mais amplo, a Estratégia poderia ser definida como a arte de superar ou vencer antagonismos, atuais ou potenciais, desfavoráveis à consecução ou salvaguarda de determinados objetivos — e na medida necessária para que se possa promover efetivamente essa consecução ou salvaguarda. Antagonismos implicam, por outro lado, em oposição de idéias, de valores, de objetivos ou fins e se caracterizam, quando atualizados, pela luta mais ou menos pertinaz, mais ou menos violenta, entre duas vontades opostas, individuais ou coletivas.

Assim entendida, a Estratégia subordina-se sempre a fins ou objetivos que lhe são impostos de fora e seu papel consiste, afinal, em garantir a segurança indispensável à consecução ou salvaguarda dos mesmos. Insere-se pois, em qualquer caso, em outro domínio mais amplo — o de tais objetivos ou fins.

A autonomia, unidade e especificidade dessa Estratégia resultam

da adoção de certos princípios fundamentais que lhe são privativos — os da surpresa e segurança, em primeiro plano, o da ofensiva, da iniciativa, da liberdade de ação e alguns poucos corolários a mais — sem prejuízo da aplicação simultânea de outros, que pertencem, de direito, a uma teoria ou arte mais ampla da ação, praxis ou pragmática geral em que melhor se enquadram os celebrados princípios do objetivo, da concentração de esforços, da economia de meios e em cujo ramo coletivo ou social têm valimento o princípio da unidade de comando, o da disciplina intelectual e o da organização hierárquica.

Na aplicação a casos concretos dos mais diversos e nos mais variados domínios, a Estratégia orienta sempre a escolha da linha-de-ação mais favorável entre várias alternativas e preside à decomposição ou desdobramento sucessivo de objetivos e linhas-de-ação, a partir dos objetivos iniciais recebidos, traçando esquemas de manobra a realizar e definindo-lhes as condições de execução. Linhas-de-ação, esquemas de manobra são também denominados estratégias, na prática.

Dentro desse sentido muito geral do que seja a Estratégia como arte, é que se pode admitir a categoria hoje consagrada dos chamados "jogos de estratégia", bem assim as expressões "estratégia do xadrez" ou "do futebol", "estratégia de um partido político", "estratégia da greve", "estratégia da concorrência econômica entre oligopólios" e outras que tais. Em qualquer domínio em que se verifique um entrelaque de interesses ou objetivos, competição de vontades ou luta entre indivíduos, entre equipes ou quaisquer grupos sociais — a Estratégia, "latu sensu", tem justa e cabida aplicação.

Já o freqüente uso pelos economistas e até sociólogos do quali-

ficativo "estratégico", como sinônimo de "dominante" ou "autônomo" — nas expressões tão vulgarizadas hoje de "variáveis estratégicas", "setor estratégico", "controle estratégico" — não se justifica de forma alguma; é abusivo e confusionista. E não se diga que as considerações acima são de todo bizantinas, pois seria desconhecer a importância crescente da contribuição que a arte militar, em vários dos seus setores, já tem prestado — e muito mais há de concorrer-lhe à perfeição, em futuro não distante — a extensão racional do conceito da Estratégia a domínios suscetíveis de tratamento matemático-científico. A pesquisa operacional é hoje um dos instrumentos mais fecundos em mãos dos chefes militares, fornecendo-lhes bases quantitativas em que fundamentar acertadas decisões, sobretudo através da análise e avaliação de operações ou de sistemas de armamento. A cinemática estratégica, baseada nas conhecidas equações de Lanchester e respectiva análise de probabilidades, permite desde já determinar as necessidades em equipes de combate para certas missões; prever e balancear, de acordo com o princípio do minimax, percentagens de perdas entre forças oponentes, o que tem especial aplicação no problema da atribuição de meios aéreos para o bombardeio estratégico dos centros industriais do inimigo; e até mesmo demonstrar, com elegância imprevista, o princípio da concentração de forças, precisando as condições que lhe asseguram o maior grau de validade. E a análise comparativa, através de coeficientes de eficiência, de certas táticas alternativas, não tem sido dos menores serviços prestados pela pesquisa operacional na guerra moderna.

Mas voltemos à Estratégia que nos interessa e cujo campo específico é o da Segurança Nacional.

(Continua)

II - CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

Na FFUMG, o ensino de Geografia em nível superior é ministrado em três cátedras: Geografia Física e Geografia Humana nas duas primeiras séries e Geografia do Brasil na terceira.

O programa de Geografia Humana compreende as seguintes partes:

Primeira Parte: Introdução;

Segunda Parte: Da Geografia Humana;

Terceira Parte: Da Geografia Econômica;

Quarta Parte: Da Geografia Política.

O programa de Geografia Política abrange as seguintes Unidades Didáticas:

1. Conceito, objeto, divisões e extensão da Geografia Política;

2. Da noção geográfica de Estado;
3. Origens e formas de Estado;
4. Condições e fins de vida geográfico-econômica dos Estados;
5. Estudo geográfico das fronteiras;
6. Geografia Política e Geopolítica;
7. Formação da Geopolítica;
8. Idéias centrais da Geopolítica;
9. Espaço vital e pressão demográfica;
10. Panorama geopolítico do mundo contemporâneo.

(Programa extraído da Publicação n. 211 (197-V) (1956), do IPAGH, de autoria do Prof. James Braga Vieira da Fonseca, intitulada "O Ensino de Geografia no Brasil").

III - ARTIGO ESTRANGEIRO

GEOPOLÍTICA

BENJAMIN RATTENBACH, Gen Div (R)

(Traduzido da Revista "Martiña", do Chile (n.º 5, de Out 54), pelo
Ten. HEITOR A. FERREIRA)

(Artigo publicado no "Boletín del Centro Naval", Argentina e na
"Revista de Martiña", Chile)

Durante a II Guerra Mundial, e sobretudo depois, apareceu na literatura científica uma apaixonada polémica sobre o valor da geopolítica como ciência própria. Enquanto alguns escritores, na maioria franceses, ingleses e norte-americanos, negam-lhe esse caráter, outros, principalmente os alemães, sustêm o contrário e acham que ela merece ser considerada como tal.

Por outro lado, percebe-se entre os próprios alemães uma profunda divergência quanto ao alcance dessa matéria, e, portanto, sobre sua natureza essencial. Um grupo, seguindo a orientação do criador da geopolítica (Kjellen), entre eles Hennig e Körholz (1), sustentam que ela não é senão uma parte da ciência do Estado, a que estuda a influência dos fatores geográficos sobre seu desenvolvimento político. Em suma, uma disciplina científica, simples e concreta. Outro grupo, formado pelo Gen Haushofer e seus discípulos, opina que a geopolítica é, ao contrário, a própria ciência do Estado, um verdadeiro compêndio de outras ciências, ainda que seu centro de gravidade se encontre na geografia.

Como se isso fôsse pouco, o próprio Haushofer introduz uma di-

vergência mais, pois, como diz em um dos seus escritos, a geopolítica é também uma arte, "a arte de guiar a política prática".

Como se vê, a citada polémica tem, sem dúvida, sua razão de ser, pois quem estuda o problema do ponto de vista metodológico, que é dizer da filosofia das ciências, encontra-se diante de um quadro confuso. Na realidade, o que é a geopolítica? Uma ciência própria, um compêndio de outras ciências ou uma arte?

As críticas mais violentas dirigem-se contra suas leis, dizendo que tais leis não são universais, e sim casos isolados de determinados países, que cada país tem sua própria geopolítica e que a geopolítica de Haushofer não é mais que a concepção do mundo vista pelos olhos de um alemão.

Sem dúvida, quem examinar detidamente algumas dessas leis, nota-lhes o caráter de certo modo restrito. Assim, por exemplo, várias leis do espaço têm um sabor bem mais europeu que universal, e algumas relativas ao clima parecem ter mais valor histórico que um valor prático para a época atual.

Outro objeto de crítica violenta é o caráter de profecia da geopolítica. Mesmo sendo verdade que as ciências exatas também predizem, que a meteorologia o faz por princípio e mesmo a biologia

(1) Ver "Introducción a la Geopolítica" — por Hennig e Körholz.

aventura-se, hoje, a fazê-lo quanto a certos aspectos da hereditariedade (Mendel), é muito difícil aceitar tal orientação num assunto tão complexo como a geopolítica, sobre a qual incidem tantos fatores variáveis e imponderáveis, como, por exemplo, o espírito dos indivíduos (líderes) e coletividades.

Explica-se, em consequência disso, que os partidários ortodoxos da metodologia científica não admitam essa matéria como ciência pura, e considerem-na mesmo uma pseudo-ciência, isto é, uma ciência falsa.

Bem mais aceitável torna-se a posição da geopolítica em se a considerando simplesmente uma disciplina de estudo, um método de análise baseado em fundamentos científicos. Este método pode chegar à arte (2), se a definirmos como "um conjunto de regras para fazer muito bem alguma coisa", sem que interesse averiguar suas causas ou as leis que a regem. Talvez com isso nos aproximemos de sua verdadeira essência, sem ignorar que, com o tempo, pode chegar a converter-se em ciência, uma vez melhor confirmadas as diferentes leis que pretende impor.

Seja como for, quer se trate de uma ciência própria, de um método de análise baseado em várias ciências ou de uma arte, o fato é que hoje em dia a geopolítica apresenta-se tão interessante, e sobretudo tão útil, que muitos preferem ignorar a discussão metodológica e servir-se das possibilidades com que nos brinda.

O mais interessante é que nos países onde a geopolítica é criticada, ou expressamente ignorada, é também frequentemente aplicada, ainda que com outro nome. Procede assim, por exemplo, o espanhol Malagrida, que no seu livro "El factor geográfico en la Política Sudamericana" emprega a geopolítica em toda a extensão, se bem que utilize o rótulo de

"geografia política". Da mesma forma procedem muitos ingleses e norte-americanos, que consideram a geopolítica simples prolongamento ou uma parte da geografia política. Nisto, vendo bem, não se lhes pode negar razão, se lembrarmos que uma das definições da geopolítica consiste em considerá-la como geografia política com vistas para o futuro.

II

Bem mais interessante que toda essa polémica de caráter metodológico é o problema da finalidade dessa matéria. Qual é a finalidade, a utilidade prática da geopolítica?

O sueco Kjellen diz que serve para estudar a influência dos fatores geográficos no desenvolvimento político dos povos e dos Estados. Assim, ele a define como um ramo auxiliar da ciência do Estado.

Haushofer vai mais além. "A geopolítica — diz em uma de suas obras — fornece as armas para a ação política prática". Com isso, dá-lhe um caráter diretivo, o de guiar os governantes em sua política, por esta entendendo o governo integral do Estado. Como se está vendo, Haushofer converte a geopolítica na ciência base do homem de estado, ou (se não se aceita o seu caráter de ciência) na fundamental disciplina de estudo do estadista. Sem dúvida, aqui aparece uma finalidade mais ampla que a do sueco Kjellen, e toda a vez que se desenvolver a matéria segundo as bases criadas por Haushofer.

Um geógrafo inglês, Griffith Taylor, dos poucos ingleses que aceitam a geopolítica como disciplina especial, a define assim: (3) "É o estudo dos mais relevantes aspectos da situação e recursos de um país, com vistas à determinação de sua posição relativa na política mundial", equiva- le a de-

(2) No sentido que lhe dá Haushofer.

(3) Ver "Política e Poder num mundo menor" — por Weigert e Stefansson.

como uma avaliação de poder, uma vez que "posição relativa na política mundial, equivale a determinar o grau de potencialidade de um país no conserto universal.

Uma vez aceito que a geopolítica serve para estudar a potencialidade de um país (chamemo-la "de paz"), indubitavelmente há de servir também para estudar seu potencial de guerra, já que este nada mais é que o de paz reforçado com as possibilidades para a guerra. Assim procedem, por exemplo, os Estados Unidos, cujas Forças Armadas utilizam a geopolítica em larga escala, ainda que evitem cuidadosamente usá-la com esse nome. Comparem-se, por exemplo, os fatores básicos que entram no estudo da geopolítica comum e os que figuram em alguns estudos estratégicos especiais do mencionado país.

Geopolítica — (fatores básicos)

1. Espaço;
2. Posição;
3. Clima;
4. Morfologia;
5. Hidrografia;
6. O mar;
7. Economia;
8. Circulação;
9. Organização estatal;
10. Política;
11. Povo;
12. Líderes, e às vezes outros, de acôrdo com as necessidades.

Estudo estratégico de um país — (fatores a considerar)

1. Geográficos;
2. Econômicos;
3. Tecnológicos;
4. Políticos;
5. Sociológicos;
6. Militares;
7. Biográficos (líderes).

Potencial de guerra de um país — (fatores a considerar)

1. Economia;
2. Organização estatal;
3. Política;
4. Povo;
5. Forças Armadas.

Avaliação estratégica de uma zona — (fatores a considerar)

1. Estudo de geografia militar;
2. Clima e atmosfera;
3. Transportes e comunicações;
4. Saúde pública e estado sanitário geral;
5. Cidades e povoados;
6. Recursos naturais e meios de exploração;
7. Povo e governo.

Vê-se que os fatores básicos da Geopolítica figuram totalmente ou em parte nos estudos militares estratégicos, variando com o objetivo dos mesmos. De sorte que pode-se dizer que a finalidade prática da geopolítica é servir de instrumento de análise para vários fins políticos e militares. Entre os primeiros, podem-se citar os seguintes:

- 1) Determinação do objetivo político do próprio país e da orientação política a seguir para atingi-lo ou mantê-lo.
- 2) Dedução dos objetivos políticos de outros países, e da política que provavelmente seguirão.
- 3) Diversos estudos-bases de estratégia militar.

III

O auge da geopolítica vem da importância adquirida na guerra total da época moderna. É que, no fundo, essa matéria não passa de um programa de análise integral, destinado a estudar um país em termos de "struggle for life".

E como a luta pela sobrevivência trava-se não apenas em tempo de guerra, mas também na paz, a geopolítica serve em ambos os períodos. Dai se infere que em todos os centros de estudo onde homens sejam preparados para governar o país, na paz, ou defendê-lo, na guerra, deve figurar essa matéria. Nas escolas superiores das Forças Armadas já figura há algum tempo, mas tal não acontece em nossos institutos civis de ensino. Na Faculdade de Filosofia y Letras, onde funciona o Instituto de Geografia, mantêm-se ainda nos programas a velha geografia política. Aqui, ou na Faculdade de Derecho, ou em

alguma parte, deveria ser introduzido o ensino da Geopolítica, com a finalidade de dar aos nossos homens uma ampla visão, geográfica e política, dos problemas do presente e do futuro, tanto do próprio país quanto de outros, sobretudo de outros continentes. A única forma de preparar um povo para um grande destino, é ensiná-lo a ver as coisas com a ampla visão do futuro. Essa é uma das qualidades e vantagens da Geopolítica.

-
- (4) "Manual de Planejamento Estratégico" — Escola de Comando e Estado-Maior.

IV - ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

"A DEFESA NACIONAL"

(De 1945 a 1956)

Maj OCTAVIO TOSTA, do EME

- 17) "Estrutura Geopolítica da Amazônia Brasileira" — Ly-sias A. Rodrigues, Maj Brig — N. 458/Set 52, págs. 101/110 — (continuação do n. 457).

Sumário :

II — Bastiões Geopolíticos :

Território do Amapá
Território do Rio Branco
Território do Acre
Território do Guaporé

III — Nós Geopolíticos :

Tabatinga
Manaus
Óbidos
Belém do Pará

IV — Outros Nós Geopolíticos

Palavra Final

- 18) "Estrutura Geopolítica da Amazônia Brasileira" — Ly-sias A. Rodrigues, Maj Brig — N. 461/Dez 52, págs. 95/100 — 1 fig II — "Plano Geopolítico da Sua Re-divisão Territorial".

Sumário :

Introdução

- I — Estados
II — Território Federal Alterado
III — Novos Territórios Federais
Conclusão

- 19) "Influência Geopolítica do Mar" — Jorge E. Atêncio, Ten-Cel — N. 463/Fev 53, págs. 83/87 — 4 figs. (Trad. da "Revista Militar" do Circulo Militar da República Argentina" de Dez/51, pelo Ten-Cel Floriano Moller).

Sumário :

- I — Caracterização do Mar e Suas Influências nas Atividades Humanas
II — Como se Reflete a Influência do Mar na Política dos Estados

- 20) "A Influência Geopolítica do Mar" — Jorge e Atêncio, Ten-Cel — N. 464/Mar 53, págs. 103/107 (continuação do N. 463) — 1 fig.

Sumário :

- III — Influência do Mar na Origem e Desenvolvimento da Argentina

- 21) "A Influência Geopolítica do Mar" — Jorge E. Atêncio, Ten-Cel — N. 465/Abr 53, págs. 71/76 (continuação do N. 464 — 3 figs.).

Sumário :

- IV — Influência Geopolítica do Mar no Futuro da República Argentina

- 22) "A Defesa da Paz" — Juan A. Cambiasso, Ten-Cel — N. 465/Abr 53, págs. 77/88 — 2 figs. (Trad. da "Revista Militar Naval" — Uruguai de Abr/52, pelo Ten-Cel Floriano Moller).

No artigo sob o título acima, o autor estuda a posição do Uruguai no após guerra. Faz uma série de considerações sobre o papel da ONU e, depois de comentar os diversos tratados surgidos desde o final da II Grande Guerra (inclusive o do Rio de Janeiro), analisa a posição internacional do Uruguai. Estuda as determinantes geográficas, políticas, econômicas e estratégicas do seu país e termina fazendo considerações sobre a organização militar do Uruguai e indicando alguns princípios éticos a adotar para se manter a paz universal.

Sumário:

A Geopolítica

Os Determinantes da Doutrina Geopolítica sob o Ponto de Vista Histórico

- 23) "Algo Sobre Geopolítica — A Teoria de Mackinder à Luz da Atualidade" — H. D. Newman, Ten-Cel Av. — N. 466/Mai 53, págs. 87/91. (Trad. do "Royal Air Force Quarterly" — Grã-Bretanha, traduzido e resumido na "Military Review")

Sumário:

Exposição da Teoria
Reexame da Teoria
O Propósito Básico
Alterações Subseqüentes
A Influência da Aviação
Necessidade de uma Combinação de fatores
Efeito das Alterações

Conclusão

- 24) "A Província do Chaco e o Influxo Geopolítico do Algodão" — Angel Carlos Berbera, 1º Ten — N. 467/Jun 53, págs. 78/88 — 3 figs. (Trad. da "Revista Militar", do "Círculo Militar da República Argentina" de Dez/51, pelo Ten-Cel Floriano Moller).

Sumário:

Sentido Político-Econômico da Evolução Histórica da Cultura do Algodão

Elementos Geográficos Concorrentes no Cultivo do Algodão no País

O Valor Político das Características Genéticas

A Projeção Futura do Algodão Argentino

O Valor do Algodão sob o Ponto de Vista da Defesa Nacional

Conclusão

- 25) "Geopolítica do Brasil" — Adalardo Fialho, Cel — N. 470/Set 53, págs. 93/107. (Conf. pron. na EsAO, no dia 7 Ago 53).

Sumário:

1ª Parte — Noções de Geopolítica

2ª Parte — Geopolítica do Brasil:

Morfopolítica: — Forma, Linha Periférica, Espaço, Redivisão Territorial e Mudança da Capital.

Fisiopolítica

Topopolítica

Conclusão

Bibliografia

- 26) "Tiveram os Bandeirantes Fins Políticos?" — Silveira de Mello, Gen — N. 485/Dez 54, págs. 87/89.

O autor, citando trechos de Calógeras (Política Exterior do Império) e Capistrano (capítulos de História Colonial) defende a tese de que "os bandeirantes não tiveram fins políticos", pois não agiam de concerto com as autoridades portuguesas nem eram movidos por um desejo de expansão territorial.

- 27) "Geopolítica Boliviana" — Felipe N. Viscarra C., Gen Bda — N. 48/Fev 55, págs. 83/89. (Trad. da "Revista Militar" — Bolívia, pelo Maj Zair de Figueiredo Moreira).

Sumário :

Introdução

Zonas dos Planaltos

Clima Frio, Clima Temperado e Clima Tropical

Influência do Clima no Caráter dos Povos

Influência das Comunicações

Influência do Clima nos Planaltos

A Influência das Comunicações no Planalto

O Fator Homem

Economia

Sociedade

Governo da Nação

- 28) "Corumbá — Um Imperativo Geopolítico" — Alberto Wanderley, Prof — N. 488/

Mar 55, págs. 77/85 — 1 fig. (Trscr. da "Revista da Faculdade de Ciências Econômicas" — Jun/54 — Órgão da Universidade de Minas Gerais).

Sumário :

Introdução

Futuro Centro de Comunicações: — Transporte Fluvial, Linhas Aéreas, Estrada Rod. Goiânia-Cuiabá-Guaporé e Ligações Ferroviárias

Situação Militar

Providências Sugeridas

Cuiabá

Equilíbrio Político

- 29) "A Política Mundial do Brasil: Sua Função e Objetivos Permanentes" — Renato de Mendonça — N. 490/Mai 55, págs. 49/59. (Do livro a sair: "Entre dois Mundos").

Sumário :

A Política Tradicional do Brasil e Seus Objetivos

A Política Brasileira na América do Sul

Projeção no Paraguai, Bolívia, Uruguai

A Política Brasileira em Relação à Argentina

Projeção Extra-Continental do Brasil

- 30) "A Mudança da Capital e a Redivisão Territorial. Dois Magnos Problemas Geopolíticos, Contra os Quais Não se Tem Argumentos" — João Baptista Peixoto, Ten-Cel — N. 494/Set 55, págs. 63/71 — 1 fig.

Sumário :

Introdução

A Excêntrica Posição de
Nossa Metrópole

Argumentos a Favor da
Transferência

Inconveniente do Super-
congestionamento

Opiniões Categorizadas

A Escolha do Local

Declarações dos Governadores da Bacia do Paraná-Paraguai Reunidos em Goiânia no Mês de Mai/55

Características do Local
Escolhido

Nossa Visita ao Local

O Problema da Redivisão
Territorial

- 31) "A Nova Concepção da Geografia" — Everardo Backheuser — N. 494/Set 55, págs. 73/81. (Extrato do "Boletim Geográfico" do Cons. Nac. Geo.).

Sumário :

Ciência Antiga e Moderna

O Homem Como Agente
Geográfico

Uma Nova Definição de
Geografia

Ciências Correlatas

A Especialização Geográfica

- 32) "Geografia Política e Geopolítica" — Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro — N. 503/Jun 56, págs. 69/78.

Sumário :

Geografia Política

Histórico

Definição

O Problema Fundamental

Divisões

Objetivos

Geopolítica :

Histórico: Nascimento e
Desenvolvimento da
Geopolítica

Definições e Conceitos
Sobre Geopolítica

Onde se Situa a Geografia? A Geografia Política e a Geopolítica São a Mesma Coisa?

Conteúdo da Geopolítica e Suas "Zonas de Fricção"

Necessidade de Averiguar a sua Relativa Importância Para o Brasil

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmsas :

E.R. SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas 529-S/1211 — Tel. : 23-4830.

PNEUS GENERAL S. A. — Matriz : Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais : Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo : Rua Bento Freitas, 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba : Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores : Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre : Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador : Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife : Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

FÁBRICA DE SACOS DE PAPEL — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica : Rua 29 de Julho, 220 — Depósito : Rua Flávia Farnese, 120 — Escritório e loja : Praça 11 de Junho, 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.

LATICÍNIO CRISTAL — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, 176 — Tel. 28-2616 — Distrito Federal.

GRÁFICA ARTECOR LTDA. — Tricomias — Policromias — Rua Flack n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.

RADIO TÉCNICA ATLAS — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.

A METALÚRGICA FEDERAL — Fundição de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Portela n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.

"DILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A. — End. tel. "Dilaminos" — Rua Camerino n. 87 — Tel. 52-2174 — Rio de Janeiro.

SOCIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLÂNTICO LTDA. — TRANSPORTES URBANOS — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana n. 21 — Tel. 43-2768 — Rio de Janeiro.

MACHADO CARNEIRO S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Charque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre n. 90, 7º — Tel. 43-2482 — Rio de Janeiro.

FÁBRICA DE CALÇADOS CORCOVADO — Indústria brasileira — Delfim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel n. 81 — Telefone 28-3706 — Rio de Janeiro.

JORGE MENDES & CIA. — Papelaria em geral — Praça 11 de Junho, 203-A-loja — Rio de Janeiro.

- NOTRE DAME DE PARIS** — Modas e Tecidos em Geral — Largo de São Francisco, 18 — Rio de Janeiro.
- "ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório: Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel.: 22-9981 — Rio de Janeiro.
- LABORATÓRIO J. AUBRY & CIA LTDA.** — Rua Prudente de Moraes, 1420 — Ipanema — Rio de Janeiro.
- GUSTAVO VEIGA & CIA.** — Rua dos Andradas, 72-Loja — Rio de Janeiro.
- IMPORTADORA UNIVERSAL LTDA.** — Rua Sacadura Cabral, 55 — Rio de Janeiro.
- HOTEL EXCELSIOR** — Av. Atlântica, 1800 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA** — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Tels.: 42-0335 e 42-1316.
- REMINGTON RAND DO BRASIL S.A. (CASA PRATT)** — Máquinas de escrever, Máquinas de calcular, Máquinas tabuladoras. Arquivos e Fichários — Rua Buenos Aires, 283 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz: Avenida Rio Branco 39/41 — Tel.: 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha, 12 — Tel.: 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cesário de Melo, 1188-b — Tel.: CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas, 43-A — Tel.: MHS 1022 — Jacarepaguá: Av. Geremário Dantas, 56 — Tel.: JPA 453 — Méier: Rua Frederico Meier, 22 — Tel.: 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo, 81-A — Tel.: 30-5311.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDUSTRIA E COMERCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí, 200 e José Higino, 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- FABRICA DE MÓVEIS IRMAOS UNIDOS** — Carpintaria e Marcenaria — CUNHA IRMAO — Tel.: 32-1626 — Rua Júlio do Carmo, 112 e Rua Benedito Hipólito, 105/7.
- ALFAIATARIA BOTAFOGO** — Artigos finos para homem — JARBAS LISBOA — Rua São Clemente, 85 — Botafogo — Tel.: 26-2977.
- MARCENARIA ITAJAHY** — Caixas para vitrolas e móveis em geral — Rua Nóbrega, 163 — Niterói — Estado do Rio.
- ORGANIZAÇÕES OLIVEIROS** — Serviços de Carpintaria e Marcenaria — Esquadrilas — Móveis em qualquer estilo — Armários imbutidos, etc. — E. VILLAS BOAS — Tel.: 42-7220.
- IMOBILIARIA ESTRELA DO BRASIL** — ZELMAN GAMIS — Rua João Vieira, 693 — Rio de Janeiro.
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAÇÃO S. A. — "ICOMP"** — Empresa de Mineração — Av. Presidente Vargas, 290, 10º Tel. 23-5890 — Rio de Janeiro.



ACÔRDOS FIRMADOS ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E DA BOLÍVIA

Acôrdo de demarcação de limites, firmado por troca de notas datadas de 29 de março de 1958, entre o Brasil e a Bolívia.

Por troca de notas, datadas de 29 de março de 1958 e firmadas pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Senhor Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, foi concluído um Acôrdo para dar solução a questões de demarcação de limites que permaneciam pendentes entre o Brasil e a Bolívia.

As notas trocadas são do seguinte teor:

N. 1 C/R — La Paz, 29 de março de 1958.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com relação à Reunião Especial que mantivemos nas cidades de Corumbá e Roboré entre 23 e 28 de janeiro do cor-

rente ano, na qual coincidimos nos propósitos de nossos Governos para dar solução a questões de demarcação de limites que permaneciam pendentes entre o Brasil e a Bolívia.

2. Com tal propósito, damos instruções à Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana para que proceda, a partir da campanha de 1959, às demarcações descritas a seguir nos artigos I e II, bem como concordamos com a aprovação consignada no artigo III.

I — A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana efetuará a demarcação a que se refere a cláusula VII das Notas Reversais de 29 de abril de 1941, pela forma seguinte: — a partir do marco do Morro dos Quatro Irmãos, seguirá a linha de fronteira em direção a um ponto sobre a margem norte da Baía Grande (Laguna del Marfil), de forma a que a Baía Grande fique dividida em duas partes iguais aproximadamente. A partir dêste

ponto seguirá em linha reta até o marco do Turvo, continuando para Leste pelo paralelo que passa por este marco até a sua intersecção com a geodésica que une o marco de Quatro Irmãos com a nascente do rio Verde, reconhecida em 1909 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, e por esta geodésica até a nascente reconhecida em 1909 acima referida.

II — A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana procederá à densificação do setor compreendido entre o marco localizado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da Baía Negra e o marco do Taquaral situado sobre o paralelo de 19° 02' Sul, dispondo-se a anulação do marco intermediário, denominado Jacadigo, que, em 1909, fôra colocado fora de seu verdadeiro lugar.

III — Fica aprovada a demarcação realizada na campanha de 1951, pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana no setor Cerrinho de São Matias-Corixa do Destacamento.

IV — O Governo do Brasil concorda com o Governo da Bolívia em considerar, em outra oportunidade, a questão referente ao status jurídico da Ilha de Guajará-mirim (Isla Suárez).

3. A presente Nota e a Reversal de Vossa Excelência, do mesmo teor e data, constituem acôrdo formal entre nossos Governos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) José Carlos de Macedo Soares.

Acôrdo sobre a Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, firmado por troca de notas datadas de 29 de março de 1958, entre o Brasil e a Bolívia.

Por troca de notas, datadas de 29 de março de 1958, e firmadas

pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Senhor Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, foi concluído um Acôrdo para reembolso dos fundos adiantados pelo Brasil para a construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra.

As notas trocadas são do seguinte teor:

MISSÃO ESPECIAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

N. 2 C/R — La Paz, 29 de março de 1958.

Senhor Ministro,

Na reunião Especial que tive a honra de manter com Vossa Excelência nas cidades de Corumbá e Roboré entre 23 a 28 de janeiro último, analisamos aspectos da execução do Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938. A esse respeito, meu Governo expressa que está de pleno acôrdo com o de Vossa Excelência em eliminar a garantia estipulada no último parágrafo do artigo IV do mencionado instrumento diplomático, substituindo-a pelo compromisso, endossado pela fé do Estado boliviano, de reembolsar os fundos adiantados pelo Brasil para a construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra.

2. Nesta oportunidade, meu Governo tem a satisfação de destacar a confiança e o espírito de cooperação recíprocas que orientam as relações brasileiro-bolivianas.

3. A presente Nota e a Reversal de Vossa Excelência constituem acôrdo formal entre nossos Governos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) José Carlos de Macedo Soares.

prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura da presente Nota, do estudo e apresentação dos orçamentos, para a realização das obras anteriormente enumeradas, que deverão ficar concluídas até 30 de junho de 1960. O plano de trabalhos da Comissão Mista deverá dar prioridade às obras compreendidas no trecho Fronteira-Roboré, devendo fazer-se a entrega do mesmo trecho ao Governo da Bolívia até 30 de junho de 1959, e devendo entregar-se o segundo trecho compreendido entre Roboré e Santa Cruz de la Sierra, o mais tardar até 30 de junho de 1960, completando-se de tal modo a entrega total da Estrada de Ferro ao Governo da Bolívia.

II — Ambos os Governos concordam em que se deve adquirir material rodante e de tração, necessário à exploração industrial da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, e que a aquisição se faça de acordo com o programa mínimo, elaborado pela Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, previamente aprovado por ambos os Governos, com a antecedência necessária para que o material, objeto deste acordo, esteja habilitado e disponível, na medida do possível, por ocasião da entrega da Estrada de Ferro.

III — Em vista da necessidade de atualizar o regime de trabalho da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, tendo-se em conta a operação simultânea de uma exploração provisória com o prosseguimento, conclusão das obras, ambos os Governos encaregam a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana do seguinte:

- a) O estudo de um Regulamento de Compras que, contemplando medidas adequadas, não se afaste das disposições legais sobre a matéria, vigentes em ambos os países. O projeto que se formule a respeito será

aprovado mediante Nota Reversal e pôsto em vigor por ambos os Governos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura da presente Nota;

- b) O estudo, sujeito à aprovação de ambos os Governos em igual forma e prazo do inciso anterior, de um projeto de Regulamento destinado a atualizar o Regulamento Interno de Assistência Social (RIAS);
- c) A adoção de um procedimento dentro da Contabilidade da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, com o propósito de levar as contas de exploração provisória, separadas das correspondentes às despesas da construção, permitindo de tal maneira a determinação imediata e periódica dos resultados da contabilidade de exploração.

IV — O Governo do Brasil, de conformidade com o artigo XIII do Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1933, tomará as medidas necessárias no sentido de prover a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana das reservas cambiais indispensáveis, a fim de que a mesma possa atender às aquisições de material de importação, sempre que haja disponibilidade de divisas e que no mercado brasileiro ou no boliviano não possa ser adquirido produtor similar.

V — O Governo do Brasil concorda em conceder, dentro do regime de adiantamentos da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, um crédito especial para atender ao pagamento de salários e melhoria de benefícios sociais, em favor do pessoal da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra.

VI — Os Governos do Brasil e da Bolívia recomendam à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-

Boliviana que acelere a conclusão da ponte sobre o rio Grande, de forma a estar terminada ainda no corrente ano evitando assim novas interrupções no tráfego.

VII — Atendendo a reiteradas solicitações do Governo da Bolívia, o Governo do Brasil concorda em que na Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana se estabeleça um período de transição administrativa, durante o qual a Chefia da dita Comissão Mista será exercida pelo Engenheiro-Delegado boliviano, com a mesma autoridade e atribuições ora exercidas pelo Engenheiro-Chefe brasileiro. Com esse fim, manter-se-ão as disposições do Regulamento em vigor, aprovado por Notas Reversais de 24 de maio de 1938, com a única modificação relativa à Chefia da Comissão. Esse período de transição administrativa iniciar-se-á em 10 de maio do presente ano. Em seu decurso executar-se-ão as obras ajustadas nesta Nota.

3. A presente Nota e a Reversal de Vossa Excelência do mesmo teor e data, constituem acôrdo formal entre nossos Governos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — **José Carlos de Macedo Soares.**

Acôrdo sobre tráfego mútuo e intercâmbio de material rodante e de tração, firmado por troca de notas datadas de 29 de março de 1958, entre o Brasil e a Bolívia.

Por troca de notas, datadas de 29 de março de 1958 e firmadas pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Sr. Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, foi concluído um Acôrdo sobre tráfego mútuo e intercâmbio de material rodante

e de tração entre as estradas de ferro do Brasil e da Bolívia.

As notas trocadas são do seguinte teor:

MISSÃO ESPECIAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

N. 4 C/R — La Paz, 29 de março de 1958.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com relação à Reunião Especial que mantivemos nas cidades de Corumbá e Roboré entre 23 e 28 de janeiro do corrente ano, na qual se considerou a necessidade de estabelecer convênios de Tráfego Mútuo e de Intercâmbio de Material Rodante e de Tração entre as Estradas de Ferro de nossos dois países.

2. Nesse sentido, é-me grato manifestar a Vossa Excelência que o meu Governo concorda em que a "Dirección General de Ferrocarril de Bolívia" e a Contaduría-Geral de Transportes, do Brasil, subscrevam, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, convênios de Tráfego Mútuo e de Intercâmbio de Material Rodante e de Tração.

3. A presente Nota e a Reversal de Vossa Excelência, do mesmo teor e data, constituem acôrdo formal entre nossos Governos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — **José Carlos de Macedo Soares.**

Acôrdo para o estabelecimento do montante dos adiantamentos efetuados pelo Brasil para a construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, firmado por troca de notas datadas de 29 de março de 1958, entre o Brasil e a Bolívia.

Por troca de notas, datadas de 29 de março de 1958 e firmadas pelo Embaixador José Carlos de

Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Senhor Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, foi concluído um Acôrdio para a fixação do montante dos adiantamentos efetuados pelo Brasil para a construção e gastos decorrentes da exploração provisória da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra.

As notas trocadas são do seguinte teor:

MISSÃO ESPECIAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

N. 5 C/R — La Paz, 29 de março de 1958.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com relação à Reunião Especial que mantivemos nas cidades de Corumbá e Roboré entre 23 e 28 de janeiro do corrente ano, na qual se considerou a necessidade de criar uma Comissão Mista Especial encarregada de estabelecer o montante dos adiantamentos efetuados pelo Brasil para a construção e gastos decorrentes da exploração provisória da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra e reconciliar as contabilidades conduzidas de forma simultânea por conta do Brasil e da Bolívia.

2. No sentido indicado, meu Governo concorda com a criação imediata de uma Comissão Mista Especial integrada de representantes técnicos e peritos contadores do Brasil e da Bolívia, designados por seus Governos, assessorados pelo Engenheiro-Chefe e pelo Engenheiro-Delegado da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana e seus respectivos contadores, com o fim de, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura da presente Nota, proceder à determinação do montante dos adiantamentos feitos pelo Governo do Brasil para a construção

da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra e gastos decorrentes de sua exploração provisória, bem como com o fim de reconciliar as contabilidades brasileira e boliviana, conduzidas de forma simultânea. Esta Comissão dará por concluídos os seus trabalhos apresentando suas conclusões a ambos os Governos mediante um relatório final.

3. Posteriormente, e uma vez aprovado pelos Governos dos dois países o total dos adiantamentos feitos pelo Brasil para a construção e conclusão da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, serão estipulados, mediante instrumento diplomático, o procedimento de liquidação e condições de pagamento da dívida definitiva da Bolívia ao Brasil, levando em conta o disposto no art. IV do Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938 e a Nota Reversal de 17 de janeiro de 1952.

4. A presente Nota e a Reversal de Vossa Excelência, do mesmo teor e data, constituem acôrdio formal entre nossos Governos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — José Carlos de Macedo Soares.

Acôrdio sobre pesquisa e lavra do petróleo boliviano e abastecimento em hidrocarbonetos do mercado brasileiro, firmada por troca de notas datadas de 29 de março de 1958, entre o Brasil e a Bolívia.

Por troca de notas, datadas de 29 de março de 1958 e firmadas pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado de Relações Exteriores e pelo Sr. Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, foi concluído um Acôrdio para a pesquisa e lavra das áreas fixadas no Tratado

sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, de 25 de fevereiro de 1938.

As notas trocadas são do seguinte teor:

MISSÃO ESPECIAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

N. 6 C/R — La Paz, 29 de março de 1958.

Senhor Ministro,

Com o propósito de estreitar ainda mais as relações políticas e econômicas entre nossos países, nas conversações que tive a honra de manter com Vossa Excelência durante a Reunião Especial realizada em Corumbá, nos dias 24 e 25 e em Roboré, nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 1958, consideramos do mais alto interesse promover, a curto prazo, a pesquisa e lavra das áreas a que se refere o Tratado sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, firmado a 25 de fevereiro de 1938, e seus instrumentos complementares, aplicando-se imediatamente suas disposições em tudo aquilo que resulte operante no presente.

2. Dentro destes propósitos e depois de uma análise exaustiva, concordamos na necessidade de atualizar os referidos instrumentos internacionais e de concretizá-los, nas seguintes estipulações:

I — A Zona de Estudos a que se refere a declaração II das Notas Reversais de 17 de janeiro de 1952, será dividida, pelo Governo da Bolívia, por meio de um paralelo geográfico, em duas áreas:

Área "A", situada ao norte, compreendendo 60% (sessenta por cento) da superfície da referida Zona;

Área "B", situada ao Sul, compreendendo 40% (quarenta por cento) da superfície da referida Zona;

A medição definitiva das citadas áreas será feita, com a pos-

sível brevidade, pelos órgãos técnicos do Estado boliviano, com a assistência de um representante do Brasil.

O Governo da Bolívia distribui as Áreas mencionadas da seguinte forma:

Área "A" a "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos" para ser desenvolvida por esta entidade de acordo com o seu Estatuto Orgânico;

Área "B", para pesquisa e lavra por empresas privadas de capitais brasileiros, exclusivamente, as quais obterão concessões sujeitas, em geral, ao Código do Petróleo da Bolívia, aprovado por Lei de 29 de outubro de 1956, e em particular, às disposições do aludido Código referentes à Zona I, prevista no art. 20. As aludidas empresas estarão sujeitas em suas atividades na Bolívia às leis do país, renunciando, de acordo com o art. 11 do Citado Código, a toda reclamação diplomática.

II — As empresas privadas de capitais brasileiros receberão, em igualdade de condições, tratamento não menos favorável do que o dispensado pela Bolívia a outras empresas similares de capitais privados que, dentro da Zona I, obtiverem concessões durante o mesmo período a que se refere o artigo IV desta Nota.

III — Uma vez obtidos os respectivos títulos de concessão, de acordo com o Código do Petróleo, as empresas privadas de capitais brasileiros, que venham a operar na Bolívia, ficarão sujeitas, em geral, às leis bolivianas e, em particular, ao Código do Petróleo, cessando, no que lhes disser respeito, as estipulações desta Nota, salvo o previsto no último parágrafo do artigo I e nos artigos V, VI, VII, IX e X.

IV — As empresas privadas de capitais brasileiros processarão seus pedidos de concessão e obte-

rão os respectivos títulos de concessão no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, a contar da entrada em vigor desta Nota. Se as empresas não obtiverem os títulos de concessão no referido prazo, o Governo da Bolívia disporá livremente das áreas não pedidas, nem concedidas.

V — As pessoas físicas bolianas poderão ser acionistas das empresas privadas de capitais brasileiros que operarem na Área "B".

VI — Uma vez alcançada produção suficiente e satisfeitas as necessidades do consumo da Bolívia, este país compromete-se a vender e o Brasil a comprar até 100.000 (cem mil) barris diários de petróleo cru, em condições e preços do mercado internacional. Essas operações de compra e venda far-se-ão pelo tempo em que, de acordo com o Código do Petróleo, as empresas privadas de capitais brasileiros operarem na Bolívia.

Para cobrir esse volume, destinar-se-á a produção total de petróleo cru obtida pelas empresas privadas de capitais brasileiros na Área "B", que lhes é atribuída pelo artigo I, bem como a produção e/ou a participação que couber a "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos", na lavra da Área "A", do mesmo artigo I. Se convier aos Governos do Brasil e da Bolívia, poderão ser destinados, para a venda ao Brasil, volumes de petróleo cru adicionais ao fixado no presente artigo.

VII — A Bolívia compromete-se a vender e o Brasil a comprar, nas condições e preços do mercado internacional, todo o gás natural produzido pelas empresas privadas de capitais brasileiros, na Área "B".

VIII — Os preços dos hidrocarbonetos bolivianos serão fixados tomando-se como base as condições e preços do mercado internacional, para produtos similares,

acrescidos dos custos de transporte aos lugares de entrega.

IX — Tanto o preço dos hidrocarbonetos que a Bolívia vender ao Brasil, provenientes da lavra da Área "A" ou de outras áreas de seu território, que não sejam a Área "B", quanto o imposto sobre lucros e outros gravames devidos, segundo o Código do Petróleo, pelas empresas privadas de capitais brasileiros, que operarem na Área "B", pagar-se-ão à Bolívia em dólares norte-americanos de livre conversibilidade.

X — As empresas privadas de capitais brasileiros disporão livremente de sua produção, com a obrigação de destiná-la exclusivamente ao consumo brasileiro. Cobertos os 100.000 (cem mil) barris diários de petróleo cru e as necessidades do mercado do Brasil, os excedentes produzidos pelas referidas empresas poderão ser comercializados em outros mercados.

XI — O Brasil assegura à Bolívia a compra de derivados de petróleo, de propriedade de "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos", nas condições e preços do mercado internacional, até 5.000 (cinco mil) barris diários. Para esse fim, "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos" firmarão acordos com as entidades que o Governo do Brasil designar e nos quais se estabelecerão as condições gerais e prazos de vigência dos mesmos.

XII — Quando nas Áreas "A" e "B", descritas no art. I, houver produção e reservas suficientes de petróleo cru que justificou economicamente a construção de um oleoduto, o Brasil e a Bolívia comprometem-se a construí-lo tendo em conta o abastecimento do mercado brasileiro e a exportação dos excedentes não absorvidos pelo mesmo mercado. O oleoduto poderá partir de qualquer das duas Áreas, segundo o aconselharem os estudos técnico-econômi-

cos, e terminar nas imediações do porto de Santos.

Se convier à Bolívia, o Brasil compromete-se a conceder-lhe os créditos necessários, reembolsáveis em petróleo cru, para a construção do oleoduto em território boliviano, obra que pertencerá a "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos". O Brasil construirá e operará o oleoduto no setor correspondente a seu território.

XIII — Quando na Área "B" houver produção e reservas suficientes de gás natural que justifiquem economicamente a construção de um gasoduto, o Brasil e a Bolívia comprometem-se a construir a referida obra, pondo em conta as necessidades efetivas do mercado brasileiro e a obrigação assumida pelos dois países no art. VII desta Nota.

Se convier à Bolívia, o Brasil compromete-se a conceder-lhe os créditos necessários, reembolsáveis em petróleo cru e/ou gás natural, para a construção da obra em território boliviano, a qual pertencerá a "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos". O Brasil construirá e operará o gasoduto no setor correspondente a seu território.

XIV — Os hidrocarbonetos de origem boliviana, exportados através do território brasileiro, terão as facilidades do mais amplo, irrestrito e livre trânsito, em qualquer tempo e circunstâncias, qualquer que seja a via e o meio de transporte que for utilizado. Esses produtos estarão isentos de todo imposto fiscal, a título de trânsito, quer federal, estadual ou municipal.

As tarifas de transporte, quer em território brasileiro quer em território boliviano, para os hidrocarbonetos bolivianos destinados ao consumo do Brasil não serão, em nenhum caso, mais elevados do que as cobradas para o trans-

porte dos mesmos produtos e pelas mesmas vias, destinados a terceiros países.

XV — Caso venham a ser ajustadas vendas adicionais de hidrocarbonetos bolivianos destinados ao mercado brasileiro ou a terceiros países, de forma a ultrapassar a capacidade do oleoduto e gasoduto ajustados, e existirem produção e reservas suficientes, o Brasil e a Bolívia estudarão a execução de novos oleodutos e gasodutos, ficando entendido que a construção e a operação dos mesmos corresponderão ao Brasil e à Bolívia em seus respectivos territórios.

XVI — Os Governos do Brasil e da Bolívia declaram extinta a Comissão Mista a que se refere o Tratado sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, de 25 de fevereiro de 1938, e, sem efeito, todas as disposições relativas a Sociedades Mistas de exploração de petróleo, previstas no aludido Tratado e atos internacionais complementares. As somas investidas nos estudos efetuados pela extinta Comissão Mista e o valor dos estudos entregues pela Bolívia à mesma serão reembolsados a ambos os países, em dólares norte-americanos de livre conversibilidade e por intermédio do Governo da Bolívia, pelas empresas que venham a operar nas Áreas "A" e "B", proporcionalmente à área ou áreas pelas mesmas obtidas.

XVII — As estipulações precedentes interpretam fiel e cabalmente o Tratado sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, de 25 de fevereiro de 1938, e seus instrumentos complementares, ajustando-os às atuais circunstâncias e tornam, portanto, sem efeito suas disposições em tudo aquilo que não haja sido expressamente previsto e atualizado pela presente Nota Reversal.

3. Esta Nota e a Reversal de Vossa Excelência, do mesmo teor, constituem acôrdo formal entre ambos os Governos e entram em vigor nesta data.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — José Carlos de Macedo Soares.

AGRADECIMENTO

A

IMPrensa DO EXÉRCITO

Ao ter que me afastar da função de Diretor-Secretário de "A Defesa Nacional" quero deixar consignados em suas páginas os meus mais sinceros agradecimentos aos funcionários da Imprensa do Exército, e, particularmente, aos Srs. Raul Pinheiro Cerqueira e Pedro G. Câmara, que vêm prestando à revista os mais profícuos e eficazes serviços, embora tenham seus magníficos e eficientes esforços completamente cobertos pelo anonimato, já que não têm publicados os seus nomes, em letras de fôrma, nas capas da revista. Deve, no entanto, "A Defesa Nacional" a tão destacados colaboradores o alto padrão técnico a que atingiu sua impressão e o Diretor-Secretário tem em tais servidores elementos primorosos de cooperação e sucesso, base fundamental da apresentação gráfica da revista.

Maj. Danilo Darcy da Cunha e Mello.

BRASILIANAS

Política de exportação açucareira

A ONU vai promover em setembro próximo uma *Conferência Internacional do Açúcar*, destinada a discutir, em profundidade, o problema da produção e do consumo mundial do produto.

Na ocasião serão discutidos os resultados do Acôrdio Internacional do Açúcar e levantado o balanço completo dos seus méritos e das falhas, para indicação das modificações que a experiência revelou imprescindíveis.

Durante muitos anos, o Brasil andou afastado do mercado internacional do açúcar. Nossa produção, em virtude da política de conguenciamento ditada pelo I.A.A., cobria exclusivamente o consumo interno. Os excedentes começaram a surgir nos últimos anos, impondo a necessidade de adotar medidas para a sua colocação nos mercados internacionais. Na reunião de Londres, não havendo possibilidade de conciliar os nossos interesses com os dos países que controlam o Acôrdio Internacional do Açúcar, o Brasil abandonou aquele organismo, passando a atuar no mercado internacional como franco-atirador, independente das normas fixadas pelo convênio.

Nessa posição, o país reconquistou lugar definido no comércio internacional do produto, encontrando os seus excedentes exportáveis fácil colocação nos mercados consumidores.

Talvez por isso, os responsáveis pela próxima conferência mostraram-se vivamente empenhados na nossa presença como na nossa volta ao organismo internacional de coman-

do da economia açucareira, para o que esteve no Brasil o Sr. Eric Roll, Presidente do Acôrdio Internacional do Açúcar.

A atitude dos responsáveis pela política açucareira nacional é a seguinte: *O Brasil deve cooperar sinceramente no encontro de fórmulas harmonizadoras, sem esquecer, no entanto, seus próprios interesses, inclusive os relacionados com as nossas vendas para os mercados externos.*

Do reconhecimento dos nossos direitos por parte dos demais produtores, depende a nossa volta ao Acôrdio Internacional do Açúcar. Em caso contrário, permaneceremos na posição de livre-atirador que só nos tem trazido vantagens.

Nossa posição, como frisa "O Estado de São Paulo" é bastante cômoda: nossos excedentes exportáveis representam apenas uma pequena parcela do total necessário ao abastecimento dos mercados de consumo. No mercado internacional açucareiro desempenhamos o mesmo papel dos pequenos produtores de café, que vivem sob o bafejo das providências adotadas pelo Brasil e pela Colômbia.

Se tivermos oportunidade de aproveitar, no caso do açúcar, as medidas postas em prática por outros países, por que não fazê-lo?

● Gás liquefeito

A "Ultragás" surgiu no Brasil em 1936, para distribuição do gás derivado do petróleo. Seu desenvolvimento foi relativamente pequeno até a guerra européia, quando, pela impossibilidade de importação do produto, viu-se obrigada a interromper seus fornecimentos.

A grande expansão do consumo de gás liquefeito deu-se a partir de 1946, pelos seguintes motivos: as companhias petrolíferas internacionais garantiram o abastecimento, participando, em alguns casos, diretamente das empresas distribuidoras; o gás de carvão (gás encaçado) limita-se ao abastecimento de apenas sete cidades (Rio, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Niterói, Santos e Petrópolis) e aí mesmo não acompanhou o ritmo do crescimento do consumo; a implantação da indústria de refinação (1952-1953) deu impulso definitivo ao desenvolvimento do consumo de gás liquefeito, tanto para uso doméstico como para fins industriais, libertando-nos quase inteiramente da sua importação.

O gás engarrafado popularizou-se rapidamente; ganhou as cidades do interior; espalhou-se por todo o país. Em menos de onze anos, segundo levantamento do Serviço Banas, conquistou um milhão e meio de fregueses, partindo praticamente da estaca zero.

Sómente na região de São Paulo o gás engarrafado conta com 800.000 casas enquanto o gás encaçado, em todo o Brasil, serve apenas a 400.000 casas. No momento as vinte e quatro empresas distribuidoras desenvolvem suas atividades no Brasil, observando-se no entanto, pronunciada concentração. A "Ultragás" (capital + reservas = Cr\$ 788.000.000,00) absorve 46% do mercado, seguida da "Gasbras", (ex-Gás Esso — 22,3%), da "Liquigás" (11,5%) e da "Hellogás" (6,3%); as demais companhias, de caráter regional ou mesmo local, ficam com os 13,9% restantes.

Nos últimos anos, no entanto, a entrada de novos grupos no mercado (lançados especialmente pelo capital italiano) parece assinalar o próximo fim dessa concentração.

Em magnífica monografia sobre o assunto, assinala o Serviço Banas que a indústria nacional de refinação foi fator decisivo para essa rápida expansão. A maior parte das companhias distribuidoras ora em operação, não teria surgido, caso cada uma delas precisasse, por conta própria, manter contato

com as grandes organizações petrolíferas mundiais. Além disso, a atividade das Refinarias locais se enquadram num plano de produção cujas dimensões são conhecidas com antecipação de três a quatro anos, facilitando, de modo indiscutível, os programas das empresas distribuidoras.

No momento, de 85 a 90% do consumo corrente é satisfeito pela produção das nossas refinarias, cabendo 46% às empresas particulares (União, Manguinhos e Manáus).

Em 1961, com o funcionamento da Refinaria de Caxias a produção nacional poderá atender totalmente a demanda do mercado interno, mesmo admitindo que o incremento se processe segundo a taxa anual de 15%.

● O Brasil fabricará tratores

A primeira fábrica brasileira de tratores se instalará no município pernambucano de Vitória. A iniciativa é do consórcio italiano COGER. As articulações estão sendo feitas pelo Sr. Dante Cevela, representante do consórcio e presente em Recife. A nova empresa se denominará Companhia Italo-Brasileira de Máquinas Agrícolas (CIBMA). O capital será de Cr\$ 500 milhões, em grande parte brasileiro. Alguns Estados Nordestinos farão investimentos na CIBMA. Consumirá energia elétrica de Paulo Afonso.

A CIBMA fabricará, de acordo com o GEIA, três tipos de tratores:

1 — Um trator de rodas e esteiras, de 25 c.v., com motor diesel de 4 tempos.

2 — Um trator de rodas, de 15 c.v., com motor diesel de quatro tempos.

3 — Um trator de esteiras transformáveis em rodas, de 50 c.v.

A nacionalização dos tratores será progressiva. Em 1962, serão brasileiros em 90% de seu peso. Os motores serão fabricados no Brasil. Os tratores serão 100% brasileiros em 1963.

● Siderúrgica em Pernambuco

Ao que se informa, Pernambuco se prepara para construir uma usina siderúrgica. Com esta finalidade foi constituída uma sociedade cujo capital se eleva a um bilhão de cruzeiros.

Pernambuco já é um apreciável centro industrial. Em 1960, terá a maior fábrica de celulose e papel da América Latina. Fabricará 160 mil toneladas de papel de imprensa, anualmente. Utilizará como matérias-primas bagaço de cana e resíduos fibrosos de sisal e carôa. Há outras iniciativas de vulto.

● De 200 a 300 toneladas diárias de nitrocálcio

A medíocre produtividade da agricultura brasileira resulta do baixo índice de mecanização e do reduzido emprego de fertilizantes, em ambos os casos agravados pelo alto custo dos tratores e implementos e dos adubos, em grande parte dependentes da importação.

Nos últimos anos, têm-se registrado algumas iniciativas de vulto no sentido de elevar o rendimento agrícola, entre as quais, no setor dos fertilizantes, se destacam a exploração da fosforita de Olinda, o aproveitamento da apatita de Araxá e a construção da Fábrica de Fertilizantes da Petrobrás, em Cubatão.

Esta é a primeira usina de industrialização do azoto sintético a funcionar na América do Sul. Sua capacidade atual é da ordem de 200 a 300 toneladas diárias de nitrocálcio, podendo, no futuro, alcançar um teto de 340 toneladas por dia.

O conjunto industrial, colocado ao lado da matéria-prima e das disponibilidades de eletricidade, compreende três unidades: uma fábrica de amônia, uma de ácido nítrico e outra de fertilizantes.

O nitrocálcio é um novo fertilizante azotado, resultante do aproveitamento dos gases residuais da destilação do petróleo. A produção da fábrica de Cubatão tornará o país auto-suficiente em matéria

de adubos azotados, com uma economia de divisas estimada em 12 milhões de dólares anuais.

As inversões absorvidas pelo empreendimento montam a 750 milhões de cruzeiros.

● Exportação de manufaturados

Segundo dados colhidos pela FIESP, a exportação de manufaturados, em 1957, alcançou o valor aproximado de 8 bilhões de cruzeiros, o que, em confronto com o ano anterior, representa um aumento de quase seis vezes. Assim, em 1956, as nossas exportações de manufaturas foram superiores a 85.000 toneladas no valor aproximado de 1.442 milhões de cruzeiros. Em 1957, subiram a 1.126.000 toneladas, no valor acima.

As causas dessa mudança foram o aparecimento na pauta exportadora do açúcar (demerara e cristal) e do "fuel oil".

As remessas se destinaram a numerosos países distribuídos por todos os Continentes.

Os totais em moedas estrangeiras, com os licenciamentos concedidos pela CACEX atingiram os seguintes valores:

Fr. Francês ..	1.353.585.020,70
Dollar convênio	32.741.637,25
Libras	121.873.12-04
Dollars	35.957.044,00
Liras	14.166.240-12-02
Dan. Kr.	108.392,98
Us. Arg.	1.462.188,62
Dm.	3.279.084,55
Fr. B.	10.190.367,72
Sw. Kr.	529.920,56
Lit.	177.783.392,50
Fls.	5.348.838,48
Sw. Fr.	29.292,60

● O petróleo baiano : Dois novos recordes

No mês de maio último, a produção dos campos de petróleo do Recôncavo Baiano atingiu 1.403.680 barris.

Trata-se de novo recorde, uma vez que, em nenhuma outra oportunidade, a produção mensal daqueles campos chegou a alcançar índice tão elevado.

A produção diária de petróleo acaba de assinalar também novo recorde, ao ter atingido, no dia 10 do corrente, 52.602 barris.

Para essa produção o campo de Catu contribuiu com 33.572 barris. Em segundo lugar, colocou-se o de Candeias, com 12.617 barris. Os 6.413 barris restantes se distribuíram entre os campos de D. João, Mata de São João, Itaparica, Pedras e Paramirim.

● Jazida de chumbo

O reconhecimento completo da maior jazida de chumbo do País, que fica situada na região de Buqueira, no centro-sul da Bahia, foi terminado por técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral, em prosseguimento às atividades de pesquisas de nossos recursos minerais não ferrosos.

A mina identificada apresenta consideráveis reservas de minério que pode ser lavrado a céu aberto, conforme dados constantes do relatório anual do Diretor da Divisão de Geologia daquele Departamento do Ministério da Agricultura.

Abrem-se, assim, novas perspectivas para o setor de nossa exploração plumbífera, cujas áreas principais, conhecidas até 1956, estavam localizadas no Vale do Ribeira do Iguaçu, entre os Estados do Paraná e São Paulo e no Vale do São Francisco, atingindo principalmente Minas Gerais.

Os corpos de minério de chumbo encontrados em Buqueira, dispõem-se em intercalações xistosas na formação ferrífera. No local denominado Morro do Cruzeiro são conhecidos pelo menos três horizontes mineralizados, com espessuras de um a 10 metros; no Morro do Pelado, próximo ao anterior, ocorrem duas zonas de minério, das quais uma com comprimento de 200 metros e espessura até 3 metros. A extensão do total da faixa de ocorrência das reservas de chumbo é superior a 2.000 metros.

A produção atual da mina é da ordem de 1.000 toneladas mensais de minério oxidado com 50% de chumbo. Ainda não existem dados precisos sobre as reservas da jazida porém uma amostragem superficial revelou a existência de substancial teor plumbífero em toda a extensão da área mineralizada, mostrando a importância do depósito e indicando as possibilidades futuras da lavra a céu aberto de quantidades consideráveis de chumbo.

Noticiário de Interesse Militar

ENTREVISTA DO EXMO. SR. GENERAL FLORIANO PEIXOTO KELLER AO "JORNAL DO BRASIL"

**Americanos querem a paz mas preparam-se para
a guerra: diz o General Keller**

— Os militares, nos Estados Unidos, só têm atuação política quando exercem mandato popular — disse-nos o General Floriano Peixoto Keller. É o caso do Presidente Dwight Eisenhower, General do Exército, ex-Comandante das Forças do Tratado do Atlântico Norte e ex-Comandante das Forças Aliadas na II Guerra Mundial.

O General Keller, que é Subdiretor do Recrutamento do Exército Brasileiro, esteve nos Estados Unidos, recentemente, visitando instalações militares, a convite do Governo norte-americano. Ouvido pelo "Jornal do Brasil", disse que uma das coisas que mais o impressionaram nos Estados Unidos foi a participação ativa de civis nas questões de ordem militar.

OS CIVIS

— O Exército Norte-Americano, hoje em dia — afirmou o General Keller — tem quase um milhão de homens nos seus quadros. A metade veste uniforme. Os outros são funcionários civis, cientistas, administradores, especialistas. Nos Estados Unidos há um Departamento

da Defesa, dirigido por um civil. Divide-se em três subsecretarias — do Exército, da Marinha e da Força Aérea — também dirigidas por civis. Imediatamente abaixo, na escala hierárquica, há três militares que são os chefes dos Estados-Maiores.

— Vale a pena notar que os civis ocupam esses postos num governo encabeçado por um militar — o General Eisenhower.

GOLPE, NÃO

Perguntamos ao General Keller por que (na sua opinião) não há, nos Estados Unidos, o processo político denominado Golpe de Estado, tão comum em países da América Latina.

— Os norte-americanos acreditam em seu sistema de governo. Fizera uma Constituição que, até hoje, só foi emendada 22 vezes. Uma dessas emendas revogou outra. No Brasil, por exemplo, já tivemos cinco Constituições. Nos Estados Unidos há apenas 5% de analfabetos, numa população de 165 milhões de habitantes. No Brasil, segundo o IBGE, há 50% de analfa-

betos entre os 65 milhões de habitantes.

— As virtudes dos norte-americanos são a sua crença em Deus, na Constituição e no trabalho — declarou-nos o General Keller. É, também, um povo que deseja a paz. Não se descuida, porém, do preparo para a guerra. A minha impressão — e a transmiti aos meus camaradas — é a de que os Estados Unidos estão mais preparados para o que der e vier, hoje em dia, do que estavam antes da II Guerra Mundial.

A DEFESA

— Fiquei impressionado com o número de armas de brinquedo que são vendidas nas lojas de crianças. Há canhões, tanques, foguetes como os verdadeiros, do tipo mais moderno. A preparação psicológica para a guerra já está feita. Os americanos seguem o velho preceito latino que diz que aquele que deseja a paz deve preparar-se para a guerra. Em todas as cidades americanas onde estive encontrei abrigos subterrâneos contra bombardeios. No entanto, todo o planejamento norte-americano é canalizado para a defesa, partindo da premissa de que o país será atacado. Em hipótese alguma os norte-americanos aceitam a ideia de atacar alguém. Os americanos não falam em guerra. Falam em defesa. E querem, sinceramente, a paz.

— Outra coisa que me impressionou é o desaparecimento do preconceito racial. A política de integração racial, decidida pela Corte Suprema, está sendo obtida, progressivamente, graças ao respeito quase religioso que o norte-americano tem à lei.

"FAIR PLAY"

Sobre a corrida tecnológica entre russos e norte-americanos, disse-nos o General Keller:

— Caso típico é o dos satélites artificiais. Acho que os americanos estão, tecnologicamente, em nível ainda superior ao dos russos. E, aos recentes êxitos russos, no terreno dos satélites artificiais, estão

reagindo muito bem. O que eles têm, no entanto, é o velho hábito do "fair play". Quando um foguete americano, com satélite na ponta, explode (e os que falham são, via de regra, da Marinha), todo mundo vem a saber que ele explodiu. Os americanos não se importam de confessar as suas falhas. E, como se não bastasse, noticiam os êxitos russos. A União Soviética, porém, só noticia o que é bom. A absoluta liberdade de imprensa, de rádio e de televisão nos Estados Unidos torna esse país mais forte, moralmente, diante dos que lhe disputam a liderança mundial.

UNIFICAÇÃO

— Os americanos estão muito interessados, atualmente, no aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos. Estão preparados, é claro, para a guerra atômica. Creio, porém, que não terão de empregar as armas atômicas que possuem. A minha opinião é a de que as armas nucleares não serão empregadas por ninguém, ainda que haja outra guerra. Como os gases, que na II Guerra Mundial ficaram estocados, as armas atômicas também ficarão guardadas.

— Há uma tendência, nos Estados Unidos, para a unificação das forças armadas numa só força de defesa do país. O espírito de arma já está fora de moda. Os processos de defesa são cada vez mais modernos e rápidos. A técnica comanda a organização. O especialista é precioso. Uma das coisas interessantes que vi foi, em Fort Benning, que pode ser chamado de *Catedral da Infantaria*, o curso de treinamento de tenentes combatentes. Eles são preparados para a guerra em qualquer terreno ou região — nos trópicos, nos desertos, nas montanhas, nas regiões árticas. E cada um desses tenentes tem que aprender uma especialidade — o para-quedismo ou a pilotagem de avião. Tanto o Exército quanto a Marinha têm a sua própria aviação, sem prejuízo da Força Aérea.

A HORA H

Disse-nos o General Keller que os norte-americanos estão cada vez mais convencidos da importância estratégica do Brasil — especialmente do Nordeste.

— A importância estratégica do Nordeste ficou claramente demonstrada na Segunda Guerra Mundial. Exemplo disso foi a conferência Roosevelt — Vargas, em Natal. Hoje em dia, essa região é ainda mais importante, para a defesa continental.

— O Brasil, porém, precisa desenvolver-se, inclusive por necessidades de ordem estratégica. Depois da II Guerra Mundial, os Estados Unidos, através do *Plano Marshall*, evitaram a comunização da Europa, refazendo as economias dos países devastados pelas operações militares. Agora, parece-me chegada a ocasião dos norte-americanos olharem com mais atenção para as Repúblicas latino-americanas. É preciso que eles ajudem a transformar em realidade as pala-

bras — tão bonitas — da carta da Organização dos Estados Americanos. Precisamos de assistência técnica em grande escala. Esta assistência deve ser dada, aos países da América Latina, de acordo com o índice demográfico e a extensão territorial de cada um.

FORTE BRASÍLIA

O General Keller escreveu um artigo dando outras impressões dos Estados Unidos, no "Noticiário do Exército". Sugere, entre outras coisas, que se adote, no Exército Brasileiro, o sistema de fortes adotados pelo Exército norte-americano. Os fortes são áreas de concentração militar onde existem acantonamentos e terrenos para manobra, instrução e experimentação. São, via de regra, instalados junto a cursos d'água.

O General Keller disse, ao repórter do "Jornal do Brasil", que o primeiro forte brasileiro poderia ser instalado próximo a Brasília, a nova Capital.

("Jornal do Brasil" — 29-VI-1958.)

INAUGURAÇÃO DA SALA GENERAL SOUZA DOCCA NA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

DISCURSO DO GENERAL OSCAR DE BARROS FALCÃO

A grande admiração pelo espírito culto do Gen Souza Docca e a grande estima ao meu prezado camarada e amigo Cel Umberto Peregrino são as determinantes de minha presença neste local e nesta ocasião. Com estas justificativas: a indulgência que peço aos digníssimos presentes por deixarem de ouvir voz mais credenciada e mais adequada para tão significativa homenagem.

A Biblioteca do Exército, na direção de seu atual inteligente e dinâmico Diretor Cel Umberto Peregrino, vem cumprindo sua exata missão que é a de dar publicidade a obras de real valor, fazendo com que suas coleções se tornem repositórios de estudos, consultas e fonte de ensinamentos para seus assinantes ou consultores.

Mas, não se limitou a esse aspecto essencial à sua finalidade; estendeu-se à busca de obras novas, de novos autores, incentivando-os com a instituição de prêmios, de diversas naturezas ou modalidades, predominando aqueles para os quais recorreu, como patronos, mestres que foram em seus respectivos setores de produção intelectual: assim o prêmio "Gen Tasso Fragoso", outorgado a autor de melhor obra sobre História Militar, Geografia Militar, Geopolítica, Economia de Guerra, Sociologia e Filosofia da Guerra ou quaisquer matérias ligadas diretamente à Defesa Nacional; como o prêmio "Pândia Calógeras" conferido a autor de melhor livro inédito sobre estu-

dos brasileiros que não incidam sobre os assuntos especificados anteriormente. Distribuídos bienalmente, constituem um estímulo permanente aos nossos estudiosos e aos nossos cultores de letras.

Ainda aí não se deteve o ilustre Diretor da Biblioteca do Exército, sentiu a necessidade premente de levar sua organização, em representação conjunta, às cidades, sedes dos grandes comandos territoriais, para isso escolhendo os Círculos Militares, onde se congrega a família militar local, para nêles instituir verdadeiras filiais de sua Biblioteca, digamos Central. E a experiência, coroada de pleno êxito, já é uma realidade com a Biblioteca da Praia Vermelha, à qual foi dado o nome do saudoso e digno escritor militar Gen Lobo Vianna.

Dentro dessa ordem de idéias e de atividades, toma conhecimento da aquisição que foi feita, com muito altruísmo e oportunidade pela administração do Exército, da Biblioteca que fôra do ilustre, culto e distinto Chefe o Gen Emílio Fernandes de Souza Docca, que tanto soube nos dignificar pelos seus estudos, pelo seus trabalhos e pela sua atuação proba e provecta no Serviço de Intendência do Exército a que se dedicou com extremado carinho e inteligência desde que nêle ingressou, jovem e cheio de ilusões, até que culminou em sua alta chefia. Biblioteca essa em localização e guarda não especializadas, toma o Cel Peregrino a resolução de quanto antes trazê-la para es-

tantes adequadas, em local de relêvo, reunida, para assim permitir que não só estivesse ao pronto alcance de todo o interessado como, principalmente, para que pudesse revelar ao estudioso o mundo de preocupações pela Pátria, pela sua História e pela sua grandeza, que norteava o elevado espírito do inclito Gen Souza Docca.

Não era, entretanto, problema fácil, desejava um espaço condigno para tal fim, necessitava estender sua área de ocupação. Opunham-se seus confinantes, mas venceu, e uma readaptação de dependências veio permitir a instalação da biblioteca que foi do Gen Souza Docca, saudoso Chefe e mestre, nesta sala da Biblioteca do Exército que recebeu seu nome, dignamente preparada para tão alta finalidade.

E eis, assim, preservada e bem situada a biblioteca Gen Souza Docca. Reunidos os livros de seu cuidado e onde coligia preciosos argumentos para seus estudos, fonte de suas meditações.

Souza Docca desde mogo revelou pendores para o estudo da História, a ela se dedicando com extraordinário ardor e perseverança. Consagrou-se ao estudo de nossa História e de nossa Geografia, refutando tudo o que viesse ferir nosso direito, precisando os fatos históricos através séria e diligente argumentação. Metódico e persistente, dotado de extraordinário poder de análise e de aprimorada ilustração, apresentava trabalhos conclusivos e convincentes.

Nascido na fronteira sulina, na cidade de São Borja, e filho de veterano da Guerra do Paraguai, teve a nortear-lhe o espírito essas duas motivações: o viver em região sensível de sua Pátria, naquela época, final do século passado, muito turbulenta e agitada; o ouvir de seu progenitor as aguerridas ações que tiveram como cenário seu próprio torrão natal e outras regiões de além-fronteira, e como heróis, homens

de seu tempo, vivos uns, mortos outros.

Nessa ambientação de idéias ingressa na carreira das armas e de soldado vai galgando todas as graduações e postos traçando honrosa e exemplar Fé-de-Ofício, cujos pontos culminantes são assinalados pela sua atuação, ainda como Sargento Ajudante, na guarda avançada do Reduto do Jusufino, durante a Campanha do Contestado, onde portou-se com bravura, durante um ataque dos fanáticos, sendo louvado por esse motivo, em 4 de maio de 1915; pelo 1º lugar que conquistou no Curso de Administração Militar, sob a orientação da Missão Militar Francesa, no ano de 1921, obtendo Menção Honrosa; em 1922, foi mandado matricular na Escola Superior de Intendência, curso que fez com brilhantismo, obtendo o 2º lugar da turma com nota distinta.

No decurso de sua brilhante carreira e sem dela descurar faz sua estréia de historiador escrevendo para a Revista dos Militares, publicada na cidade de Porto Alegre, um artigo sobre a Batalha de Tuyuty. Prossegue em seus estudos de História e publica sua primeira obra:

"Causas da Guerra do Paraguai", em 1919; estende seus estudos para as Campanhas anteriores, desenroladas no teatro sul do País e do Continente e aí temos, em 1929: "A Convenção Preliminar da Paz de 1928"; em 1930: "O Brasil no Prata, 1815-1829", Primeira Parte; "A ocupação da Banda Oriental"; e, em 1933: "A Missão Ponsomby e a Independência do Paraguai".

Cuida, outrossim, das lutas intestinas e apresenta os seguintes livros: 1932 — "Ideologia federativa na cruzada farroupilha" — em 1936 — "O porque da brasilidade farroupilha" — em 1939 — "Caxias pacificador".

Não descarta das letras e em 1925, faz públicas suas anotações sobre: "Vocabulos indígenas na geografia rio-grandense".

Já alicerçado em bases seguras e conhecimentos sólidos de nossa História, volta-se então para o debate de questões suscitadas por autores alienígenas, procurando colocá-las em suas verdadeiras bases, através de comprovada documentação. E desta forma com "Limites entre o Brasil e o Uruguai", refuta os artigos do Comandante uruguaio José de Aguiar, condensados posteriormente em livro intitulado: "Nuestra fronteira con Brasil", nos quais esse Comandante tratava de reivindicações de trechos de nosso território, reconhecidamente de nossa posse.

No início dessa obra encontra-se explanado o elevado conceito que faz sobre o estudo da História, quando esclarece que deve ser conduzido ao "serviço da verdade, do respeito e da justiça e na alta compreensão da solidariedade humana, perde, cada vez mais, aquela feição parcial e cruel, para se transformar em instrumento de aproximações confiantes e sinceras entre as nações, gerando amizades, assegurando a paz".

Mais tarde enceta, pelo Jornal do Comércio desta Capital, serena e abalizada crítica sobre o livro do diplomata argentino D. Ramon Cárcano, intitulado: "Guerra del Paraguay — Orígenes y causas". Justamente nessa época, ano de 1943, tive a oportunidade de procurar o General Souza Doca para fazer-lhe entrega de um exemplar do livro "La antigua Provincia de Guairá" de autoria do Professor e escritor paraguaio D. Ramon Cardoso, e no qual relata como território do antigo Paraguay, o do nosso atual Estado do Paraná, com visos reivindicativos, solicitando-lhe uma refutação a essa obra, prometeu-me, informando-me que no momento estava todo entregue à réplica da obra de Cárcano.

Muitos outros trabalhos achavam-se em preparo por S. Excia. quando a morte o surpreendeu, segundo nos informa o eminente Dr. Pedro Calmon, Magnífico Reitor da nossa Universidade, na oração que proferiu no Instituto

Histórico e Geográfico, em memória de seu tão insigne consócio, e além desses trabalhos "exaustivas anotações do livro do Padre Gay e imenso material de várias obras de fôlego".

Foi nessa ocasião tão dolorosa pra todos nós que o escritor Múcio Leão prestou-lhe significativa evocação assegurando que "ninguém lutou mais do que esse cavaleiro gaúcho em defesa dos pontos de vista brasileiros, em tudo o que fôsse apreciação sobre a evolução histórica de nosso Continente".

E o Exmo. Sr. General de Paranhos Antunes, seu companheiro de convívio e de estudos, na solenidade prestada pela Federação das Academias de Letras do Brasil, assim se externou em comovente e sentida oração, consagrada à memória do Gen Souza Doca: "Desde muito moço sistematizou seus estudos históricos e disciplinou as suas pesquisas quer por meio da filosofia da História quer pelos ensinamentos da Metodologia. Leu o que de melhor e mais moderno havia sobre a matéria. Daí a maneira como escrevia a História: era metódico e crítico ao mesmo tempo e analisava os acontecimentos à luz da psicologia e da filosofia da História".

A par de tanta atividade sua operosidade ainda se exercia, de maneira relevante, em diversas entidades culturais. Era sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; Membro da Academia Sul Rio-grandense de Letras, do Instituto Histórico Brasileiro, da Federação das Academias do Brasil, da Sociedade Brasileira de Filosofia, do Instituto Brasileiro de Cultura e da Sociedade de Homens de Letras do Brasil; era sócio correspondente da Junta de História de Montevideu, da American Geographical Society e dos Institutos Históricos do Ceará, Santa Catarina, Paraíba e São Paulo; do Instituto Heráldico e Genealógico de São Paulo, do Instituto Genealógico Brasileiro e honorário do

Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Finalmente cabe-nos uma apreciação, mesmo muito geral, sobre os livros deixados pelo Gen Souza Docca e adquiridos pela Administração do Exército.

Foram catalogados 3.421 obras, muitas delas desdobrando-se em alguns volumes, podendo-se grupá-las, para efeito de uma análise bibliográfica perfuntória, nas seguintes especializações:

— Assuntos gerais e literatura :	2.213 ou 65 %
— História e Biografia :	921 ou 25 %
— Geografia :	247 ou 7,5 %
— Economia :	40 ou 2,5 %

Infelizmente nem tôdas elas vieram ter às mãos da adquiridora,

pois houve alguns extravios, cerca de 65 obras, convenientemente apurados.

Para descanso, entretanto, dos estudiosos podemos lamentar de fato a perda de umas dez obras históricas de difícil obtenção.

Os pesquisadores poderão, pois, compulsando a catalogação procedida nessas obras, encontrar subsídios valiosos para seus estudos e indagações históricas e geográficas.

Digna homenagem que, assim, presta a Biblioteca do Exército à memória de seu digno segundo diretor, e em sua data natalícia, saudoso e culto Gen Emílio Fernandes de Souza Docca, soldado emérito que na paz, não podendo brandir a espada, fez da pena a arma mais poderosa para a defesa da História, da Geografia e dos Fastos de sua Pátria.

"A Defesa Nacional" ainda não conseguiu contar com o número de assinantes que seria de esperar não só da variedade como do valor instrutivo dos artigos que publica.

Esse fato é tanto mais inexplicável quanto existem nos quadros do Exército alguns milhares de oficiais que por ela deviam interessar-se como leitores e seus colaboradores.

A propósito, temos a satisfação de transcrever aqui o Aviso n. 99, de 22-1-947, no qual o Exmo. Sr. Gen. Canrobert Pereira da Costa, fez uma expressiva recomendação dêste mensário à todo o Exército.

AVISO N. 99, DE 21-1-947

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.

ATOS OFICIAIS

DECRETO N. 43.835 — DE 6 DE JUNHO DE 1958

Aprova o Regulamento para os Grandes Comandos (R-163)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta :

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento para os Grandes Comandos (R-163), que com este baixa, assinado pelo General-de-Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1958 ; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Henrique Lott

Regulamento para os Grandes Comandos (R-163)

CAPÍTULO I

Generalidades

Art. 1º. O presente Regulamento tem por fim definir as atribuições dos Grandes Comandos do Exército, em tempo de paz, bem como as relações que, entre si, devem manter.

Parágrafo único. As atribuições desses mesmos Comandos, em tempo de guerra, constam dos Manuais de Campanha em vigor.

Art. 2º. Em tempo de paz, o Ministro da Guerra é o Comandante do Exército, por delegação permanente do Presidente da República.

Art. 3º. O Alto Comando, presidido pelo Ministro da Guerra, é constituído pelos Chefes do Estado-Maior do Exército e dos Departamentos e pelos Comandantes de Exércitos.

Art. 4º. O Chefe do Estado-Maior do Exército, Relator do Alto Comando, é o principal assessor do Ministro da Guerra e responsável pela preparação do Exército para a guerra.

Art. 5º. Os Grandes Comandos do Exército, em tempo de paz, são :

- 1) os Comandos de Exércitos e os Comandos Militares de Áreas ;
- 2) os Comandos de Corpos, constituídos de várias Grandes Unidades ;
- 3) os Comandos de Regiões Militares ;

4) os Comandos de Grandes Unidades (Divisões de Infantaria, de Cavalaria, Blindada, Aeroterrestre e de tipo Especial e, quando privativo de Oficial-General, o Comando de Artilharia de Costa Regional);

5) os Comandos de Armas das Grandes Unidades (Infantaria e Artilharia Divisionária), quando privativos de Oficial-General;

6) os Comandos de Brigadas Blindadas Aeroterrestres (de Artilharia Antiaérea e Mistas) de Grupamentos e Destacamentos, quando privativos de Oficial-General.

Art. 6º. Para o desempenho de suas funções, os Grandes Comandos dispõem de QG, cujo funcionamento será regulado pelas "Instruções para o funcionamento dos QG em tempo de paz" e outras que venham a ser propostas pelo EME e baixadas pelo Ministro da Guerra.

CAPÍTULO II

Atribuições Orgânicas

Art. 7º. Os Exércitos constituem, na organização de paz das Forças Terrestres, os grandes escalões de enquadramento e preparação da tropa para o Emprego; através deles é que se realiza a unidade de comando das Forças Terrestres que guarnecem o território e da administração militar deste último, cabendo-lhes:

1) a supervisão da instrução, disciplina, atividades logísticas, preparo da mobilização e planejamento de emprego, tudo de acordo com diretrizes baixadas pelo Ministro da Guerra e propostas pelo Estado-Maior do Exército;

2) a realização de estudos e conduta de experimentações visando à evolução do armamento, à adoção de novos processos de combate e a atualização dos planos de mobilização e emprego.

§ 1º. Inclui-se, entre essas atribuições, a supervisão do atendimento, a cargo das Regiões Militares, das necessidades relativas a suprimentos, manutenção, aquartelamento, saúde e veterinária, assistência social e recrutamento de todos os elementos subordinados.

§ 2º. Os Comandos Militares de Áreas, como núcleos de formação de futuros Comandos de Exércitos, têm atribuições análogas às destes e regem-se pelas mesmas normas, com as ressalvas estabelecidas no decreto da respectiva criação.

Art. 8º. Os Corpos, constituídos de várias Grandes Unidades, são escalões intermediários entre estas e os Exércitos, com a atribuição específica de coordenar o planejamento de emprego e a preparação para a guerra, segundo diretrizes e instruções baixadas pelos Exércitos a que pertencem.

Art. 9º. As Regiões Militares, órgãos territoriais diretamente subordinados aos Comandos dos Exércitos que lhes guarnecem o território, constituem o elo, para fins de apoio logístico, entre as Direções dos Serviços e as Organizações que destes se beneficiam; destinam-se a providenciar o atendimento das necessidades destas organizações, relativas a suprimentos, manutenção, mobilização, recrutamento, aquartelamento, saúde, assistência social, veterinária e remonta.

§ 1º. Cumpre-lhes organizar e dirigir, em suas respectivas áreas, o funcionamento dos referidos Serviços, de acordo com as diretrizes e instruções baixadas pelos Comandantes de Exércitos.

§ 2º. Cabem-lhes, ainda, em particular:

1) o levantamento e a utilização dos recursos humanos e materiais do território, para atender às necessidades da mobilização e emprego das Forças Terrestres;

2) a obtenção, com a antecedência compatível, dos meios necessários para atender, na forma das tabelas, quadros de dotações e ordens existentes, às necessidades das Forças Terrestres;

3) a orientação e fiscalização da instrução das Unidades e órgãos que lhes são diretamente subordinados.

Art. 10. As Divisões, Grandes Unidades básicas de combinação das Armas, constituem o escalão diretamente responsável pelo preparo da tropa para a guerra, em particular quanto à instrução e ao aparelhamento material.

Art. 11. Os Comandos de Armas assessoram o Comando da Grande Unidade nos assuntos relativos às respectivas Armas e dirigem, coordenam e fiscalizam a instrução das Unidades subordinadas, de acordo com as diretrizes baixadas pelos escalões superiores.

Art. 12. Os Comandos de Brigadas, Grupamentos e Destacamentos exercem funções análogas às dos Comandos de Grandes Unidades, em suas esferas de ação, com as ressalvas decorrentes das missões específicas para que tenham sido criados.

CAPÍTULO III

Atribuições Funcionais

Art. 13. Ao Comandante de Exército, em sua ação de comando, cumpre, de acordo com diretrizes baixadas pelo Ministro da Guerra, propostas pelo Estado-Maior do Exército, dirigir, coordenar e fiscalizar a instrução e as atividades logísticas dos elementos que lhe são subordinados, tendo em vista sua preparação para a guerra; cabem-lhe, ainda, os encargos de planejamento que lhe forem atribuídos pelo Estado-Maior do Exército.

Parágrafo único. São suas atribuições:

1) dirigir todo o planejamento de emprego da tropa, a cargo do Exército, inclusive quanto à segurança interna e manutenção da ordem, baixando diretrizes e instruções aos escalões subordinados, coordenando as tarefas de planejamento a estes atribuídas, submetendo os planos elaborados à aprovação do Ministro da Guerra, por intermédio do Estado-Maior do Exército, e mantendo-os constantemente atualizados;

2) realizar os necessários entendimentos com os Comandos das Forças Aéreas e Navais, com sede na zona do Exército, quanto à participação destas Forças em tarefas visando à manutenção da ordem e à segurança interna;

3) manter ligação com as autoridades civis na zona do Exército, com vistas à cooperação destas nas tarefas, inclusive de planejamento, atribuídas ao Exército;

4) orientar, coordenar e fiscalizar todas as atividades das Regiões Militares subordinadas, no que concerne ao levantamento e utilização dos recursos regionais e ao equipamento territorial, baixando diretrizes e instruções, examinando e aprovando planos e realizando oportunas inspeções;

5) superintender as atividades das Regiões Militares subordinadas, quanto ao preparo da mobilização, cabendo-lhe propor ao Estado-Maior do Exército as modificações que, a seu juízo, devam ser introduzidas nos respectivos planos;

6) propor ao Ministro da Guerra, por intermédio do Estado-Maior do Exército, as modificações que julgar convenientes na organização e articulação da tropa e dos serviços, em face das necessidades evidenciadas no decurso dos planejamentos a seu cargo;

7) determinar e orientar os estudos e a conduta de experimentações visando à adequação dos meios, à modificação da organização das Unidades e Grandes Unidades ou à adoção de novos processos de combate, em face das características das operações a cargo do Exército;

8) orientar, coordenar e fiscalizar toda a instrução das Grandes Unidades, Regiões Militares e Tropas especiais subordinadas, baixando diretrizes, examinando e aprovando documentação elaborada pelos escalões imediatamente subordinados e realizando oportunas inspeções;

9) superintender ou dirigir o preparo e a execução de manobras e exercícios de Grandes Unidades, regulando a participação das tropas regionais;

10) orientar e fiscalizar o funcionamento do Serviço de Informações em toda a zona do Exército e apresentar ao Ministro da Guerra os relatórios de informações, periódicos ou não, nos prazos e circunstâncias que para isso forem estabelecidos;

11) determinar, coordenar e fiscalizar a execução de medidas decorrentes dos planos de segurança interna e manutenção da ordem;

12) orientar, coordenar e fiscalizar as atividades das Regiões Militares, no que concerne ao funcionamento dos Serviços, mediante diretrizes e instruções, a realização de inspeções e, em particular, o estabelecimento de prioridades, sempre que julgar conveniente;

13) manter a disciplina e a moral da tropa em toda a zona do Exército;

14) providenciar para que sejam mantidos os efetivos, sobretudo de quadros, no nível necessário à eficiência das Grandes Unidades, Regiões Militares e Tropas especiais, determinando, quando de sua alçada, a movimentação de pessoal (transferência de praças dentro da zona do Exército, com exceção das que tenham sua movimentação atribuída aos Diretores de Serviços) e apresentando, sempre que julgar conveniente, propostas de movimentação nos demais casos;

15) emitir conceitos e apreciações sobre oficiais, nos casos previstos na legislação em vigor;

16) delegar atribuições de comando, quando julgar conveniente, aos Comandos de Regiões Militares e Grandes Unidades;

17) apresentar ao Ministro da Guerra, por intermédio do Estado-Maior do Exército, relatórios de suas inspeções periódicas às Grandes Unidades e Regiões Militares subordinadas e, até 15 de fevereiro de cada ano, relatório circunstanciado sobre as atividades do Exército no decurso do ano anterior.

Art. 14. Ao Comandante de Região Militar cumpre:

1) dirigir todo o planejamento a cargo da Região Militar, em particular quanto à guarda e defesa do território — defesa contra ataques aéreos, defesa passiva da população, guarda territorial, vigilância e defesa dos pontos sensíveis, vigilância na faixa de fronteira e em núcleos alienígenas, quando não atribuída à responsabilidade de Grande Unidade, defesa contra atividades subversivas e a ação de sabotadores e a defesa de costa — a segurança interna e manutenção da ordem e às atividades logísticas em apoio a operações previstas, tudo, de acordo com diretrizes e instruções do respectivo Exército;

2) Manter a necessária ligação com os Comandos das Forças Aéreas e Navais e as autoridades civis, no território da Região Militar, com vistas à cooperação que possam prestar às tarefas a cargo da própria Região;

3) dirigir e fiscalizar todas as atividades relativas ao preparo e execução da mobilização, ao levantamento e utilização dos recursos regionais e ao equipamento territorial, inclusive vias e meios de transporte

e de comunicações, em todo o território regional, de acordo com as diretrizes e instruções recebidas, sugerindo, ao respectivo Exército, as medidas necessárias quanto à colaboração das Unidades e Grandes Unidades que guarnecem o território, particularmente na preparação da mobilização;

4) propor ao Comando do Exército, as modificações que julgar convenientes na organização e articulação dos elementos subordinados, em face das características regionais e das necessidades evidenciadas no planejamento;

5) orientar, coordenar e fiscalizar toda a instrução dos Quadros, da Tropa e dos Serviços, a cargo da Região, baixando diretrizes e programas, examinando e aprovando documentação elaborada pelos escalões subordinados e realizando freqüentes e oportunas inspeções;

6) determinar e orientar o planejamento e dirigir a execução de exercícios de combinação das Armas e de emprego dos Serviços, para os quadros e tropas regionais;

7) dirigir e fiscalizar o funcionamento do Serviço de Informações a cargo da Região e apresentar ao Comandante do Exército os relatórios de informações, periódicas ou não, nos prazos e circunstâncias que para isso foram estabelecidos;

8) determinar, coordenar e fiscalizar a execução das medidas atribuídas à Região nos planos de guarda e defesa do território, segurança interna e manutenção da ordem, inclusive realizando periódicas inspeções na faixa de fronteira;

9) dirigir e controlar o funcionamento de todos os Serviços Regionais, de acordo com as diretrizes e instruções baixadas e prioridades estabelecidas pelo Comando do respectivo Exército e orientação técnica das Direções dos Serviços, de maneira a atender às necessidades das organizações com sede no território regional quanto a suprimentos, manutenção, recrutamento, aquartelamento, saúde, assistência social, remonta e veterinária, cabendo-lhe, em particular, promover a oportuna obtenção dos meios necessários para tal, propor dotações e tabelas de suprimentos e equipamentos e verificar, mediante inspeções, as condições em que se acham o material e suprimentos distribuídos ou em depósito;

10) assegurar o funcionamento da Justiça Militar no território sob sua jurisdição;

11) providenciar quanto à defesa dos interesses do Exército nas questões relativas a terras, a construções na vizinhança de fortificações e quartéis e, em particular, ao patrimônio da União, cabendo-lhe, ainda, promover aquisições e desapropriações de imóveis;

12) manter a disciplina e a moral nos elementos subordinados;

13) providenciar para que sejam mantidos os efetivos, sobretudo de quadros, no nível necessário à eficiência dos elementos subordinados, determinando, quando de sua alçada, a movimentação de pessoal (transferência de praças no âmbito da Região, com exceção das que tenham sua movimentação atribuída aos Diretores dos Serviços) e apresentando, sempre que julgar conveniente, propostas de movimentação, nos demais casos;

14) emitir conceitos e apreciações sobre oficiais, nos casos previstos na legislação em vigor;

15) apresentar, ao Comando do respectivo Exército, relatórios de suas inspeções periódicas e, até 31 de janeiro de cada ano, relatório circunstanciado sobre as atividades da Região no decurso do ano anterior.

Art. 15. Ao Comandante de Grande Unidade cumpre:

- 1) dirigir, consoante as instruções do Comando do Exército, todo o planejamento de emprego da tropa, inclusive quanto à segurança interna;
- 2) propor ao Exército as modificações que julgar convenientes na organização e articulação dos elementos subordinados, em face das características regionais e das necessidades evidenciadas no planejamento;
- 3) manter-se constantemente informado do desenvolvimento dos trabalhos relativos ao preparo da mobilização de sua Grande Unidade, prestando aos mesmos toda a colaboração necessária, de acordo com as diretrizes e instruções do respectivo Exército;
- 4) orientar, coordenar e fiscalizar toda a instrução dos Quadros, da Tropa e dos Serviços, no âmbito da respectiva Grande Unidade, baixando diretrizes e programas, examinando e aprovando documentação elaborada pelos escalões subordinados e realizando frequentes e oportunas inspeções;
- 5) determinar e orientar o planejamento e dirigir a execução de exercícios de combinação das Armas no âmbito da respectiva Grande Unidade;
- 6) dirigir e fiscalizar o funcionamento do Serviço de Informações a cargo da respectiva Grande Unidade e apresentar ao Comandante do Exército os relatórios de informações, periódicos ou não, nos prazos e circunstâncias que para isso forem estabelecidos;
- 7) determinar, coordenar e fiscalizar a execução das medidas atribuídas à sua Grande Unidade nos planos de segurança interna e manutenção da ordem;
- 8) zelar para que as necessidades de todos os elementos subordinados, principalmente as relativas ao aparelhamento material, sejam devidamente atendidas, controlando o funcionamento dos Serviços orgânicos da Grande Unidade e, também, empenhando-se junto ao Comando da Região Militar ou Exército;
- 9) manter a disciplina e a moral no âmbito da respectiva Grande Unidade;
- 10) providenciar para que sejam mantidos os efetivos, sobretudo de quadros, no nível necessário à eficiência das diversas Unidades, determinando, quando de sua alçada, a movimentação de pessoal (transferência de praça dentro da Grande Unidade) e apresentando, sempre que julgar conveniente, propostas de movimentação, nos demais casos;
- 11) emitir conceitos e apreciações sobre oficiais, nos casos previstos na legislação em vigor;
- 12) delegar atribuições, quando julgar conveniente, aos Comandantes de Armas;
- 13) apresentar, ao Comando do respectivo Exército, relatório de suas inspeções periódicas e, até 31 de janeiro de cada ano, relatório circunstanciado sobre as atividades da Grande Unidade, no decurso do ano anterior.

Art. 16. Ao Comandante de Arma cumpre:

- 1) assessorar o Comandante da respectiva Grande Unidade nos assuntos específicos de sua Arma;
- 2) manter-se constantemente a par das missões previstas, nos planos de emprego, para as Unidades subordinadas;
- 3) dirigir, coordenar e fiscalizar toda a instrução das Unidades subordinadas, de acordo com as diretrizes baixadas pelo escalão superior;

- 4) zelar pela eficiência das Unidades da respectiva Arma, quanto a efetivos e a seu aparelhamento material;
- 5) manter a disciplina e a moral no âmbito das Unidades de sua Arma;
- 6) emitir conceitos e apreciações sobre oficiais, nos casos previstos na legislação em vigor;
- 7) exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Comandante da respectiva Grande Unidade;
- 8) apresentar, ao Comando da respectiva Grande Unidade, relatórios de suas inspeções periódicas e, dentro do prazo estabelecido, relatório circunstanciado, sobre as atividades do Comando de Arma e sobre a marcha da instrução e o preparo para a guerra das Unidades subordinadas.

CAPITULO IV

Relações de Serviço

Art. 17. No desempenho de suas funções, os Comandantes de Exército entendem-se diretamente com o Ministro da Guerra, com o Chefe do Estado-Maior do Exército e com os Chefes de Departamentos.

Art. 18. Os Comandantes de Regiões Militares, sem prejuízo da participação normal ao escalão imediatamente superior, entendem-se diretamente com o Chefe do Estado-Maior do Exército, nas questões relativas à mobilização e, nos assuntos concernentes ao funcionamento normal dos Serviços, com os Chefes dos Departamentos e mesmo, na conformidade de normas estabelecidas, com as Diretorias subordinadas a estes últimos.

Parágrafo único. Nos demais casos, as relações dos Comandantes de Regiões Militares se fazem por intermédio dos respectivos Exércitos.

Art. 19. As relações dos Comandantes de Grandes Unidades com outros Grandes Comandos que não lhes sejam subordinados, são mantidas, em princípio, através dos Comandos dos respectivos Exércitos.

Parágrafo único. Excetuam-se, sem prejuízo de participação ao Comandante de Exército, os entendimentos diretos com a Região Militar que apóia a Grande Unidade, no que diz respeito aos Serviços.

Art. 20. Qualquer escalão de Comando, no exercício das funções de Comandante de Guarnição, pode entender-se, como tal, diretamente com as autoridades locais, tanto civis, como pertencentes às outras Forças Armadas, sempre que o assunto não exigir a intervenção do escalão superior.

CAPITULO V

Substituições Temporárias

Art. 21. As substituições temporárias nos Grandes Comandos obedecem, no que lhes for aplicável, às normas do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), respeitadas as prescrições constantes dos artigos que se seguem.

Art. 22. As substituições do Ministro da Guerra fazem-se em virtude de ato específico do Poder Executivo.

Art. 23. O substituto do Chefe do Estado-Maior do Exército é o Oficial-General combatente mais antigo dentre os de maior posto que lhe são subordinados.

Art. 24. Nos Grandes Comandos, o substituto do Comandante é o Oficial-General combatente ou o Oficial das Armas subordinado mais antigo dentre os de maior posto.

Art. 25. Não haverá substituição quando o titular do cargo se deslocar a serviço, dentro da área correspondente à função ou Grande Comando que exerce:

- 1) para o Ministro da Guerra e o Chefe do Estado-Maior do Exército — o território nacional;
- 2) para o Comandante de Exército — a zona do respectivo Exército;
- 3) para o Comandante Militar de Área — a área respectiva;
- 4) para o Comandante de Região Militar — o território regional;
- 5) para os demais — a área que abranja as sedes das organizações subordinadas.

Parágrafo único. Nos casos acima, o Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra, o Subchefe mais antigo do Estado-Maior do Exército e os Chefes de Estado-Maior ou Assistentes responderão, apenas, pelo expediente.

Art. 26. No Estado-Maior do Exército e nos Grandes Comandos, além dos casos previstos no artigo anterior, não haverá substituições temporárias eventuais, quando o afastamento do detentor fôr por prazo provável inferior a 10 dias, passando, neste caso, a responder pelo expediente as autoridades referidas no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 27. As substituições por motivo de férias ou afastamento por prazo provável superior a dez dias obedecem ao princípio hierárquico da precedência militar.

Art. 28. Nos casos em que, de acordo com as prescrições acima, um oficial responder pelo expediente, suas relações com outras autoridades, subordinadas ao Grande Comando, mas que sobre aquele tenham precedência hierárquica limitam-se ao encaminhamento de documento, os quais, quando necessário, serão solucionados pelo escalão superior.

CAPÍTULO VI

Prescrições Diversas

Art. 29. Os Grandes Comandos baixarão, em complemento a este Regulamento e às Instruções baixadas pelo Ministro da Guerra, propostas pelo Estado-Maior do Exército, sobre o funcionamento dos Quartéis-Generais, Normas Gerais de Ação pormenorizando funções e regulando, em minúcia, as relações de serviço para os diversos escalões subordinados.

Art. 30. O presente Regulamento revoga o anterior, aprovado pelo Decreto n. 21.816, de 4 de setembro de 1946 e suas alterações.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1958. — Henrique Lott, Ministro da Guerra.

* * *

AVISO N. 578-D2 — EM 18 DE JUNHO DE 1958

Conduta a observar na próxima Campanha Eleitoral

A realização, no próximo mês de outubro, de eleições em todo o país para renovação de mandatos parlamentares e de vários governadores

deverá provocar acentuada efervescência política, que poderá, em alguns casos, determinar clima propício a perturbações locais da ordem pública.

Dada a missão deferida pela Constituição Federal às Forças Armadas, poderá em consequência ser o Exército chamado repetidas vezes, durante o período, a auxiliar as autoridades federais na manutenção da ordem e no resguardo da liberdade e autenticidade do processo eleitoral.

É bem de ver que, nessas condições, grandes responsabilidades, para com o regime e a Nação, recairão de modo geral sobre todos os militares, cuja neutralidade e imparcialidade deverão estar sobranceiras a qualquer dúvida.

Desejo por isto fazer sentir, aos meus camaradas do Exército, a importância do papel, que serão chamados a desempenhar no conjunto das Forças Armadas e a necessidade de manterem atitude discreta e serena durante a campanha eleitoral.

Como cidadãos e eleitores, é lícito aos militares participarem da vida política nacional, decorrendo daí a manifestação individual de suas preferências por meio de voto, assim como o direito de aceitar investiduras eletivas e, a "fortiori", o de filiação partidária.

Entretanto, ao ambiente ainda trepidante de nossa vida política, tais direitos devem ser harmonizados com os deveres resultantes da função militar.

Para esse fim, é mister exigir, durante o prazo equivalente ao estabelecido na Constituição para desincompatibilização das autoridades civis, o afastamento dos militares candidatos das funções que venham exercendo, assunto já tratado em meu Aviso n. 418, de 30 de abril de 1958.

Também é mister exigir desses, como de todos os militares do Exército, a mais escrupulosa observância dos preceitos de conduta inerentes à profissão das armas, os quais reproduzo a seguir para meditação e cuidadosa aplicação.

Extraio, a respeito, do Estatuto dos Militares, os seguintes dispositivos:

Art. 25. São deveres do militar:

- a) manter a ordem legal;
- b) exercer, com dignidade e eficiência, as funções relativas aos respectivos postos ou graduações;
- c) cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos, instruções e ordens emanadas das autoridades competentes;
- d) zelar pela honra e reputação de sua classe, observando procedimento irrepreensível

.....
g) ser discreto em suas atitudes e maneiras, em sua linguagem, falada ou escrita

.....
1) ser leal em todas as circunstâncias.

Art. 27. O militar deve conduzir-se, mesmo fora do serviço, de modo que não sejam prejudicados os princípios de disciplina, educação e respeito.

Art. 28. A violação do dever militar, na sua mais elementar e simples manifestação, é transgressão prevista nos regulamentos disciplinares. A ofensa a esse dever, na sua expressão mais complexa, é crime militar, consoante os Códigos e Leis Penais.

Ainda em referência a atividades políticas de militares, cabe lembrar as seguintes restrições do RDE:

Art. 13. As transgressões são:

102. Fazer ou promover manifestações de caráter coletivo, exceto nas demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem, e com permissão do homenageado;

104. Autorizar, promover ou assinar petições coletivas dirigidas por militares a qualquer autoridade civil ou militar;

108. Dar conhecimento, por qualquer modo, de ocorrências de serviço militar a quem não tenha atribuições para nelas intervir;

109. Discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares

111. Provocar, tomar parte ou aceitar discussão acerca de política partidária no interior do quartel, repartição ou estabelecimento, e agremiações políticas ou em público;

112. Comparecer fardado a manifestações ou reuniões de caráter político.

Cabe observar que, na forma dos Estatutos, o militar, mesmo afastado das funções ou na inatividade, nunca se libera dos deveres e prerrogativas inerentes à sua profissão, a não ser mediante a utilização do direito expresso no art. 63 do mesmo Estatuto (demissão).

Dou assim por bem recomendado aos militares do Exército a conduta a ser observada, certo de que a observação rigorosa dessas normas regulamentares muito contribuirá para resguardar a autoridade moral do Exército, que ficará em melhores condições para concorrer com sua parcela no aprimoramento e no fiel funcionamento das nossas instituições.

— Gen-Ex Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

DECRETO N. 43.912 — DE 18 DE JUNHO DE 1958

Dá nova redação aos arts. 4º, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23 e 28 do Regulamento da Escola Técnica do Exército, aprovado pelo Decreto n. 14.947, de 6 de março de 1944, e alterado pelos Decretos ns. 30.802, de 21 de março de 1956 e 27.887, de 17 de março de 1950, e acrescenta ao citado Regulamento os arts. 4-A, 21-A, 21-B, 21-C, 21-D, 21-E, 21-F, 21-G, 21-H, 21-I, 21-J, 21-L, 21-M, 21-N e 21-O.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Os arts. 4º, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23 e 28 do Regulamento da Escola Técnica do Exército (Decretos ns. 14.947, de 6 de março de 1944; 20.802, de 21 de março de 1946 e 27.887, de 17 de março de 1950) passam a ter nova redação, sendo acrescidos ao citado Regulamento os arts. 4-A, 21-A, 21-B, 21-C, 21-D, 21-E, 21-F, 21-G, 21-H, 21-I, 21-J, 21-L, 21-M, 21-N e 21-O, conforme abaixo se especifica:

"Art. 4º-A. O ensino da Escola desenvolve-se em três (3) anos para os Cursos Técnicos e em um ano para o Curso de Preparação.

"Art. 4º. O ano escolar compreende:

1 — ano letivo;

2 — exames;

3 — férias ;

4 — estágios e visitas.

§ 1º. O ano letivo começa com o escolar, no primeiro dia útil da segunda quinzena de fevereiro e termina no último dia da primeira quinzena de novembro ; divide-se em dois períodos letivos, separados por férias, exames, estágios e visitas, que deverão ser fixados de modo que assegurem um relativo equilíbrio entre eles.

§ 2º. Os exames finais realizam-se em duas épocas :

1. a primeira, uma semana após o término do segundo período letivo, não devendo ultrapassar, em princípio, a data de 15 de dezembro ;
2. a segunda, entre 15 e 31 de janeiro.

Para as disciplinas lecionadas apenas no primeiro período, os Exames Finais, em primeira época, serão realizados com os Exames Parciais das demais disciplinas.

§ 3º. Os Exames Parciais realizam-se uma semana após o término dos trabalhos letivos do primeiro período.

§ 4º. Os exames de Admissão ao Curso de Preparação e primeiro ano dos Cursos Técnicos realizam-se na segunda quinzena de novembro.

§ 5º. Há dois períodos de férias escolares :

1. um, com a duração de uma semana, que poderá preceder imediatamente o início do segundo período letivo ;
2. outro, entre o término dos Exames Finais de primeira época e o início do ano escolar seguinte, a critério do Comandante da Escola.

§ 6º. Para o 3º ano dos Cursos Técnicos deve ser estabelecido um terceiro período letivo, com a duração máxima de seis (6) semanas, que não deverá ultrapassar, em princípio, 30 de dezembro.

Esse período é destinado à conclusão do Projeto de Fim de Curso.

§ 7º. Os cursos serão complementados com estágios e visitas a estabelecimentos, organizações e instalações civis e militares, realizados pelos alunos.

.....
.....
"Art. 14. A verificação do rendimento da aprendizagem dos alunos será feita através dos seguintes trabalhos para julgamento :

- a) Trabalhos correntes ;
- b) Exames parciais ;
- c) Exames finais ;
- d) Projetos de Fim de Curso.

§ 1º. Normas especiais, baixadas pela Direção de Ensino da Escola, regularão a preparação, execução e o julgamento dos trabalhos.

§ 2º. Num mesmo dia, nenhum aluno poderá realizar mais de um trabalho para julgamento, em sala, ao qual deva ser atribuído grau.

§ 3º. O Boletim Interno da Escola publicará, com antecedência mínima de uma semana, a data inicial da execução de trabalhos para julgamento, excetuando-se os trabalhos correntes em domicílio.

"Art. 15. Trabalhos correntes são provas realizadas na Escola, em domicílio ou no campo, que abrangem parte do assunto lecionado.

§ 1º. Haverá, no mínimo, dois trabalhos correntes, na Escola ou no campo, para grau, e por período, em cada disciplina.

§ 2º. O tempo disponível, dedicado aos trabalhos correntes, na Escola ou no campo, aos quais devam ser atribuídos graus, será de uma a duas horas, exceto para os relativos às disciplinas em que a parte experimental deva predominar sobre a teórica, e cuja duração máxima não ultrapassar quatro horas.

§ 3º. Nas disciplinas em que não for possível realizar trabalhos correntes, na forma do parágrafo anterior, serão atribuídos graus a trabalhos que atendam às peculiaridades dessas disciplinas, a critério do Chefe do curso e aprovação da Direção de Ensino da Escola.

§ 4º. Poderá haver, a critério do professor e mediante aprovação dos chefes de curso interessados, Trabalhos Correntes em domicílio.

§ 5º. A cada trabalho corrente em domicílio será atribuído um grau. No cômputo da Conta de Ano, a média aritmética desses trabalhos será equivalente a um trabalho corrente realizado na Escola.

§ 6º. O Direção de Ensino da Escola fixará épocas próprias para a realização exclusiva dos trabalhos correntes, na Escola ou no campo.

"Art. 16. Exames Parciais são provas, escritas, práticas, documentadas por escrito e gráficas, que abrangem todo o assunto lecionado no primeiro período.

§ 1º. Haverá um Exame Parcial de cada disciplina, exceto naquela lecionada num único período, para a qual serão exigidos somente Exames Finais.

§ 2º. Não haverá provas orais, ou prático-orais, nos Exames Parciais.

§ 3º. O tempo disponível, dedicado aos Exames Parciais, será de duas a quatro horas, exceto para os relativos às disciplinas em que a parte experimental deva predominar sobre a teórica; neste caso, os Exames Parciais poderão ser realizados em duas sessões de quatro horas cada uma, no mesmo dia ou em dias consecutivos.

"Art. 17. Exames Finais, consoante a disciplina, são provas escritas, práticas, documentadas por escrito, gráficas e orais ou prático-orais. Eles abrangem, em cada disciplina, todos os assuntos lecionados num mesmo ano letivo.

§ 1º. Haverá um Exame Final de cada disciplina, por ano letivo.

§ 2º. O Exame Final de uma disciplina compreende duas provas: uma escrita, ou prática de laboratório, documentada por escrito, e outra oral ou prático-oral. Certas disciplinas comportam apenas provas práticas.

§ 3º. Para o Exame Final de cada disciplina, será nomeada uma Comissão Examinadora, composta de três membros do Quadro de Ensino da Escola, figurando entre eles o respectivo professor. O presidente da comissão será designado pela Direção de Ensino.

§ 4º. O tempo disponível para a realização das provas dos Exames Finais será de duas a quatro horas, quando se tratar de provas escritas, práticas, documentadas, por escrito ou gráficas, no máximo de duas horas por aluno, quando forem as provas orais ou prático-orais.

§ 5º. Nas provas orais ou prático-orais desses exames, cada aluno será examinado, pelo menos, por dois examinadores, cada um dos quais o arguirá, no máximo, durante quarenta minutos.

§ 6º. Nas disciplinas em que a parte experimental predomina sobre a teórica, as provas práticas, documentadas, por escrito, dos Exames Finais poderão ser realizadas em duas sessões de quatro horas cada uma, no mesmo dia, ou em dias consecutivos.

§ 7º. Para a realização das provas orais dos Exames Finais, serão organizadas pelos professores da disciplina e aprovadas pela Direção de Ensino listas de dez pontos no mínimo, os quais deverão abranger todos os assuntos ministrados durante o ano letivo. Constará, ainda, das listas de pontos, uma parte vaga compreendendo os assuntos fundamentais da disciplina.

§ 8º. Para a realização das provas escritas dos Exames Finais não haverá listas de pontos.

§ 9º. As listas de pontos serão publicadas em aditamento ao Boletim Interno, até dez dias antes do início das provas orais dos Exames Finais.

§ 10. Os pontos serão tirados, à sorte, pelo aluno, duas horas antes do início de sua arguição. Enquanto não se iniciarem as arguições, o sorteio será efetuado na Subdireção de Ensino. A partir do momento em que for aberta a sessão de exame, o sorteio passará a ser feito perante a Comissão Examinadora. Todo ponto sorteado retornará à urna.

§ 11. O aluno deverá ser arguido sobre os assuntos constantes do ponto sorteado, bem como da parte vaga de que trata o § 7º deste artigo.

§ 12. Terminada a arguição do último examinando, a Comissão Examinadora procederá à apuração dos graus e lavrará a respectiva ata.

"Art. 18. Projetos de Fim de Curso são trabalhos compreendendo as aplicações mais importantes das diversas especialidades, com o objetivo de familiarizar o aluno com problemas de engenharia.

§ 1º. Os assuntos que constituirão os temas dos citados projetos serão fixados pela Direção de Ensino e submetidos à aprovação do Estado-Maior do Exército, de forma a consultar aos interesses do Ensino e do Exército, ou das demais Forças Armadas, ou Órgãos Cíveis.

§ 2º. Os temas dos mencionados Projetos serão formulados por Comissões nomeadas em Boletim Interno e constituídas de professores de curso interessado, sob a presidência do respectivo Chefe. Essas comissões deverão acompanhar a execução dos trabalhos e os julgarão. Os alunos deverão receber os temas dos projetos até o fim da quarta semana do primeiro período do ano letivo.

§ 3º. Os Projetos citados compreenderão textos justificativos e descritivos: gráficos, desenhos e outros elementos elucidativos da obra.

§ 4º. Os trabalhos relativos aos projetos terão início, em princípio, no começo do ano letivo do 3º ano dos cursos técnicos, devendo estar concluídos no período de que trata o § 6º do art. 4º-A, deste Regulamento.

"Art. 19. O julgamento dos trabalhos será expresso por um valor numérico variável de zero (0) a dez (10), aproximando-se os resultados até décimos, de acordo com as seguintes normas:

a) quando o algarismo dos centésimos for inferior a cinco, deverá ser desprezado;

b) quando o algarismo dos centésimos for superior a cinco, o algarismo dos décimos deverá ser acrescido de uma unidade;

c) quando o algarismo dos centésimos for igual a cinco, será desprezado se o dos décimos for par; se este for ímpar, deverá o mesmo ser acrescido de uma unidade.

"Art. 20. O aluno que não realizar qualquer trabalho para julgamento, poderá fazê-lo em segunda chamada, se a falta fôr considerada justificada pelo Comandante da Escola; em caso contrário, terá grau zero, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único. Será considerado reprovado o aluno que, devendo fazer Exames Finais de segunda época em segunda chamada, não puder realizá-los (integralmente) até o último dia do período destinado aos mesmos.

"Art. 21. Para os efeitos dêste Regulamento, denomina-se Conta de Ano (CA) de uma disciplina:

— a média aritmética dos graus dos trabalhos correntes (TC), se a disciplina fôr lecionada em um só período;

— a média ponderada entre os graus dos trabalhos correntes (pêso um) e do Exame Parcial (EP) (pêso dois), se a disciplina fôr lecionada em dois períodos.

$$CA = \frac{TC1 + TC2 + TC3 + \dots + TCn + 2 EP}{n + 2}$$

"Art. 21-A. O grau de cada prova de Exame Final será a média aritmética dos graus atribuídos pelos três examinadores.

§ 1º. O grau de Exame Final de cada disciplina será a média aritmética verificada entre o grau da prova escrita, ou prática de laboratório e o da prova oral, ou prático-oral, exceto na disciplina que apenas comportar provas gráficas, caso em que o grau de Exame Final será o grau da prova gráfica.

§ 2º. O aluno que, numa disciplina, em qualquer prova de Exame Final em primeira época, tiver grau inferior a três (3), será inabilitado nessa disciplina, podendo ser novamente submetido a Exame Final em segunda época.

"Art. 21-B. O grau de cada disciplina é obtido pela média aritmética entre a Conta de Ano e o grau do Exame Final em primeira época.

Parágrafo único. O grau da disciplina lecionada em mais de um ano letivo será a média ponderada entre os graus da disciplina em cada ano letivo, atribuindo-se pêso um ao grau do ano letivo em que ela foi lecionada em um só período, e pêso dois ao grau do ano em que ela foi lecionada em dois períodos.

"Art. 21-C. Será considerado habilitado numa disciplina e dispensado da prova oral, o aluno que obtiver média aritmética sete (7), verificada entre a Conta de Ano e o grau da prova escrita do Exame Final, em primeira época. A prova oral, nada obstante, será facultada, desde que o interessado, com oportunidade, solicite ao Comandante da Escola permissão para realizá-la, nos termos do art. 21-A.

"Art. 21-D. Na disciplina em que a média aritmética entre a Conta de Ano e o grau de Exame Final em primeira época fôr igual ou superior a cinco, o aluno será aprovado. Quando essa média fôr inferior a cinco, o aluno será considerado reprovado em primeira época, nessa disciplina, podendo, todavia, prestar Exame Final da mesma em segunda época.

"Art. 21-E. O aluno, em segunda época, poderá ser submetido, no máximo, a Exames Finais de duas disciplinas.

Parágrafo único. O aluno que, em qualquer prova de Exames Finais em segunda época, tiver grau inferior a três, será inabilitado, não mais podendo fazer outras provas desses Exames.

"Art. 21-F. O aluno, em um Exame Final de uma disciplina, realizado em segunda época, somente será considerado habilitado se obtiver grau cinco (5) ou superior, no respectivo Exame Final.

"Art. 21-G. A Direção do Ensino fará publicar em Boletim Interno, com a devida oportunidade, o plano de realização das provas orais dos Exames Finais, do qual constará, entre outros esclarecimentos:

— Horários, locais das provas, relação dos alunos em grupos de dez nomes, no máximo e comissões examinadoras.

"Art. 21-H. O Projeto de Fim de Curso, que é uma demonstração de conhecimentos técnicos variados, será, para julgamento, apreciado sob os aspectos seguintes:

a) execução, compreendendo o planejamento do trabalho a realizar; organização e apresentação dos cálculos, dos gráficos, dos desenhos e dos orçamentos;

b) justificação oral da solução adotada, bem como dos processos e métodos de cálculos empregados.

§ 1º. O aluno receberá um grau pela execução do projeto e outro pela justificação oral; ambos representam médias aritméticas dos graus atribuídos pelos membros da Comissão de Projeto.

§ 2º. O grau de Projeto de Fim de Curso será a média aritmética dos graus obtidos pela sua execução e justificação oral correspondente.

§ 3º. O aluno somente será considerado habilitado se o grau de Projeto de Fim de Curso for igual ou superior a cinco (5).

§ 4º. O aluno, considerado inabilitado no primeiro julgamento (equivalente a Exame Final realizado em primeira época) do Projeto de Fim de Curso, será submetido a um segundo julgamento (equivalente a Exame Final realizado em segunda época), sobre o mesmo Projeto, na primeira quinzena do ano letivo seguinte, segundo normas baixadas pela Direção de Ensino da Escola.

Art. 21-I. Os alunos habilitados em todas as disciplinas do Curso de Preparação, serão matriculados no primeiro ano de um dos Cursos Técnicos, na forma estabelecida no art. 22 deste Regulamento e de acordo com o art. 23, letra b).

"Art. 21-J. Os alunos dos 1º e 2º anos dos Cursos Técnicos, habilitados em todas as disciplinas, serão promovidos ao ano seguinte do respectivo curso.

"Art. 21-L. O aluno do último ano dos Cursos Técnicos, habilitado em todas as disciplinas e na prova que constitui o Projeto de Fim de Curso, será considerado como tendo terminado o curso da Escola em determinada especialidade.

"Art. 21-M. Ao aluno não será permitida a promoção de ano com dependência de qualquer disciplina.

"Art. 21-N. O aluno será considerado sem aproveitamento e, como consequência, desligado da Escola, quando fôr:

a) impedido de prestar exames de segunda época por força do art. 21-E;

b) inabilitado em qualquer disciplina em Exame Final de segunda época, ou no segundo julgamento do Projeto de Fim de Curso.

"Art. 21-O. O aluno desligado da Escola Técnica do Exército, somente em casos excepcionais, apreciados pelo Ministro da Guerra, a ela poderá voltar, em caso que terá um ano de tolerância para conclusão do curso em que estiver matriculado.

§ 1º. Não terá direito ao ano de tolerância o aluno do Curso Técnico que já tenha gozado dessa concessão no Curso de Preparação.

§ 2º. O aluno que gozar do ano de tolerância para prosseguimento do curso, repetirá todas as disciplinas correspondentes ao ano do curso em que fôr rematriculado.

§ 3º. O reingresso na Escola Técnica poderá ser feito no prazo máximo de três (3) anos, a contar da data do desligamento.

.....
"Art. 23. A classificação por merecimento intelectual, dos alunos que concluírem os respectivos cursos, resultará:

a) nos Cursos Técnicos, da média aritmética simples calculada entre os graus de todas as disciplinas, obtidos de acordo com o art. 21-B, e o grau do primeiro julgamento do Projeto de Fim de Curso;

b) no Curso de Preparação, da média aritmética simples dos graus das disciplinas, obtidos de acordo com o art. 21-B.

§ 1º. O aluno do 3º ano do Curso Técnico, ou do Curso de Preparação, aprovado em Exames Finais de segunda época, terá a sua classificação assegurada de acordo com as letras a) e b) deste artigo.

§ 2º. O valor numérico da média aritmética, obtida na forma estabelecida pela letra a) do presente artigo, dará lugar às seguintes menções:

a) "MUITO BEM" — quando compreendido entre dez (10) e oito (8) inclusive;

b) "BEM" — quando compreendido entre oito (8) exclusive e seis (6) inclusive;

c) "REGULAR" — quando inferior a seis (6).

§ 3º. A média aritmética de classificação será apurada com aproximação de centésimos.

§ 4º. Nas classificações a que se refere o presente artigo, caso haja empate, a precedência será estabelecida de acordo com os seguintes critérios:

a) Num mesmo Curso Técnico:

1 — maior soma dos graus de todas as disciplinas, obtidos de acordo com o art. 21-B, e do primeiro julgamento do Projeto de Fim de Curso;

- 2 — posto mais elevado;
 - 3 — maior antiguidade de praça;
 - 4 — idade mais elevada.
- b) No conjunto dos Cursos Técnicos:
- 1 — posto mais elevado;
 - 2 — maior antiguidade de praça;
 - 3 — idade mais elevada;

.....
.....
"Art. 28. O pedido de inscrição será feito em requerimento dirigido ao Comandante da Escola e entregue na Secretaria até 30 de setembro."

Art. 2º. Aos alunos inabilitados numa disciplina em Exames Finais de segunda época, referentes ao ano letivo de 1957 ou anteriores, e que já estejam cursando o ano letivo de 1958, com dependência daquela disciplina, é permitido o gozo dessa concessão somente no ano letivo de 1958.

Art. 3º. Os alunos promovidos aos 2º e 3º anos dos Cursos Técnicos antes da vigência do presente decreto, terão os graus de aprovação das disciplinas, concluídas em 1957, ou em anos anteriores, calculadas consoante os preceitos da legislação vigente na época.

Nas disciplinas, iniciadas naqueles anos e que devam ser concluídas a partir de 1958, inclusive, o grau de aprovação das mesmas será a média aritmética verificada entre a Conta de Ano e o grau de Exame Final, em primeira época; ou será unicamente o grau do Exame Final, obtido em segunda época.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, entende-se:

a) Como Conta de Ano, a média aritmética verificada entre as Provas Parciais, ou Exames Parciais, e a média aritmética dos graus dos trabalhos correntes, realizados nos períodos letivos cursados;

b) como grau de Exame Final, a média aritmética verificada entre o grau da prova oral e o da prova escrita.

Art. 4º. Os alunos promovidos aos 2º e 3º anos dos Cursos Técnicos, antes da vigência do presente decreto, terão a sua classificação por merecimento intelectual calculada de acordo com a legislação vigente na época.

Art. 5º. O Ministro da Guerra resolverá os casos não previstos no Regulamento da Escola Técnica do Exército.

Art. 6º. O presente decreto entrará em vigor a partir do início do ano letivo de 1958, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

AVISO N. 554-D1 — EM 12 DE JUNHO DE 1958

De acôrdo com os arts. 12, letra b) e 14, letra a), da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, foi transferido para a reserva o Exmo. Sr. General-de-Exército Octavio Saldanha Mazza.

Praça de 1 de maio de 1907, afasta-se da atividade o Exmo. Sr. General Mazza, depois de prestar ao Exército mais de cinqüenta e um anos de efetivo serviço. Ingressando na carreira militar ainda na adolescência, a ela dedicou, com o máximo de carinho e o maior proveito, tôda a sua fecunda energia, orientada por uma brilhante inteligência e alicerçada em um caráter nobre e firme.

Antigo Oficial da Arma de Artilharia, dedicado e culto, embora modesto e desambicioso, imprimiu a tôda sua ação, no decorrer de tão dilatado período, a invariável característica de honestidade profissional, definida pela permanente preocupação de cumprir o dever o mais perfeitamente possível. Constitui, por isso, um exemplo de dedicação e de fidelidade ao Dever, a ser apontado aos jovens camaradas, e uma afirmação de caráter, que faz jus ao respeito e à admiração de quantos tenham a ventura de conhecê-lo.

Sempre pronto a atender às ordens do Dever, exerceu, com a maior eficiência e entusiasmo, as mais variadas funções na tropa, em Estados-Maiores e em Comandos diversos, nas quais, invariavelmente, imprimiu a orientação sadia, que sômente a sincera consciência profissional sabe impor.

O equilíbrio que impôs aos seus atos jamais foi interrompido, seja nas lides do tempo de paz, onde, como oficial subalterno, ou como comandante de unidade, soube sempre instruir e administrar com a maior eficiência, ou como comandante da Escola Preparatória de São Paulo, da Escola de Educação Física do Exército, ou como oficial de Estado-Maior das 2^a e 5^a Regiões Militares, quando às qualidades inatas de oficial de escol adicionava o saber e a experiência de oficial de Estado-Maior, seja em operações de guerra, durante a Campanha do Contestado e as revoluções de 1924-25, no interior do Paraná, a de 1930 e a de 1932, em São Paulo.

O mesmo equilíbrio, a mesma eficiência, o mesmo espírito de renúncia continuariam a caracterizar o antigo oficial da arma, quando elevado ao generalato. De fato, o General Mazza, Comandante da Artilharia Divisionária da 1^a Divisão de Infantaria, ou Comandante do Destacamento de Natal, ou Comandante da 3^a Divisão de Infantaria, ou da 3^a Região Militar, ou como Diretor-Geral do Material Bélico, Chefe do Departamento-Geral de Administração, Chefe do Estado-Maior do Exército e, finalmente, como Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, continuou a ser o mesmo oficial capaz, dedicado, simples, enérgico, justo, desambicioso e eficiente.

Com o afastamento da atividade do Exmo. Sr. General Mazza, fica o Exército privado da efetiva cooperação de um dos seus mais leais e

eficientes servidores. Embora esta lacuna seja em parte compensada pelo magnifico exemplo de sua vida profissional, produtiva e digna, muito nos custará a privação de seu convívio quotidiano.

A tão prezado camarada, apresento, nesta oportunidade, em nome do Exército e no meu próprio, com o mais sincero o merecido "Muito obrigado", os votos de permanentes felicidades ao lado de sua Exma. família — Gen Ex Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

* * *

DECRETO N. 43.807 — DE 27 DE MAIO DE 1958

Aprova o Cerimonial da Marinha do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Fica aprovado o Cerimonial da Marinha do Brasil, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Marinha.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas tôdas as disposições pertinentes à matéria, da Ordenança Geral, para o Serviço da Armada e de qualquer outro decreto, regulamento, regimento ou ato ministerial.

Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Antonio Alves Câmara,

("Diário Oficial" de 20 Jun 58.)

* * *

AVISO N. 606 — EM 27 DE JUNHO DE 1958

Esclarece questões relativas à arregimentação de oficiais.

Tendo em vista que :

1. De acôrdo com o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º da Lei número 2.283, de 9 de agosto de 1954, os militares pertencentes a organizações que não sejam Corpos de Tropa, ainda que considerados arregimentados para efeito de promoção ou outro qualquer fim, não fazem jus à gratificação de tropa, exceção feita quanto aos integrantes de Estabelecimentos de Ensino ou Cursos, mas sob a condição de não terem direito à gratificação de ensino ;

2. Deve, outrossim, ficar esclarecido, de uma vez por tôdas, que a Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, quando estabelece no § 3º do

seu art. 11 que "para os oficiais superiores dos Serviços o exercício de suas respectivas funções é indiferentemente prestado em unidades de tropa ou nos mais Órgãos do Exército" está apenas preceituado que tais oficiais estão isentos do requisito de arregimentação para fins de promoção, não querendo isto dizer que devem ser considerados arregimentados quando no exercício de qualquer das funções que possam ser chamados a desempenhar :

Declaro :

a) aos oficiais que, em razão das funções que exercem, em Estabelecimento de Ensino, ou Curso, fazem jus à gratificação de ensino e são considerados arregimentados para fins de promoção, não cabe o direito de opção pela gratificação de tropa em lugar da de ensino :

b) os oficiais superiores dos Serviços só devem ser considerados arregimentados para os diferentes efeitos, quando compreendidos nos termos do Aviso n. 177-D-3-E, de 6 de março de 1957, ficando subentendido que o disposto no § 3º do art. 11 da Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, apenas isenta do requisito de arregimentação, para fins de promoção, os referidos oficiais — Gen-Ex Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra.



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

Assinatura anual	Cr\$ 100,00
Número avulso	Cr\$ 10,00

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento à escolha de cada assinante:

- assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes, em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor-Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de enderêço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser dactilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo enderêço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Cel Golbery do Couto e Silva.

Maj Hernani D'Aguiar.

Maj Octavio Tosta.

Cap Vasco Ribeiro da Costa.

Ten Heltor A. Ferreira.

Dr. Jacy Montenegro Magalhães.

Richard M. Ogorkiewicz.

José Garrido Torres.

* permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.



Cr\$ 10,00

**SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1958**